



MP SP

PROVA COMENTADA

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 16/03/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Ministério Público do Estado de São Paulo**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 1 questão passível de recurso e/ou que deve ser anulada, por apresentar duas alternativas corretas, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se da questão 57.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **MP-SP** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/e362fbbd-1837-4962-bb13-1221e44f32b9>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/ceb9200a-5f22-4169-8825-d321f91ac849>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

QUESTÃO 01. O artigo 1º do Código Penal ("Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal") reproduz o mandamento constitucional contido no artigo 5º, inciso XXXIX da Constituição Federal, que materializa o princípio da reserva absoluta de lei formal em matéria de índole penal. Em data relativamente recente, a propósito, o tema foi levado a debate no sistema de justiça, por intermédio de ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO 26/DF), que foi conhecida em parte e, na respectiva extensão, julgada procedente por maioria, com eficácia geral e efeito vinculante. Levando-se em consideração os fundamentos e conclusões contidos no Acórdão proferido na referida ADO 26/DF e resumidos na ementa, analise as seguintes postulações.

I. Houve mitigação do princípio da reserva absoluta de lei formal em matéria de índole penal e criaram-se os tipos penais de homofobia e transfobia.

II. Reafirmou-se a impossibilidade jurídico-constitucional de o Supremo Tribunal Federal, mediante provimento jurisdicional, tipificar delitos e cominar sanções de direito penal, eis que referidos temas submetem-se à cláusula de reserva constitucional de lei em sentido formal.

III. Não houve reconhecimento do estado de mora inconstitucional do Congresso Nacional na implementação da prestação legislativa destinada a cumprir o mandado de incriminação a que se referem os incisos XLI e XLII do artigo 5º da Constituição Federal, para efeito de proteção penal aos integrantes do grupo LGBTI+.

IV. Houve reconhecimento do estado de mora inconstitucional do Congresso Nacional na implementação da prestação legislativa destinada a cumprir o mandado de incriminação a que se referem os incisos XLI e XLII do artigo 5º da Constituição Federal, para efeito de proteção penal aos integrantes do grupo LGBTI+, e declarou-se, em consequência, a existência de omissão normativa inconstitucional do Poder Legislativo da União.

V. Determinou-se que, até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do artigo 5º da Constituição Federal, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei no 7.716/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, artigo 121, § 2º, I, parte final).

Estão entre os fundamentos ou conclusões contidas no Acórdão proferido na referida ADO 26/DF e resumidos na ementa apenas as postulações referidas nos itens:

a) II, III e V

b) I, II e V

c) II, IV e V.

d), I, III e V.

e) I e III.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata do tema criminalização da homofobia e da transfobia. Primeiramente vamos analisar item a item.

O item I está incorreto. Não houve mitigação do princípio da reserva absoluta, em razão disto não houve a criação de tipo penal pelo STF e sim a aplicação de legislação já vigente enquanto perdure a mora legislativa.

O item II está correto. Foi reafirmada a posição de impossibilidade de o STF atuar como legislador penal positivo.

O item III está incorreto. Houve o reconhecimento do estado de mora, conforme julgamento da ADO 26, no qual fixou-se que: "Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na lei 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, "in fine")."

O item IV está correto. De fato, reconheceu-se a mora legislativa, conduzindo a aplicação da lei 7.716, de 08/01/1989 enquanto não houver legislação própria.

O item V está correto. Aplica-se a lei 7.716, de 08/01/1989 enquanto não houver legislação própria para tipificar os crimes de homofobia e transfobia.

QUESTÃO 02. A relação de causalidade é tema estrutural e estruturante do direito penal. O artigo 13, caput, do Código Penal assim dispõe: O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

Especificamente sobre a omissão e crimes omissivos, assinale a alternativa correta

a) O § 2º do artigo 13 do Código Penal estabelece que "a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado". Além disso, estabelece a quem incumbe o dever de

agir, ou seja, quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; quem, de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; e quem, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

b) São crimes omissivos impróprios aqueles em que a conduta omissiva prescinde do resultado naturalístico, ou seja, a consumação é contemporânea à omissão.

c) O crime de "Omissão de Notificação de Doença", previsto no artigo 269 do Código Penal, está inserido no Título VIII (Crimes contra a Incolumidade Globo Pública), Capítulo III (Crimes contra a Saúde Pública) e tem como sujeito ativo qualquer agente da área da saúde que toma conhecimento da ocorrência de doença cuja notificação seja compulsória e não informa à autoridade pública competente.

d) A Lei nº 9.605/1998, na Seção dos Crimes contra a Administração Ambiental, prevê no artigo 69-A a seguinte conduta: "Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão". Assim como nos crimes de falsidade e falsa perícia previstos nos artigos 297, 298, 299, 304 e 342 do Código Penal, aos quais prefere, sob a perspectiva do conflito aparente de normas, pelo princípio da especialidade, não se admite a modalidade culposa.

e) São crimes omissivos próprios aqueles em que a conduta omissiva exige resultado naturalístico.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata do tema causalidade.

A alternativa A está correta. Corresponde à redação do Art. 13 do Código Penal: "O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido."

A alternativa B está incorreta. Os crimes omissivos impróprios exigem resultado naturalístico, portanto em desacordo com o que afirma a questão.

A alternativa C está incorreta. O crime tem como sujeito ativo o médico e não qualquer profissional da área da saúde, conforme disposto no art. 269 do Código Penal: "Deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa."

A alternativa D está incorreta. Admite-se a modalidade culposa: "Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão. Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. § 1º Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos. § 2º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa.

A alternativa E está incorreta. Não se exige o resultado naturalístico nos crimes omissivos próprios como por exemplo nos crimes de omissão de socorro.

QUESTÃO 03. Uma promotora de justiça ofereceu denúncia perante Vara Especial do Tribunal do Júri em face de pessoa que, na direção de veículo automotor, sob a influência de álcool, produziu o resultado morte em transeunte que atravessava regularmente uma faixa de pedestres. A denúncia foi recebida e, após regular instrução, foi proferida decisão de pronúncia. Submetido o acusado a julgamento pelo Egrégio Tribunal do Júri, o Conselho de Sentença acolheu a tese apresentada pelo Ministério Público, que sustentou a acusação, nos termos da denúncia, confirmada pela decisão de pronúncia. A sentença proferida em plenário transitou em julgado.

Levando-se em consideração as informações contidas no enunciado, assinale a alternativa correta.

a) A denúncia classificou o crime como sendo o definido no artigo 302, § 1º, inciso II, primeira parte e § 3º, da Lei no 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

b) Reconheceu-se que o condenado praticou homicídio culposo.

c) A denúncia imputou ao condutor do veículo a prática de crime doloso contra a vida.

d) Reconheceu-se que o condenado agiu com culpa consciente.

e) Não se reconheceu que o condenado agiu com dolo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Crimes de Trânsito.

A alternativa A está incorreta. O crime do artigo 302 do CTB é o de homicídio culposo : “Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor: § 3º Se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência: Penas - reclusão, de cinco a oito anos, e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.”. Logo não seria julgado pelo Tribunal do Júri, cuja função constitucionalmente prevista é a de julgar crimes dolosos contra a vida, conforme previsto na Constituição Federal no Art. 5º XXXVIII: “É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.”.

A alternativa B está incorreta. O Tribunal do Júri julga crimes dolosos contra a vida e conexos, não se aplicando tal hipótese ao caso concreto, conforme previsto na Constituição Federal no Art. 5º XXXVIII: “É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.”.

A alternativa C está correta. Trata-se de crime doloso, de competência do Tribunal do Júri, conforme previsto na Constituição Federal no Art. 5º XXXVIII: “É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.”.

A alternativa D está incorreta. Caso prevalecesse a tese de culpa consciente, o crime não seria de competência do Tribunal do Júri, pois se trataria de crime culposo, levado a julgamento pelo juiz singular.

A alternativa E está incorreta. Na hipótese apresentada reconheceu-se o denominado dolo eventual, aquele no qual o agente não se importa com a ocorrência do resultado danoso, logo responde dolosamente, atraindo a competência do julgamento para o Tribunal do Júri.

QUESTÃO 04. Os artigos 35 da Lei no 11.343/2006 ("Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos artigos 33, caput e § 1º, e 34 desta lei") e 2º, combinado com o § 1º do artigo 1º, ambos da Lei no 12.850/2013 ("Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa") definem tipos penais que contêm similaridades em seus elementos constitutivos, tais como a plurissubjetividade e a finalidade específica da prática de determinadas infrações penais. Levando-se em consideração tais similaridades, bem como posicionamentos jurisprudenciais recentes, analise as seguintes afirmações.

I. Nunca será reconhecido o concurso material dos crimes referidos no enunciado.

II. Poderá ser reconhecido o concurso material dos crimes referidos no enunciado, quando a organização criminosa for destinada à prática de outras infrações penais, além de exclusivamente as definidas nos artigos 33, caput e § 1º, e 34 da Lei no 11.343/2006.

III. Sempre será reconhecido o concurso material dos crimes referidos no enunciado.

IV. Poderá ser reconhecida a ocorrência de bis in idem quando a organização criminosa for destinada exclusivamente à prática das infrações penais definidas nos artigos 33, caput e § 1º, e 34 da Lei no 11.343/2006.

V. Não será reconhecida a ocorrência de bis in idem mesmo que a organização criminosa seja destinada exclusivamente à prática das infrações penais definidas nos artigos 33, caput e § 1º, e 34 da Lei no 11.343/2006 e o contexto associativo não seja distinguível.

Está correto apenas o que se afirma em:

a) I.

b) I e IV.

c) III e V.

d) II e IV.

e) III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema concurso de crimes. Vamos analisar item a item.

O Item I está incorreto. É possível o reconhecimento do crime de associação criminosa em concurso com o crime de organização criminosa sem que haja bis in idem. Segundo entendimento do STJ, fixado na jurisprudência em tese “Por ser atípico, não se pode invocar a substituição do crime de organização criminosa por associação criminosa (art. 288 do Código Penal - CP), pois este não estava incluído no rol taxativo da redação original da Lei n°. 9.613/1998.”

O item II está correto. Pode haver o reconhecimento do concurso material entre os referidos crimes.

O item III está incorreto. Não é sempre que haverá o concurso material.

O item IV está correto. Há a possibilidade de reconhecimento do concurso material nos referidos casos.

O item V está incorreto. Caso se trate dos mesmos crimes, haverá o bis in idem.

A alternativa C está correta, já que somente os itens II e IV estão corretos.

QUESTÃO 05. A Lei no 9.605/1998 veio em resposta ao mandamento constitucional criminalizador contido no § 3º do artigo 225 da Constituição Federal, que dispõe, no caput, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, por tratar-se de bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, bem como que deve impor-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Em caso concreto de incêndio em lavoura de uma determinada propriedade com área de preservação permanente, bem como com o alastramento em grandes proporções e atingimento de diversas outras lavouras, o Promotor de Justiça oficiante ofereceu denúncia imputando ao acusado a prática dos crimes definidos nos artigos 250, § 1º, inciso II, letra "h", do Código Penal e 54, caput, da Lei no 9.605/1998 ("Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortalidade de animais ou a destruição significativa da flora"). A ação foi julgada integralmente procedente, com confirmação em sede recursal.

Levando em consideração os bens jurídicos tutelados dos crimes indicados, bem como o tema do concurso de crimes, tratado no Título V, Capítulo III, artigos 68 a 70, do Código Penal, assinale a alternativa correta.

a) Reconheceu-se o concurso material dos crimes imputados na denúncia porque foi atingido o patrimônio de diversas pessoas e o bem comum do povo.

b) Reconheceu-se o concurso formal dos crimes imputados na denúncia porque, mediante uma única ação, foram produzidos resultados típicos diferentes, com bens jurídicos tutelados também diferentes.

c) Reconheceu-se o concurso material dos crimes imputados na denúncia porque foram atingidas diversas propriedades.

d) Reconheceu-se o crime continuado dos crimes imputados na denúncia, pois, em decorrência de uma ação, foram produzidos vários resultados.

e) Reconheceu-se o concurso formal dos crimes imputados na denúncia porque, mediante uma única ação, foram provocados vários resultados típicos, apesar de os bens jurídicos tutelados serem os mesmos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema concurso de crimes.

A alternativa A está incorreta. Se trata de uma única conduta, portanto não há concurso material e sim formal.

A alternativa B está correta. É hipótese de concurso formal, conforme previsto no Código Penal Art. 70 “Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior”.

A alternativa C está incorreta. Não se trata de concurso material e sim formal. O concurso material ocorre, de acordo com o art. 69 do Código Penal: “Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela.”.

A alternativa D está incorreta. Não é hipótese de crime continuado, pois não há uma sequência de crimes, conforme previsto no Código Penal no art. 71: “ Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.”.

A alternativa E está incorreta. Se trata do mesmo bem jurídico e não distintos, estando aí o erro da alternativa.

QUESTÃO 06. O crime de injúria racial, que, até a promulgação da Lei nº 14.532/2023, estava inscrito no artigo 140, § 3º, do Código Penal, foi inserido no artigo 2º-A da Lei no 7.716/1989, descrevendo a conduta nos seguintes termos: "Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional".

Levando em consideração o exposto no enunciado, bem como às disposições contidas na Lei nº 7.716/1989, com as demais alterações trazidas pela Lei nº 14.532/2023, analise as seguintes postulações.

I. Por tratar-se de crime contra a honra, o deslocamento legislativo referido no enunciado manteve para a figura penal da injúria racial (artigo 20-A da Lei nº 7.716/1989) o mesmo tratamento jurídico destinado aos crimes dessa natureza, ou seja, as disposições estabelecidas nos artigos 141 a 143 do Código Penal.

II. As alterações legislativas trazidas pela Lei no 14.532/2023, em geral e especialmente com relação ao crime inscrito e descrito no artigo 2o-A da Lei no 7.716/1989, coadunaram-se com os mandamentos constitucionais dispostos no artigo 5o, inciso XLII, da Constituição Federal, que já vinham sendo reconhecidos jurisprudencialmente, alçando o tipo penal de injúria racial à condição de crime de racismo, portanto inafiançável e imprescritível.

III. Nos termos do que passou a dispor a Lei no 7.716/1989, o juiz deve, na sua interpretação, considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência.

IV. A ação penal para o crime de injúria racial (artigo 2º-A da Lei no 7.716/89) é condicionada à representação.

Está correto apenas o que se afirma em

a) I, III e IV.

b) II e III.

c) II, III e IV.

d) I e IV.

e) I e II.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema crimes de racismo. Vamos analisar item a item.

O item I está incorreto. O crime de injúria racial passou a ser tipificado fora do código penal, a Lei nº 14.532/23 dispõe em seu Art. 1º que: “A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 2º-A Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional.”

O item II está correto. O crime de injúria racial foi considerado uma espécie de racismo, logo tipificado na lei que trata do tema de modo específico e não mais no código penal.

O item III está correto. Corresponde ao disposto no Art. 20-C da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial): “Na interpretação desta Lei, o juiz deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência.”.

O item IV está incorreto. O crime é de ação penal pública.

QUESTÃO 07. Um jovem de 20 anos foi à casa da vítima, um jovem de 28 anos, para devolver-lhe uma arma de fogo que guardava a pedido dela. Também a pedido da vítima, que queria produzir um vídeo, o jovem de 20 anos começou a dançar com a arma em uma das mãos e um copo de bebida alcoólica na outra, quando "a arma disparou" e atingiu a vítima mortalmente. Os fatos narrados são reais, recentes e recorrentes, bem como evidenciam a necessidade contínua do controle da comercialização, do registro e da posse de armas de fogo, para que o manuseio seja responsável e efetuado apenas por quem tiver preparo e condições de fazê-lo. Com esse propósito, a Lei nº 10.826/2003 dispõe sobre o registro, a posse e a comercialização de armas de fogo e munição, além de definir crimes, que têm justamente o escopo de coibir ações como a narrada inicialmente, a qual, afinal, produziu resultados e consequências que extrapolaram os limites da referida lei e poderiam ter sido evitados se sua aplicação tivesse efetivamente ocorrido no tempo oportuno.

Diante do conteúdo do enunciado e sob a perspectiva da normativa criminalizadora contida na Lei nº 10.826/2003, assinale a alternativa incorreta.

a) O tratamento penalizador da Lei nº 10.826/2003, mais ou menos gravoso, leva em consideração, entre outros fatores, para alguns dos tipos penais nela definidos, serem as armas de fogo consideradas de uso permitido, de uso restrito ou de uso proibido.

b) O crime de omissão de cautela, sob a perspectiva do sujeito ativo, é considerado crime próprio.

c) A subsidiariedade do crime de disparo de arma de fogo é explícita.

d) A inafiançabilidade e a insuscetibilidade de concessão de liberdade provisória, prevista para alguns dos tipos penais contidos na Lei nº 10.826/2003, foram consideradas inconstitucionais.

e) Todos os crimes previstos na Lei nº 10.826/2003 são apenados com reclusão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema dos crimes no Estatuto do Desarmamento. O examinador requer a indicação da alternativa incorreta, portanto, sendo essa a alternativa correta a ser assinalada pelo examinando.

A alternativa A está incorreta. De fato, o Estatuto do Desarmamento apresenta distinções nos tipos penais, de acordo com a classificação da arma, seja esta de uso permitido, restrito ou proibido. O art. 16 por exemplo, trata do crime relacionado às condutas descritas em relação a arma de uso restrito: "Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa."

A alternativa B está incorreta. A conduta exige que a pessoa seja o responsável pela arma de fogo, conforme se depreende da leitura do Art. 13." Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade. Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa. Parágrafo único. Nas mesmas penas incorrem o proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de

valores que deixarem de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte quatro) horas depois de ocorrido o fato.”.

A alternativa C está incorreta. O crime de disparo de arma de fogo somente se configura se não representar crime mais grave, conforme art. 15 do Estatuto do Desarmamento: “Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime. Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.”.

A alternativa D está incorreta. De fato, reconheceu-se a inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, pois geram ofensa ao princípio da individualização da pena previsto na Constituição Federal, artigo 5º XLVI que expressamente dispõe que: “a lei regulará a individualização da pena.”.

A alternativa E está correta. Os crimes dos artigos 12 e 13, respectivamente o de posse irregular de arma de fogo de uso permitido e o de omissão de cautela, são puníveis com pena de detenção e não de reclusão: “Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa. Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.” Art. 13: “Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade. Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.”.

QUESTÃO 08. A Lei no 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) estabelece em seu artigo 1º que sua instituição é destinada "a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos". Sob a perspectiva da normativa criminalizadora, a referida lei define crimes e estabelece a natureza da ação penal cabível, entre outras providências. Além da proteção penal prevista pelo Estatuto da Pessoa Idosa, pode-se mencionar, entre outros, o crime de estelionato, previsto no artigo 171, § 4º, do Código Penal, que também dá tratamento especial às pessoas idosas.

Dito isso, sobre a figura penal ao final referida, assinale a alternativa correta.

- a) A ação penal será pública incondicionada se a pessoa idosa for maior de 70 (setenta) anos.**
- b) A ação penal será pública incondicionada caso a vítima seja pessoa idosa, nos termos do que dispõe a Lei nº10.741/2003, ou seja, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.**
- c) A aplicação da causa de aumento prevista no § 4º, do artigo 171, do Código Penal, está condicionada à comprovação documental sobre a condição de vulnerabilidade da vítima idosa.**
- d) A causa de aumento prevista no § 4º, do artigo 171, do Código Penal, considerado o sistema trifásico de cálculo da pena, será computada na segunda fase e não poderá ultrapassar o máximo da pena prevista para o crime.**

e) Procede-se mediante representação, assim como nas demais hipóteses do artigo 171 do Código Penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Direito da Pessoa Idosa.

A Alternativa A está correta. Conforme disposto no Código Penal, no art. 171 § 5º “Somente se procede mediante representação, salvo se a vítima for IV - maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz.”.

A alternativa B está incorreta. A idade é superior a 70 anos e não 60 anos: art. 171 § 5º “Somente se procede mediante representação, salvo se a vítima for IV - maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz.”.

A alternativa C está incorreta. Não se exige a vulnerabilidade caso preenchido o critério etário.

A alternativa D está incorreta. As causas de aumento de pena são computadas na terceira fase da dosimetria e não na segunda, conforme dispõe o Art. 68 do Código Penal “A pena-base será fixada atendendo-se ao critério do art. 59 deste Código; em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento.”.

A alternativa E está incorreta. O referido crime não necessita de representação. Dispõe o art. 171 § 5º “Somente se procede mediante representação, salvo se a vítima for IV - maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz”.

QUESTÃO 09. A Resolução CNJ 487/2023 (alterada pela Resolução CNJ 572/2024), que está sub judice para controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e tem como um dos pressupostos a compatibilização com o que preconiza a Lei nº 10.216/2001 (Lei Antimanicomial). Por sua vez, continua em vigor o regramento legal penal e processual penal a respeito das medidas de segurança.

Dito isso, sob a perspectiva estrita da regulação normativa das medidas de segurança contida no Código Penal, assinale a alternativa correta

a) perícia médica para verificação da cessação da periculosidade somente poderá ser realizada se houver requerimento fundamentado do Ministério Público.

b) A medida de segurança será cumprida exclusivamente em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.

c) Caso seja verificada a necessidade de especial tratamento curativo ao semi-imputável que cumpre pena privativa de liberdade, o tratamento ambulatorial poderá ser aplicado cumulativamente.

d) Apesar de a medida de segurança ser por tempo indeterminado, a Súmula 527 do STJ estabelece que sua duração não deverá ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao crime praticado.

e) O tratamento ambulatorial será pelo tempo correspondente à pena que seria aplicada caso o sentenciado fosse considerado imputável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Medidas de segurança e Direito Antimanicomial.

A alternativa A está incorreta. A perícia pode ser realizada a pedido da defesa e de ofício pelo juiz. Art. 97 § 2º - A perícia médica realizar-se-á ao termo do prazo mínimo fixado e deverá ser repetida de ano em ano, ou a qualquer tempo, se o determinar o juiz da execução.

A alternativa B está incorreta. A medida de segurança pode ser tratamento ambulatorial ou internação: Art. 96: “As medidas de segurança são: I - Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado; II - sujeição a tratamento ambulatorial.”.

A alternativa C está incorreta. Não se aplica o sistema duplo binário e sim o vicariante, no qual se aplica apenas uma das penas.

A alternativa D está correta. Corresponde ao previsto na súmula 527 do STJ que dispõe: “O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.”.

A alternativa E está incorreta. A duração mínima é de 1 a 3 anos e a máxima corresponde ao da pena cominada. Art. 97 § 1º “A internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade. O prazo mínimo deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos.”.

QUESTÃO 10. O artigo 23, caput, do Código Penal trata das excludentes de ilicitude, dispondo não haver crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade, em legítima defesa e em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. Entre referidas excludentes, qual seja, a da legítima defesa, disseminou-se no sistema de justiça brasileiro, por longos anos, uma forma que ficou conhecida como "legítima defesa da honra". Recentemente, no entanto, o Supremo Tribunal Federal decidiu sobre o tema em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 779/DF).

Levando-se em consideração os fundamentos e conclusões contidos no Acórdão proferido na referida ADPF 779/DF e resumidos na ementa, analise as seguintes postulações.

I. Firmou-se o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra ofende princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero, inscritos respectivamente nos artigos 1º, inciso III, e 5º, caput, inciso I, ambos da Constituição Federal.

II. Conferiu-se interpretação conforme à Constituição Federal aos artigos 23, inciso II, e 25, caput e parágrafo único, ambos do Código Penal, bem como ao artigo 65 do Código de Processo Penal para excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa.

III. Reconheceu-se que a legítima defesa da honra pode ser invocada como argumento inerente à plenitude de defesa própria do Tribunal do Júri.

IV. Obstou-se à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a tese da legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante o Tribunal do Júri, sob pena de nulidade do ato e do julgamento.

V. Reafirmaram-se entendimentos anteriores de que fere a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri o provimento de apelação que anule a absolvição fundada no quesito absolutório genérico (artigo 483, inciso III e § 2º do Código de Processo Penal) mesmo quando, de algum modo, ele possa implicar a reprimenda da tese da legítima defesa da honra.

Estão entre as fundamentações ou conclusões contidas no Acórdão proferido na referida ADPF 779/DF e resumidos na ementa apenas as postulações referidas nos itens:

a) III e V.

b) III, IV e V.

c) I, II e IV.

d) IV e V.

e) I, II e V

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema legítima defesa da honra e o julgamento da ADPF 779. Vamos analisar item a item.

O item I está correto. Foi o entendimento fixado no julgamento da ADPF 779 ““(i) firmar o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF); (ii) conferir interpretação conforme à Constituição aos arts. 23, inciso II, e 25, caput e parágrafo único, do Código Penal, e ao art. 65 do Código de Processo Penal, de modo a excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa e, por consequência, (iii) obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a tese de legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante o julgamento perante o tribunal do júri.”.

O item II está correto. Conforme firmado entendimento no julgamento da ADPF 779 para: ““(ii) conferir interpretação conforme à Constituição aos arts. 23, inciso II, e 25, caput e parágrafo único, do Código Penal, e ao art. 65 do Código de Processo Penal, de modo a excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa.”.

O item III está incorreto. A decisão proferida na ADPF 779 veda o disposto na alternativa, a decisão do STF foi no sentido de: ““(iii) obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou

indiretamente, a tese de legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante o julgamento perante o tribunal do júri.”.

O item IV está correto. De fato, constitui causa de nulidade do julgamento a alegação de legítima defesa da honra.

O item V está incorreto. Neste caso não há violação da soberania dos veredictos, conforme entendeu o STF no julgamento da ADPF 779.

QUESTÃO 11. O rol dos crimes contra a liberdade pessoal, descritos na Seção | do Capítulo VI do Título I da Parte Especial do Código Penal, vem sendo especialmente ampliado nos últimos cinco anos e, além disso, recebendo tratamento especial, tanto no Código Penal quanto na legislação penal especial.

Sob tais perspectivas, analise as seguintes afirmações.

I. Foi incluído no Código Penal o crime de “intimidação sistemática” (artigo 146-A), bem como sua forma qualificada de “intimidação sistemática virtual” (artigo 146-A, parágrafo único).

II. Foram incluídos no Código Penal os crimes de “perseguição” (artigo 147-A) e “violência psicológica contra a mulher” (artigo 147-B).

III. Os crimes de "intimidação sistemática" e sua forma qualificada de "intimidação sistemática virtual", "perseguição" e "violência psicológica contra a mulher" são todos apenados com reclusão.

IV. Os crimes de "intimidação sistemática" e sua forma qualificada de "intimidação sistemática virtual", "perseguição" e "violência psicológica contra a mulher" são todos de ação penal pública incondicionada.

V. O crime de “sequestro e cárcere privado” cometido contra menor de 18 (dezoito) anos (artigo 148, §1º, inciso IV, do Código Penal) e o crime de “tráfico de pessoas” cometido contra criança ou adolescente (artigo 149-A, caput, incisos I a V e §1º, inciso II, do Código Penal) foram incluídos no rol dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/90, artigo 1º, incisos XI e XII respectivamente).

Está correto apenas o que se afirma em

a) I, II, IV e V.

b) I, II, III E IV.

c) II, IV e V.

d) I, II e V.

e) I, II, III,IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema crimes contra a liberdade pessoal. Vamos analisar item a item.

O item I está correto. Foram incluídos os referidos crimes no Código Penal: “Art. 146-A - Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais: Pena - multa, se a conduta não constituir crime mais grave. Parágrafo único. Se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos on-line ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real: Pena - reclusão, de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave.”.

O item II está correto. Foram incluídos os referidos crimes no Código Penal: Art. 147-A. Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade; e Art. 147-B. Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação.”.

O item III está incorreto. O crime de bullying na forma simples é punido apenas com a pena de multa: “Art. 146-A. Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais: (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024) Pena - multa, se a conduta não constituir crime mais grave.”.

O item IV está incorreto. O crime de perseguição necessita de representação da vítima, conforme dispõe o § 3º: “Somente se procede mediante representação.”.

O item V está correto. A lei nº 14.811, de 2024 incluiu os referidos artigos na lei de crimes hediondos: “XI - sequestro e cárcere privado cometido contra menor de 18 (dezoito) anos (art. 148, § 1º, inciso IV); XII - tráfico de pessoas cometido contra criança ou adolescente (art. 149-A, caput, incisos I a V, e § 1º, inciso II).”.

QUESTÃO 12. O artigo 227, § 4º, da Constituição Federal dispõe que "a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente". Sob essa perspectiva, portanto, a normatização criminalizadora em favor de crianças e adolescentes está de acordo com o mandamento constitucional. A esse propósito, foram promulgadas novas leis para dar maior rigor ao tratamento das infrações penais cometidas contra crianças e adolescentes. A Lei no 14.344/2022 (Lei Henry Borel) está entre a legislação que criou e/ou alterou dispositivos do Código Penal e da Lei no 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA).

Dito isso, assinale a alternativa correta sobre inovações trazidas pela Lei Henry Borel na legislação referida (Código Penal e ECA).

a) Criou a forma qualificada de homicídio (artigo 121, § 2º, inciso IX, do Código Penal), cuja pena é de reclusão, de doze a trinta anos, se a vítima for criança ou adolescente.

b) Acrescentou o § 2º ao artigo 226 do ECA para vedar a aplicação de qualquer pena restritiva de direitos nos casos de violência doméstica e familiar contra crianças ou adolescentes.

c) Acrescentou o § 1º ao artigo 226 do ECA para determinar que, aos crimes cometidos contra crianças e adolescentes, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei no 9.099/1995.

d) Acrescentou no inciso V do artigo 111 do Código Penal os crimes que envolvem violência contra crianças e adolescentes, bem como alterou sua parte final, para dispor que o termo inicial da prescrição antes de a sentença final transitar em julgado começará a correr da data em que a vítima completar 18 anos, independentemente de, a esse tempo, a ação penal já ter sido proposta.

e) Criou a forma qualificada dos crimes contra a honra previstos nos artigos 138 a 140 do Código Penal, inscrita no inciso IV do artigo 141 do mesmo código, quando o crime for cometido contra criança ou adolescente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema crimes cometidos contra criança e adolescente.

A alternativa A está incorreta. Aplica-se a forma qualificada ao homicídio cometido contra menor de 14 anos e não contra crianças e adolescentes em geral.

A alternativa B está incorreta. A vedação é apenas à prestação pecuniária, podendo haver a prestação de serviço à comunidade. Art. 226. Aplicam-se aos crimes definidos nesta Lei as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal. § 2º Nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

A alternativa C está correta. Conforme previsto no Art. 226 do ECA: “Aplicam-se aos crimes definidos nesta Lei as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal. § 1º Aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.”.

A alternativa D está incorreta. Conforme dispõe o artigo 111, V: “nos crimes contra a dignidade sexual ou que envolvam violência contra a criança e o adolescente, previstos neste Código ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.”.

A alternativa E está incorreta. Trata-se de majoração da pena e não de forma qualificada do crime: “Art. 141 - As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido: IV -

contra criança, adolescente, pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou pessoa com deficiência, exceto na hipótese prevista no § 3º do art. 140 deste Código.

QUESTÃO 13. Os crimes de concussão (artigo 316, caput, do Código Penal), corrupção passiva (artigo 317, caput, do Código Penal) e corrupção ativa (artigo 333 do Código Penal), inseridos no Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a administração pública, estão entre os mais graves, cujas penas são de 2 (dois) a 12 (doze) anos e multa.

Sobre os três crimes referidos, levando em consideração algumas de suas características, semelhanças e diferenças, assinale a alternativa correta.

a) Para a configuração do crime de corrupção passiva quando a ação é a de "solicitar", é indispensável que o funcionário público corrompido receba vantagem indevida.

b) Sob a perspectiva da classificação, tanto o crime de concussão quanto o de corrupção passiva podem ser considerados crimes próprios, formais, de forma livre e instantâneos.

c) As ações que configuram o crime de concussão são as de "exigir" ou receber vantagem indevida.

d) O funcionário público deverá necessariamente praticar indevidamente, omitir ou retardar o ato de ofício para que se configure o crime de corrupção ativa.

e) Os crimes de concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, bem como todos os demais contidos no Título XI do Código Penal, estão submetidos ao procedimento especial previsto nos artigos 513 a 518 do Código de Processo Penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema crimes contra a administração pública.

A alternativa A está incorreta. Não é necessário o recebimento da vantagem indevida para que se configure o crime de corrupção passiva conforme previsto no Art. 317 do Código Penal: "Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem. Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa."

A alternativa B está correta. De fato, ambos os crimes podem ser classificados como crimes próprios, formais, de forma livre e instantâneos.

A alternativa C está incorreta. A conduta de exigir vantagem indevida se configura como o crime de concussão do Art. 316: "Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida. Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.". Porém a conduta de receber se configura como corrupção do artigo 317: "Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão

dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem. Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.”.

A alternativa D está incorreta. O crime de corrupção se consuma somente com a prática do núcleo do verbo, não se exige o recebimento da vantagem indevida.

A alternativa E está incorreta. O crime de corrupção passiva é cometido por particular e não agente público, logo não se submete ao procedimento especial.

QUESTÃO 14. A Lei no 14.321/2022 alterou a Lei no 13.869/2019 (Abuso de Autoridade) para incluir o artigo 15-A, denominado "Violência Institucional" ("Submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade: I - a situação de violência; II - outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização"). O referido tipo penal coaduna-se com a legislação que visa coibir a assim denominada revitimização ou vitimização secundária.

Dito isso, assinale a alternativa correta sobre o crime de "Violência Institucional".

a) Qualquer pessoa pode ser sujeito ativo do crime, desde que a submissão aconteça no âmbito de procedimento de investigação criminal ou processo penal.

b) O crime de "Violência Institucional" abarcou todos os elementos constitutivos do crime de "Coação no Curso do Processo" previsto no artigo 344 do Código Penal, revogando-o tacitamente.

c) Assim como no artigo 15 da Lei nº 13.869/2019 ("Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo"), a pena é de detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. Além disso, assim como para todos os demais crimes previstos na Lei nº 13.869/2019, a ação penal é pública incondicionada.

d) O sujeito ativo do crime é apenas o agente público que exerce sua função em procedimento de investigação criminal ou processo penal.

e) Se o agente público intimidar a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, ou se o agente público permitir que terceiro intimide a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, estarão configuradas circunstâncias que agravam o crime descrito no artigo 15-A da Lei nº 13.869/2019 e/ou aumentam sua pena.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema crimes de abuso de autoridade.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão expressa no artigo 15-A, podendo o abuso de autoridade ocorrer no âmbito de ação civil ex delicto. A Lei nº 13.869/2019 prevê que se trata de crime de violência institucional: “Submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade: I - a situação de

violência; ou II - outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização. Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. § 1º Se o agente público permitir que terceiro intimide a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, aplica-se a pena aumentada de 2/3 (dois terços). § 2º Se o agente público intimidar a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, aplica-se a pena em dobro.”.

A alternativa B está incorreta. Não houve revogação tácita do referido dispositivo, que continua em vigor. Art. 344: “Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa, além da pena correspondente à violência. Parágrafo único. A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até a metade se o processo envolver crime contra a dignidade sexual.”.

A alternativa C está incorreta. A pena prevista para o crime de violência institucional é de 3(três) meses a 1(um) ano e multa.

A alternativa D está incorreta. Pode ocorrer no âmbito de uma ação civil ex delicto.

A alternativa E está correta. Conforme previsto no artigo 15-A § 1º “ Se o agente público permitir que terceiro intimide a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, aplica-se a pena aumentada de 2/3 (dois terços).”.

QUESTÃO 15. O esporte tem, entre outros, como princípios fundamentais, a educação, a identidade nacional, a inclusão, a qualidade, a saúde e a segurança. Além disso, é considerado atividade de alto interesse social. É o que dispõe o artigo 2º da Lei no 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte). A referida lei também instituiu o Plano Nacional pela Cultura de Paz no Esporte. Entretanto, as atividades esportivas, notadamente as profissionais, que geram empregos e empolgam milhões de brasileiros, muitas vezes transformam-se em palco de tragédias. A regulação sob a perspectiva da normativa criminalizadora, portanto, continua a fazer parte da referida lei e do ordenamento jurídico brasileiro.

Dito isso, assinale a alternativa incorreta.

a) A Lei nº 14.532/2023 alterou a Lei nº 7.716/1989 para prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística (artigo 20, § 2º-A).

b) A Lei Geral do Esporte revogou expressamente a Lei no 10.671/2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor). No entanto, com relação ao crime descrito no artigo 41-B, § 1º, inciso I, do Estatuto de Defesa do Torcedor ("Promover tumulto, praticar ou incitar a violência num raio de 5.000 [cinco mil] metros ao redor do local de realização do evento esportivo, ou durante o trajeto de ida e volta do local da realização do evento"), houve a continuidade normativo-típica, uma vez que as condutas ali descritas migraram para o artigo 201, § 1º, inciso I, da Lei Geral do Esporte.

c) As penalidades previstas no artigo 201 da Lei Geral do Esporte serão aplicadas em dobro quando se tratar de casos de racismo no esporte brasileiro ou de infrações cometidas contra as mulheres.

d) Aquele que organiza ou prepara o tumulto ou incita a sua prática, em todas as modalidades previstas no artigo 201 da Lei Geral do Esporte, fica vedada a aplicação, em qualquer circunstância, da conversão da pena corporal em pena impeditiva de comparecimento às proximidades da arena esportiva, conforme disposto no § 6º do mesmo artigo.

e) A Lei Geral do Esporte revogou expressamente a Lei nº 10.671/2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor). Com relação ao crime descrito no artigo 41-B. (§ 1º, inciso I ("Promover tumulto, praticar ou incitar a violência num raio de 5.000 [cinco mil] metros ao redor do local de realização do evento esportivo, ou durante o trajeto de ida e volta do local da realização do evento"), do Estatuto de Defesa do Torcedor, portanto, houve a abolitio criminis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema crimes na lei geral do esporte. O examinador requer a indicação da alternativa incorreta, portanto, sendo essa a alternativa correta a ser assinalada pelo examinando.

A alternativa A está incorreta. A alteração incluiu a previsão de pena privativa de liberdade e de pena restritiva de direitos. Dispõe o artigo 20-A § 2º-A: "Se qualquer dos crimes previstos neste artigo for cometido no contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais destinadas ao público. Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e proibição de frequência, por 3 (três) anos, a locais destinados a práticas esportivas, artísticas ou culturais destinadas ao público, conforme o caso."

A alternativa B está incorreta. A Lei Geral do Esporte revogou de forma expressa o Estatuto do Torcedor, conforme dispõe o Art. 217: "Revogam-se: III - a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003."

A alternativa C está incorreta. É o previsto no artigo 201 § 7º: "As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas em dobro quando se tratar de casos de racismo no esporte brasileiro ou de infrações cometidas contra as mulheres."

A alternativa D está incorreta. De fato, é o disposto no art 201 § 6º: "A pena prevista neste artigo será aumentada de 1/3 (um terço) até a metade para aquele que organiza ou prepara o tumulto ou incita a sua prática, inclusive nas formas dispostas no § 1º deste artigo, não lhe sendo aplicáveis as medidas constantes dos §§ 2º, 3º, 4º e 5º deste artigo."

A alternativa E está correta. Houve continuidade normativo-típica, razão pela qual o crime continua existindo no ordenamento jurídico, ainda que positivado em outro diploma legal, não sendo caso de abolitio criminis.

QUESTÃO 16. Assinale a alternativa correta sobre as medidas de enfrentamento à violência doméstica ou familiar contra mulher, criança ou adolescente.

a) Segundo a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher possuem competência cível e criminal, permitindo que a vítima proponha ações como divórcio ou dissolução de união estável, excluídas as questões relacionadas à partilha de bens.

b) Uma das diretrizes do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é a necessidade de proceder ao controle de convencionalidade no processo decisório, entendendo-se como tal a verificação e avaliação da compatibilidade dos atos normativos com os costumes e as tradições da localidade em que o magistrado estiver exercendo a judicatura.

c) O crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência, previsto no artigo 24-A da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), configura-se apenas se o juiz que as deferiu tiver competência criminal.

d) Nos casos de violência doméstica e familiar que impliquem risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher, de seus dependentes, ou de crianças, adolescentes ou seus familiares, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima. O afastamento depende de ordem judicial, não podendo ser realizado pelo delegado de polícia ou pelo policial responsável pelo atendimento da ocorrência, mesmo em situações excepcionais, como em Municípios que não sejam sede de comarca ou, nesses casos, quando não houver delegado disponível no momento da comunicação do fato.

e) As medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) serão concedidas independentemente da tipificação penal ou da pendência, da existência do boletim de ocorrência ou do início de investigação ou ação penal em andamento. Porém, as medidas perderão efeito automaticamente se o agressor for absolvido com fundamento na inexistência do fato.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme o artigo 14 e artigo 14-A, § 1º, da Lei Maria da Penha, os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher têm competência cível e criminal, permitindo que a vítima proponha ações como divórcio ou dissolução de união estável, excetuando-se a partilha de bens.

A alternativa B está incorreta. O controle de convencionalidade deve garantir que o direito interno seja compatível com normas internacionais, não com costumes e tradições locais, como afirmado na questão. A definição da assertiva não encontra fundamento em qualquer doutrina constitucional, internacional ou ainda no segmento do processo penal.

A alternativa C está incorreta. O artigo 24-A, § 1º, da Lei Maria da Penha estabelece que o crime de descumprimento de medidas protetivas independe da competência cível ou criminal do juiz que as deferiu.

A alternativa D está incorreta. O artigo 12-C da Lei Maria da Penha permite que o afastamento imediato do agressor seja determinado não apenas pelo juiz, mas também pelo delegado de polícia ou até pelo policial, se o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível.

A alternativa E está incorreta. Conforme o artigo 18, § 5º, da Lei Maria da Penha, as medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência. Ocorre que não há previsão legal de que as medidas protetivas percam automaticamente o efeito caso o agressor seja absolvido por inexistência do fato, mas antes que elas “vigorem enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes”.

QUESTÃO 17. Assinale a alternativa correta a respeito da interceptação das comunicações telefônicas (Lei nº 9.296/1996).

a) A Lei nº 9.296/1996 veda a interceptação das comunicações telefônicas quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis. É da acusação o ônus de demonstrar que não havia outros meios de prova disponíveis ao tempo do requerimento de quebra do sigilo telefônico.

b) Nos procedimentos previstos nessa lei, as perícias serão realizadas por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Esta exigência abrange a degravação de conversas telefônicas interceptadas, pois, devido à complexidade dos procedimentos, a própria Lei nº 9.296/1996 recomenda que a autoridade policial requisiite "serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público" (artigo 7º).

c) O artigo 2º, III, da Lei nº 9.296/1996, impede a interceptação das comunicações telefônicas para investigar crimes apenados com detenção. Porém, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça, é lícita a interceptação quando crimes apenados com detenção estiverem conexos a ilícitos penais punidos com reclusão.

d) A interceptação telefônica de conversa entre advogado investigado e cliente é inválida, ainda que autorizada por ordem judicial. Isso se deve à proteção prevista no artigo 7º, inciso II, do Estatuto da Advocacia e da OAB, que assegura ao advogado "a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia".

e) Em investigação de tráfico internacional pela Polícia Federal, houve interceptação telefônica autorizada pelo juiz. Durante o inquérito, foram afastados os indícios de internacionalidade do tráfico, havendo declínio de competência para a Justiça Estadual. Diante dessa alteração legal de que a quebra do sigilo não deveria ter sido autorizada pela esfera federal, as interceptações até então autorizadas serão anuladas, pois passaram a se tratar de hipóteses de competência absoluta.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**.

A alternativa A está incorreta. A Lei nº 9.296/1996 realmente veda a interceptação telefônica quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis (art. 2º, II). No entanto, a questão erra ao afirmar que é da acusação o ônus de demonstrar a inexistência de outros meios de prova. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é de que cabe à defesa demonstrar que existiam outros meios investigativos alternativos, sob pena de inviabilizar o uso da interceptação telefônica (STJ, AgRg no HC 533.348/CE).

A alternativa B está incorreta. O artigo 7º da Lei nº 9.296/1996 realmente prevê que a autoridade policial pode requisitar "serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público" para auxiliar na interceptação telefônica. No entanto, a norma não exige que a degravação de conversas interceptadas seja realizada exclusivamente por peritos oficiais portadores de diploma de curso superior. Dessa forma, a alternativa contém uma afirmação imprecisa e, portanto, incorreta.

A alternativa C está correta. O artigo 2º, III, da Lei nº 9.296/1996 estabelece que não será admitida a interceptação telefônica para apurar infração penal punida, no máximo, com detenção. No entanto,

conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é lícita a interceptação quando crimes apenados com detenção estiverem conexos a delitos punidos com reclusão (STJ, AgRg no RHC 114973/SC). Para o STJ, se a descoberta meramente fortuita, não há motivos para não admitir a validade da prova.

A alternativa D está incorreta. A inviolabilidade das comunicações entre advogado e cliente é garantida pelo artigo 7º, II, do Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/1994). Contudo, a proteção só se aplica às conversas que envolvam o exercício da advocacia. Caso o advogado esteja sendo investigado por envolvimento em crimes, a interceptação telefônica poderá ser admitida, desde que devidamente autorizada pelo Judiciário. Assim, a afirmativa da questão é excessivamente ampla e, portanto, errada.

A alternativa E está incorreta. A afirmação de que as interceptações telefônicas devem ser anuladas automaticamente devido à alteração da competência não está correta. O Superior Tribunal de Justiça aplica a teoria do juízo aparente, segundo a qual medidas cautelares autorizadas por um juízo aparentemente competente podem ser posteriormente ratificadas pelo juízo competente. No caso concreto, se a Justiça Federal inicialmente autorizou a interceptação telefônica com base nos indícios de tráfico internacional e, depois, esses indícios foram afastados, o declínio de competência para a Justiça Estadual não invalida automaticamente as provas obtidas. O juízo competente poderá avaliar e decidir sobre a convalidação ou não dos atos já praticados (STJ, AgRg no RHC 156413-GO). Portanto, a alternativa erra ao afirmar que as interceptações devem ser anuladas, pois a teoria do juízo aparente permite a validação dessas provas, desde que tenham sido autorizadas de boa-fé pelo juízo inicialmente competente.

QUESTÃO 18. Assinale a alternativa correta a respeito dos debates no Tribunal do Júri.

a) Acarreta nulidade a referência feita pelo acusador à decisão que, em audiência de custódia, converteu prisão em flagrante em preventiva, com fundamento no perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

b) Caberá ao juiz presidente regulamentar os apartes requeridos pelas partes, podendo, no entanto, proibi-los, caso entenda ser medida necessária à manutenção do decoro e da ordem no julgamento.

c) Não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de três dias úteis. A proibição compreende a leitura de jornais ou qualquer outro escrito, bem como a exibição de vídeos, gravações, fotografias, laudos, quadros, croqui ou qualquer outro meio assemelhado, cujo conteúdo versar sobre os índices de criminalidade na comarca ou se referir a matéria de fato submetida à apreciação e julgamento dos jurados.

d) Concluídos os debates, o juiz presidente prestará os esclarecimentos eventualmente solicitados pelos jurados. O juiz presidente poderá dissolver o Conselho de Sentença para verificação de fato essencial para o julgamento da causa. Se houver necessidade de prova pericial, o juiz presidente nomeará perito e formulará quesitos. As partes também podem formulá-los ou indicar assistentes técnicos.

e) O defensor não poderá inovar na tréplica, apresentando tese não sustentada na réplica da acusação. Além disso, o juiz presidente não poderá conceder ao assistente da acusação a palavra após a réplica para falar após a defesa, nem suprimir o direito de fala por último. Assim, o juiz deverá dissolver o Conselho de Sentença, diante da impossibilidade de assegurar o princípio da igualdade entre as partes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. As vedações previstas no art. 478 do CPP abrangem a menção à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado, bem como ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo. Não há proibição, portanto, que se assemelhe àquela descrita na questão.

A alternativa B está incorreta. A previsão contida no art. 497, XII, do CPP não abrange o suposto direito de proibição, mas tão somente o poder deferido ao Juiz Presidente de “regulamentar, durante os debates, a intervenção de uma das partes, quando a outra estiver com a palavra, podendo conceder até 3 (três) minutos para cada aparte requerido, que serão acrescidos ao tempo desta última”.

A alternativa C está incorreta. A primeira parte da alternativa está em conformidade com o art. 479 do CPP. Porém, a segunda parte traz conteúdo distinto do parágrafo único do referido artigo, o que torna incorreta a assertiva.

A alternativa D está incorreta. A alternativa está correta, pois está de acordo com os artigos 480 e 481 do Código de Processo Penal. O artigo 480 prevê que, concluídos os debates, o juiz presidente deve indagar aos jurados se estão habilitados a julgar ou se necessitam de outros esclarecimentos. Caso haja dúvida sobre questão de fato, o juiz poderá prestar esclarecimentos à vista dos autos. Além disso, os jurados, se solicitarem, poderão ter acesso aos autos e aos instrumentos do crime. O artigo 481 estabelece que, se a verificação de um fato essencial para o julgamento da causa não puder ser realizada imediatamente, o juiz presidente deverá dissolver o Conselho de Sentença e determinar a realização das diligências necessárias. Caso a diligência envolva a produção de prova pericial, o juiz nomeará perito e formulará quesitos, garantindo que as partes também possam formular seus próprios quesitos e indicar assistentes técnicos no prazo de cinco dias. Portanto, a alternativa reflete corretamente as atribuições do juiz presidente no Tribunal do Júri, especialmente no que diz respeito à possibilidade de dissolução do Conselho de Sentença para esclarecimento de questões essenciais e à nomeação de perito para produção de prova pericial quando necessário.

A alternativa E está incorreta. Não há vedação legal expressa à inovação na tréplica pelo defensor, e o juiz presidente não deve dissolver o Conselho de Sentença caso isso ocorra. O CPP estabelece, no artigo 476, § 3º, que, nos debates, a defesa fala por último, garantindo o princípio da ampla defesa e do contraditório. Além disso, o artigo 477 do CPP prevê que a réplica e a tréplica devem respeitar o tempo estipulado, sem qualquer restrição quanto à possibilidade de inovação na argumentação. Não há qualquer previsão legal determinando que o juiz dissolva o Conselho de Sentença caso o defensor apresente uma tese nova na tréplica. Assim, a afirmativa não encontra respaldo no CPP.

QUESTÃO 19. Em relação à sentença, é correto afirmar:

a) O Superior Tribunal de Justiça assentou que a norma legal que permite ao juiz condenar o réu, mesmo que o Ministério Público peça a absolvição, foi tacitamente revogada pelo Pacote Anticrime, que consagrou a estrutura acusatória do processo penal brasileiro.

b) Embora admitida a fundamentação *per relationem*, é nula a decisão que se limita à remissão aos fundamentos de terceiros, sendo necessário que o magistrado acrescente argumentos próprios, a fim de demonstrar que examinou o pleito e esclarecer as razões de seu convencimento.

c) Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer majorantes, embora nenhuma tenha sido alegada.

d) Constatando, em apelação exclusiva da defesa, que o réu foi condenado por crime mais grave do que o descrito na denúncia, sem aditamento, deve o tribunal cassar a sentença e remeter os autos ao primeiro grau, para que seja observado o procedimento da *mutatio libelli*.

e) O juiz poderá deixar de seguir enunciado de súmula (salvo as vinculantes), jurisprudência ou precedente invocado pela parte, independentemente de demonstração da existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O STJ já decidiu que o artigo 385 do CPP não foi tacitamente revogado pelo Pacote Anticrime e segue compatível com o sistema acusatório, permitindo que o juiz condene o réu mesmo quando o Ministério Público pede a absolvição (REsp 2022413-PA, Info 765).

A alternativa B está correta. A fundamentação *per relationem* (quando o juiz adota fundamentos de outra decisão) é admitida, mas não pode ser usada de forma isolada. O magistrado deve acrescentar argumentos próprios, demonstrando que analisou o caso e esclareceu seu convencimento, sob pena de nulidade (REsp 2.072.790/DF, Info 785).

A alternativa C está incorreta. O artigo 385 do CPP permite que o juiz condene o réu mesmo se o MP pedir absolvição. No entanto, a questão traz uma alteração do texto legal: o juiz pode reconhecer agravantes, mas não pode aplicar majorantes que não tenham sido alegadas. A troca de agravantes por majorantes na questão torna a alternativa incorreta.

A alternativa D está incorreta. Se, em grau de apelação exclusiva da defesa, for constatado que o réu foi condenado por crime mais grave do que o descrito na denúncia, sem aditamento, o tribunal não precisa necessariamente cassar a sentença. Em alguns casos, pode haver apenas a readequação jurídica dos fatos, conforme a *emendatio libelli* (art. 383 do CPP). O procedimento correto da *mutatio libelli* (art. 384 do CPP) exige que haja modificação dos fatos, o que não foi mencionado na questão (AgRg no HC 770256-SP, Info 761).

A alternativa E está incorreta. O juiz não pode simplesmente ignorar enunciados de súmula (salvo as vinculantes), jurisprudência ou precedentes invocados pela parte. O artigo 315, § 3º, VI, do CPP exige que, se o magistrado quiser se afastar de um entendimento, deve justificar a distinção do caso concreto ou demonstrar a superação da tese anterior.

QUESTÃO 20. Em relação ao Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), assinale a alternativa correta.

a) O Ministério Público não é obrigado a notificar o investigado em caso de recusa no oferecimento do ANPP. Citado, o réu conhecerá razões pelas quais o Ministério Público deixou de propor a medida e, na resposta escrita, poderá requerer ao Juiz a remessa dos autos ao órgão superior do Ministério Público para revisão. Caberá ao juiz avaliar se a recusa do Parquet em propor o ajuste foi motivada pela ausência de algum dos requisitos objetivos e, somente em caso negativo, encaminhar os autos ao órgão superior do Ministério Público.

b) A recusa, pelo investigado e por seu defensor, de proposta de ANPP formulada na fase pré-processual não implica preclusão consumativa. Nada impede, portanto, que, depois de recebida a denúncia, o acusado manifeste a aceitação da proposta, estando o membro do Ministério Público vinculado aos termos da oferta formulada antes da deflagração da ação penal.

c) O membro do Ministério Público poderá requerer ao juiz a suspensão da investigação por tempo razoável, com o objetivo de realizar tratativas para a formulação da proposta de ANPP. Caso o juiz verifique, desde logo, a impossibilidade de aplicação do instituto, devolverá os autos ao Ministério Público para que conclua a investigação ou ofereça a denúncia.

d) O acordo de não persecução penal é incompatível com crimes hediondos ou equiparados. Dessa forma, caberá o ajuste mesmo a favor de sujeito investigado por tráfico de drogas, mesmo que, na sentença, seja aplicado o benefício da causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06 (tráfico privilegiado).

e) O ANPP é vedado para crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar. Assim, o investigado por importunação sexual (artigo 215-A do Código Penal), mesmo que a vítima seja mulher, poderá, em tese, ser beneficiado pela medida consensual, pois o delito não possui a violência como elementar e a pena mínima cominada é de um ano de reclusão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O Ministério Público não é obrigado a notificar previamente o investigado sobre a recusa na oferta do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). Essa comunicação pode ser feita no próprio ato do oferecimento da denúncia, conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no REsp 2024381-TO (Info 766). A citação do réu é o momento em que ele terá ciência da recusa ministerial. Caso discorde, poderá requerer ao juiz que encaminhe os autos ao órgão superior do Ministério Público para revisão, conforme previsto no § 14 do artigo 28-A do Código de Processo Penal (CPP). No entanto, o juiz não pode obrigar o MP a oferecer o acordo, mas apenas verificar se a recusa foi fundamentada com base na ausência

dos requisitos legais. Somente se houver indícios de recusa imotivada, o juiz poderá encaminhar os autos ao órgão superior do MP.

A alternativa B está incorreta. A recusa ao ANPP durante a fase pré-processual gera, sim, preclusão consumativa, ou seja, se o investigado rejeita a proposta antes do oferecimento da denúncia, ele não pode voltar atrás após a ação penal ser iniciada.

A alternativa C está incorreta. O juiz não deve interferir na negociação do ANPP ou suspender a investigação por conta própria para permitir tratativas. A negociação cabe exclusivamente ao Ministério Público, e o juiz só pode atuar em casos de controle de legalidade, conforme entendimento do STJ.

A alternativa D está incorreta. Embora, em regra, não caiba ANPP quanto aos crimes de tráfico de drogas, o STJ entende que é possível concedê-lo nos casos de tráfico privilegiado, que ostentam menor reprovabilidade (STJ. 5ª Turma. HC 822.947-GO, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 27/6/2023 (Info 13 – Edição Extraordinária)).

A alternativa E está incorreta. A afirmação está errada porque desconsidera a interpretação do artigo 28-A, § 2º, I, do Código de Processo Penal, que veda expressamente o Acordo de Não Persecução Penal para crimes praticados no contexto de violência doméstica ou familiar, independentemente da pena mínima e da presença de violência física. O crime de importunação sexual (art. 215-A do Código Penal) possui pena mínima de um ano de reclusão, o que, em tese, permitiria a aplicação do ANPP. No entanto, se o delito for cometido no âmbito de violência doméstica ou familiar contra mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, não será possível a celebração do acordo, conforme o dispositivo mencionado do CPP.

QUESTÃO 21. No que diz respeito à prisão preventiva, é correto afirmar:

a) Apesar do fortalecimento do sistema acusatório promovido pelo Pacote Anticrime, nada impede que o juiz, de ofício, decrete prisão preventiva, sendo prescindível o prévio requerimento do Ministério Público ou a representação da autoridade policial. A posterior manifestação do órgão ministerial ou da autoridade policial pela conversão ou decretação de prisão cautelar não supre o vício da não observância da formalidade do prévio requerimento para a prisão preventiva.

b) A decisão que decretar a prisão preventiva será sempre fundamentada. Porém, o juiz não precisa enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada.

c) Decretada a prisão, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada noventa dias, em decisão fundamentada. Considerando o caráter excepcional da prisão, o prazo em questão é peremptório. Caso ultrapassado esse período sem revisão, será imediatamente relaxada a prisão preventiva.

d) Considerando que a autodefesa é renunciável, a fuga e a localização incerta do acusado se inserem no exercício da ampla defesa, não podendo ser considerada fundamentação idônea para o decreto da prisão preventiva.

e) A exigência de revisão periódica da necessidade de manutenção da prisão preventiva se aplica até o final da ação penal, ainda que sobrevenha sentença condenatória pelo tribunal em sede de apelação, não sendo exigível a revisão enquanto o processo estiver pendente de julgamento em segunda instância ainda não transitada em julgado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Com a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) e a Súmula 676 do STJ, o juiz não pode decretar ou converter prisão preventiva de ofício, sendo necessário prévio requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial. Dessa forma, a alternativa está errada, pois admite a decretação de ofício, o que não é mais permitido (STJ, Info 837).

A alternativa B está incorreta. O artigo 315, § 2º, IV, do CPP exige que todas as decisões sejam fundamentadas e enfrentem todos os argumentos relevantes trazidos ao processo. Assim, o juiz deve analisar todos os argumentos que possam infirmar sua decisão. A alternativa está errada, pois afirma que essa análise não é necessária.

A alternativa C está incorreta. O artigo 316, parágrafo único, do CPP determina que a prisão preventiva deve ser reavaliada a cada 90 dias. No entanto, conforme entendimento do STF (SL 1395 MC Ref/SP, Info 995), o descumprimento desse prazo não gera automaticamente a revogação da prisão preventiva. Assim, a alternativa está incorreta, pois afirma que a soltura seria imediata.

A alternativa D está incorreta. A afirmação está errada porque, embora a autodefesa seja um direito renunciável, a fuga e a localização incerta do acusado podem, sim, fundamentar a decretação da prisão preventiva, desde que estejam presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal. A fuga do réu pode ser um indicativo do periculum libertatis, especialmente no que diz respeito à garantia da aplicação da lei penal. Se o acusado se evade, há risco concreto de que ele não compareça aos atos processuais ou dificulte a execução da pena, o que pode justificar a decretação da prisão preventiva para assegurar a efetividade do processo.

A alternativa E está correta. O artigo 316, parágrafo único, do CPP prevê que a necessidade da prisão preventiva deve ser revisada até o final da ação penal. No entanto, o STF (ADI 6581/DF e ADI 6582/DF, Info 1046) esclareceu que essa exigência não se aplica quando há sentença condenatória de segunda instância ainda não transitada em julgado. Assim, a alternativa está correta, pois reflete o entendimento de que a revisão periódica só se aplica durante os processos de conhecimento, não sendo exigida após condenação em segunda instância.

QUESTÃO 22. Em relação à legalidade das ações das Guardas Municipais, à luz da decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal na ADPF 995/DF, que considerou inconstitucionais "todas as interpretações judiciais que excluam as Guardas Municipais, devidamente criadas e instituídas, como integrantes do Sistema de Segurança Pública", assinale a alternativa correta.

a) A Constituição Federal não atribui às Guardas Municipais a realização de atividades ostensivas típicas da Polícia Militar ou investigativas da Polícia Civil, mas somente de proteção do patrimônio municipal (bens, serviços e instalações). A decisão em foco não alterou esse panorama. Logo, as Guardas Municipais não poderão realizar patrulhamento preventivo e nem averiguar informações anônimas sobre a prática de crimes permanentes, como o tráfico de drogas; buscas pessoais e prisões realizadas nesse contexto são ilícitas.

b) Todas as alternativas estão incorretas.

c) Não está proibida a realização de patrulhamento urbano preventivo, um dos principais âmbitos de atuação das Guardas Municipais. Os integrantes dessas corporações poderão ter porte de arma de fogo, independentemente do número de habitantes do Município que as criou e instituiu. No exercício da atribuição de patrulhamento preventivo, é lícita a busca pessoal por integrantes da Guarda Municipal, desde que motivada por fundada suspeita em situações de flagrância.

d) Integrantes do Sistema Único de Segurança Pública, as Guardas Municipais devem buscar o intercâmbio de informações com governos no combate à criminalidade violenta e organizada, à impunidade e à corrupção. No entanto, essas corporações não podem usurpar atribuições das Polícias Militar e Civil, sendo-lhes vedadas as realizações de buscas pessoais e prisões em flagrante.

e) A decisão proferida na ADPF preocupa-se com orientações da jurisprudência que têm limitado a atuação das Guardas Municipais em casos de patrulhamento urbano e busca pessoal sem o estado de flagrante delito. Por isso, ampliou as atribuições das Guardas Municipais, permitindo a busca pessoal e a prisão em flagrante em campanhas, isto é, resultantes de uma observação discreta e persistente nas imediações da residência de alguém, a fim de apurar a notícia da prática da infração penal no local.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A decisão do STF na ADPF 995/DF reconheceu que as Guardas Municipais fazem parte do Sistema de Segurança Pública e podem realizar patrulhamento preventivo urbano. Além disso, no julgamento do RE 608.588-SP, o STF confirmou que elas podem exercer policiamento ostensivo e comunitário, desde que respeitadas as competências das demais forças de segurança. Dessa forma, a afirmação de que não podem realizar patrulhamento preventivo nem averiguar informações sobre crimes permanentes está incorreta.

A alternativa B está incorreta, pois a C é correta.

A alternativa C está correta. O STF confirmou que as Guardas Municipais podem realizar policiamento ostensivo e comunitário, desde que respeitadas as competências das Polícias Militar e Civil (RE 608.588-SP). Quanto ao porte de arma dos Guardas que atuam em Municípios menores, o Plenário do STF declarou inconstitucional a restrição imposta pelo Estatuto do Desarmamento, que limitava o porte de arma aos guardas municipais de cidades com maior número de habitantes (ADC 38, ADI 5538 e ADI 5948). Dessa forma, todos os integrantes das Guardas Municipais, independentemente do tamanho do município, podem portar arma de fogo, dentro e fora de serviço. Por fim, a busca pessoal realizada por Guardas Municipais é lícita, desde que haja fundada suspeita e a situação envolva flagrante delito. A jurisprudência tem consolidado esse

entendimento, reforçando que a atuação da Guarda não pode ser considerada ilegal quando há circunstâncias que justifiquem a abordagem.

A alternativa D está incorreta. As Guardas Municipais podem realizar buscas pessoais e prisões em flagrante, desde que respeitados os limites constitucionais e legais. O STF, no julgamento da ADPF 995, reconheceu que as Guardas Municipais têm papel legítimo na segurança pública. Além disso, a prisão em flagrante pode ser realizada por qualquer pessoa (prisão facultativa) e é um dever dos agentes de segurança pública. Portanto, ao contrário do que afirma a alternativa, a realização de buscas pessoais e prisões em flagrante não é vedada às Guardas Municipais.

A alternativa E está incorreta. A alternativa sugere que a ADPF 995 ampliou as atribuições das Guardas Municipais, o que não é correto. O STF não "ampliou" as atribuições dessas corporações, mas reconheceu o que já estava previsto no ordenamento jurídico. O que o Supremo fez foi afastar interpretações restritivas que excluam as Guardas Municipais do Sistema de Segurança Pública. A decisão não modificou o conceito de flagrante delito nem criou novas competências para a Guarda Municipal, mas reafirmou que as Guardas Municipais podem atuar no patrulhamento preventivo e realizar prisões em flagrante, quando for o caso.

QUESTÃO 23. Assinale a alternativa correta a respeito das provas no processo penal.

a) É pacífico no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que o fato de o agente mentir acerca da ocorrência delituosa constitui violação à lealdade e boa-fé processual, podendo servir como circunstância judicial desfavorável na fixação da pena (personalidade ou conduta social).

b) O Supremo Tribunal Federal proclamou que não foi recepcionada a expressão "*para o interrogatório*" constante do artigo 260 do Código de Processo Penal, e declarou a inconstitucionalidade da condução coercitiva de investigados ou de réus para interrogatório policial ou judicial. Tal decisão, porém, não abrange a condução coercitiva do investigado ou acusado para atos que dependam da sua presença, como a identificação criminal.

c) A serendipidade (encontro fortuito de provas) não é admitida no ordenamento jurídico, por caracterizar a hipótese de *fishing expedition* (pescaria probatória), prática que viola as garantias constitucionais da intimidade e da privacidade.

d) O depoimento especial de crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência não pode ser realizado perante a autoridade policial, pois a lei exige a observância de rito específico para a produção antecipada de prova judicial. Assim, cabe à autoridade policial determinar a realização de escuta especializada e, caso considere necessário o depoimento especial, representar ao Ministério Público para que este proponha a ação cautelar de antecipação de prova.

e) Os prints de WhatsApp somente terão valor probatório se forem autenticados por ata notarial ou por perícia em um dos aparelhos usados para transmissão ou recepção das mensagens, ou se forem validados por plataforma que atenda aos padrões e princípios de coleta e preservação da cadeia de custódia de provas digitais, com base nas recomendações forenses aderentes à ISO 27037:2013 (Diretrizes para identificação, coleta, aquisição e preservação de evidência digital).

Comentários

A alternativa correta é a Letra B.

A alternativa A está incorreta. O entendimento do STJ é contrário ao que a alternativa afirma. No HC 834.126-RS (Info 789), o STJ expressamente decidiu que o fato de o réu mentir no interrogatório, ainda que imputando falsamente crime a terceiro, não autoriza a majoração da pena-base. O argumento de que a mentira seria uma violação à boa-fé processual não pode ser utilizado para justificar aumento de pena, pois a confissão pode atenuar a pena, mas a negativa dos fatos não pode ser considerada agravante. Portanto, a assertiva está incorreta.

A alternativa B está correta. O STF, no julgamento das ADPFs 395 e 444 (Info 906), declarou inconstitucional a condução coercitiva de investigados ou réus para interrogatório policial ou judicial, afirmando que essa prática não foi recepcionada pela Constituição Federal. Entretanto, o STF não vedou a condução coercitiva em situações que exigem o comparecimento obrigatório do investigado ou acusado, como: a) Dúvida sobre identidade civil (art. 313, § 1º, CPP); b) Participação em reconhecimento pessoal (quando necessário); e. c) Realização de outros atos processuais imprescindíveis. Portanto, a alternativa está correta, pois reflete exatamente o entendimento do STF.

A alternativa C está incorreta. A alternativa afirma que a serendipidade (descoberta fortuita de provas) não é admitida no ordenamento jurídico, mas isso não é verdade. O STJ reconhece a serendipidade como válida, desde que a diligência inicial tenha sido legítima e autorizada judicialmente, e a prova encontrada seja relevante para um crime de competência da mesma jurisdição. Por outro lado, fishing expedition (pescaria probatória) ocorre quando a autoridade busca provas de maneira genérica, sem uma suspeita legítima ou um alvo específico. Esse método é vedado, pois viola a intimidade e a privacidade. O STJ já consolidou esse entendimento no HC 282096-SP (Info 539). Assim, a alternativa está errada.

A alternativa D está incorreta. A alternativa narra de forma equivocada o regramento do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. De acordo com a Lei nº 13.431/2017, o depoimento especial pode ser realizado tanto na fase policial quanto na fase judicial. Não há impedimento para que a autoridade policial colha o depoimento especial diretamente, desde que observados os protocolos adequados. Portanto, a alternativa está incorreta ao afirmar que o depoimento especial não pode ser realizado na fase policial e que deve ser requerida uma ação cautelar de antecipação de prova.

A alternativa E está incorreta. O STJ entende que prints de conversas de WhatsApp Web não têm valor probatório seguro, pois o aplicativo permite a exclusão de mensagens sem deixar rastros, o que compromete a confiabilidade da prova. Em alguns casos julgados pela Corte, prints foram aceitos quando corroborados por outros elementos probatórios, como: Ata notarial; Perícia técnica realizada diretamente no aparelho utilizado para troca das mensagens. Contudo, a afirmativa traz presunções equivocadas sobre a aceitação “automática” da prova, algo que nunca foi dito pelo STJ, que tem, ao revés, decidido rotineiramente que “A utilização de “prints” de mensagens, mesmo que realizados pela autoridade policial, viola a cadeia de custódia prevista nos artigos 158 e ss. do CPP e é prova ilícita de acordo com os precedentes desta Corte.” Há um vácuo legislativo, nesse ponto, sendo possível concluir que, atualmente, a exigência contida na alternativa não encontra fundamento legal ou jurisprudencial. Portanto, a alternativa está errada.

QUESTÃO 24. Em relação ao juiz das garantias, à luz da decisão do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas para questionar alterações no Código de Processo Penal pelo Pacote Anticrime (ADIs 6298, 6299, 6300 e 6305), assinale a alternativa correta.

a) As regras relativas ao juiz das garantias não se aplicam às seguintes situações: processos de competência originária dos tribunais, regidos pela Lei nº 8.038/1990, processos de competência do tribunal do júri, casos de violência doméstica e familiar, processos criminais de competência originária dos Tribunais Regionais Eleitorais; infrações penais de menor potencial ofensivo.

b) A previsão legal de um sistema de rodízio de magistrados para abarcar a atuação do juiz das garantias é compatível com a Constituição Federal. Para o Supremo Tribunal Federal, a norma ajusta-se ao princípio da eficiência e, do ponto de vista formal, tem caráter processual, tendo a União competência privativa para legislar sobre o tema.

c) Para conferir maior fluidez ao preenchimento das vagas, os juízes de garantias devem ser designados, e não investidos. A decisão do Supremo Tribunal Federal atribuiu interpretação conforme ao artigo 3º-E do Processo Penal para estabelecer que as designações sejam pautadas por critérios objetivos, periodicamente divulgados pelo respectivo tribunal.

d) O preso em flagrante será ouvido no prazo de 24 horas, preferencialmente por meio de videoconferência, em respeito ao princípio da celeridade. A audiência será realizada com a participação do Ministério Público e da Defensoria Pública ou do advogado constituído.

e) O Pacote Anticrime consolidou a estrutura acusatória do processo penal, impedindo o juiz das garantias de atuar como investigador da autoridade policial. Assim, embora caiba ao juiz das garantias, dentre outras, a função de controle da legalidade da atividade investigatória, é-lhe vedada a iniciativa de realizar diligências no curso da investigação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O STF atribuiu interpretação conforme à primeira parte do caput do art. 3º-C do CPP, para esclarecer que as normas relativas ao juiz das garantias não se aplicam às seguintes situações: a) processos de competência originária dos tribunais, os quais são regidos pela Lei 8.038/1990; b) processos de competência do tribunal do júri; c) casos de violência doméstica e familiar; e, d) infrações penais de menor potencial ofensivo.

A alternativa B está incorreta. No julgado, o STF declarou a inconstitucionalidade da disposição que trata sobre o rodízio de magistrados. Embora a inconstitucionalidade tenha decorrido de vício de iniciativa, também é possível ventilar que tal disposição atenta contra o juiz natural, já que ausentes critérios objetivos para que os juízes atuem em tais investigações. De todo modo, o item está incorreto.

A alternativa C está incorreta. O STF estabeleceu que os juízes das garantias devem ser investidos nessa função conforme as normas de organização judiciária dos respectivos tribunais, e não simplesmente distribuídos por ato administrativo.

A alternativa D está incorreta. O STF decidiu que a audiência de custódia deve ocorrer, em regra, no prazo de 24 horas, bem como que a videoconferência é excepcionalmente permitida, caso necessário para garantir os direitos do preso. A preferência da audiência por meio de videoconferência não é prevista em lei.

A alternativa E está incorreta. O controle dos pedidos de realização de diligências é, justamente, uma das principais atribuições do Juiz de Garantias, havendo a possibilidade pontual de que adote medidas para esclarecimentos nas coletas de provas.

QUESTÃO 25. Em relação ao inquérito policial e à investigação criminal, inclusive observando a orientação do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas para questionar alterações no Código de Processo Penal pelo Pacote Anticrime (ADIs 6298, 6299, 6300 e 6305), assinale a alternativa correta.

a) Há duas alternativas corretas.

b) O artigo 28, § 1º, do Código de Processo Penal, dispõe que, se a vítima ou seu representante legal não concordar com o arquivamento do inquérito policial promovido pelo Ministério Público, poderá, no prazo de 30 dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica. Assim, não cabe à autoridade judiciária submeter o órgão de revisão ministerial à promoção de arquivamento formulada pelo membro do Ministério Público.

c) Se o investigado estiver preso, o juiz poderá, mediante representação da autoridade policial e ouvido o Ministério Público, prorrogar, uma única vez, a duração do inquérito por até 15 dias, ao que se dará início à investigação na fase do contraditório. Caso o prazo seja ultrapassado sem conclusão, a prisão será imediatamente relaxada.

d) Todos os atos praticados pelo Ministério Público como condutor de investigação criminal (através dos PICs ou de outros procedimentos) devem ser submetidos ao controle judicial, podendo o juiz determinar o trancamento da investigação quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou procrastinação indevida.

e) O indiciamento, privativo do delegado de Polícia, deve ser ao ato fundamentado, mediante análise técnica-jurídica do fato, que levará em conta autoria, materialidade e suas circunstâncias. Por se tratar de um juízo técnico, não há nulidade a ser sanada caso a autoridade policial deixe de fundamentar o indiciamento formal do investigado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. As alternativas D e E estão corretas, por tanto, há duas alternativas corretas.

A alternativa B está incorreta. O STF decidiu que os atos investigatórios do Ministério Público estão sujeitos ao controle judicial, conforme interpretação conforme dada ao art. 3º-B, incisos IV, VIII e IX, do CPP. Isso

significa que o juiz pode verificar se a decisão de arquivamento tem fundamento razoável, ainda que ele não possa obrigar o MP a oferecer denúncia. Assim, a recusa do juiz em arquivar o inquérito pode gerar a necessidade de envio da questão ao órgão superior do MP para revisão, o que contraria a assertiva da questão.

A alternativa C está incorreta. Embora o art. 3º-B, inciso VIII, do CPP preveja que o juiz das garantias pode prorrogar o inquérito policial em caso de investigado preso, o STF atribuiu interpretação conforme, permitindo mais de uma prorrogação, desde que fundamentada e justificada pela complexidade do caso. Além disso, a prisão não será automaticamente relaxada caso o prazo seja extrapolado, o que contraria a afirmativa da questão.

A alternativa D está correta, mas não é o gabarito da questão (vide letra A). O STF decidiu atribuir interpretação conforme aos incisos IV, VIII e IX do art. 3º-B do CPP, para que todos os atos praticados pelo Ministério Público, como condutor de investigação penal, se submetam ao controle judicial. Com efeito, ao judiciário é permitido, em bases excepcionais, trancar investigação quando descumpridas regras básicas da investigação.

A alternativa E está correta, mas não é o gabarito da questão (vide letra A). O art. 2º, § 6º, da Lei n. 12.830/13 prevê que “o indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias”. A parte final da assertiva pode suscitar dúvidas. Em tese, não haverá declaração de nulidade, pois não há prejuízo, mas há, de fato, irregularidade no ato que não fundamentou. Em primeira análise, a alternativa soa correta e, portanto, a alternativa A seria o gabarito da questão.

QUESTÃO 26. Assinale a alternativa correta a respeito da pena de multa.

a) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (ADIN 3.150/DF), a prescrição da pretensão punitiva e executória da pena de multa é regulada pelo Código Penal, embora apliquem-se as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública no que tange às causas de interrupção e suspensão.

b) Em ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a legitimação prioritária do Ministério Público para executar a pena de multa, conforme a Lei de Execução Penal. Com a recente alteração do artigo 51 do Código Penal, que fixou a competência do juiz da execução para a cobrança da multa, a Corte estabeleceu a modulação temporal dos efeitos da decisão, para manter a competência concorrente da Procuradoria da Fazenda Pública nas execuções finalizadas ou iniciadas até o trânsito em julgado dessa ação direta de inconstitucionalidade.

c) Mesmo que o sentenciado esteja cumprindo a pena privativa de liberdade, o juiz poderá decretar a exigência da pena de multa cumulativamente imposta em processo criminal, caso demonstrado, no processo executivo, o estado de hipossuficiência econômica que impossibilite o pagamento da sanção pecuniária.

d) O artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil, consagra a presunção de veracidade da alegação de insuficiência econômica deduzida por pessoa natural. Logo, alegada pelo sentenciado a hipossuficiência,

deve o juiz aplicar essa presunção de veracidade para afastar a exigibilidade da pena de multa imposta no processo criminal, sendo vedado ao Ministério Público diligenciar para localização de patrimônio do executado.

e) De acordo com o Código Penal e a Lei de Execução Penal, o juiz não poderá determinar que a multa seja cobrada mediante desconto no vencimento ou no salário do condenado, uma vez que esses recursos são indispensáveis para garantir a dignidade do devedor e de sua família.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está incorreta. Ela reflete com precisão o entendimento do Supremo Tribunal Federal na ADI 3.150/DF. A prescrição da pena de multa segue as regras do Código Penal, e, apesar de a multa ser considerada uma dívida de valor, aplicam-se as normas da legislação da dívida ativa da Fazenda Pública apenas de forma subsidiária, inclusive no que se refere às causas de interrupção e suspensão.

A alternativa B está incorreta. A alternativa B faz sentido, pois reconhece corretamente a legitimação prioritária do Ministério Público para executar a pena de multa. No entanto, apresenta um problema ao afirmar que a Procuradoria da Fazenda Pública teria competência concorrente com o Ministério Público para as execuções. O correto é que a Fazenda Pública somente pode atuar de forma subsidiária, caso o Ministério Público não promova a execução no prazo de 90 dias. Portanto, embora a alternativa B traga um raciocínio coerente, a alternativa A é mais precisa e correta.

A alternativa C está incorreta. Não haverá a extinção da pena de multa. A Lei nº 9.268/96 alterou o art. 51 do CP e previu que, se a multa não for paga, ela será considerada dívida de valor e deverá ser exigida por meio de execução (não se permite mais a conversão da pena de multa em detenção).

A alternativa D está incorreta. O artigo 99, § 3º, do CPC prevê presunção de insuficiência econômica para a concessão da justiça gratuita, mas isso não se aplica automaticamente à execução da multa penal. Na ADI, foram fixados outros parâmetros sobre ônus da prova para o pagamento, que não se confundem com aqueles previstos para fins de assistência judiciária gratuita no CPC. Além disso, o MP pode, logicamente, diligenciar para encontrar tais bens.

A alternativa E está incorreta. O desconto diretamente nos vencimentos é uma medida prevista no art. 168 da LEP. Havendo previsão legal, a alternativa se torna incorreta.

QUESTÃO 27. Em relação aos recursos no processo penal, é correto afirmar:

a) O Supremo Tribunal Federal passou a entender que, havendo conflito entre o réu e seu defensor quanto à interposição de recurso, deve prevalecer a vontade do acusado. A nova orientação implicou o cancelamento da Súmula 705 daquela Corte, que permitia o conhecimento da apelação interposta pelo defensor, mesmo diante da renúncia do réu.

b) O Ministério Público tem amplos poderes para fiscalizar a execução da lei nos crimes de ação privada. Assim, em caso de absolvição, não havendo recurso do querelante, poderá o Ministério Público interpor apelação buscando a condenação do autor do crime.

c) A Súmula 604 do Superior Tribunal de Justiça veda o uso de mandado de segurança para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público. Coerente com a súmula, a mesma Corte não admite o mandado de segurança como tentativa de ação cautelar inominada com medida substitutiva no mandado de segurança.

d) Apresentadas as razões e contrarrazões de apelação, poderá o tribunal ao julgar o recurso, reconhecer que, antes dos autos, o advogado do réu tenha renunciado ao mandato, e não tenha havido intimação do acusado para nomear novo causídico.

e) É amplo o efeito devolutivo nos recursos de apelação, pois o tribunal deverá decidir todas as questões suscitadas pelo réu. Porém, de acordo o Supremo Tribunal Federal, o efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é limitado aos fundamentos de sua interposição.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**.

A alternativa A está incorreta. O Supremo Tribunal Federal não cancelou a Súmula 705, que estabelece que “a renúncia do réu ao direito de apelar não impede o conhecimento da apelação interposta por seu defensor”. Embora haja alguns julgados no sentido de que a vontade do réu deve ser priorizada, especialmente nos casos em que ele expressamente manifesta sua oposição ao recurso, a súmula ainda está vigente.

A alternativa B está incorreta. Nos crimes de ação penal privada, o Ministério Público não pode interpor recurso buscando a condenação do acusado se o querelante não o fizer. Isso porque a titularidade da ação é da vítima (ou de seu representante), e não do MP, conforme o art. 129, I, da Constituição Federal e o art. 5º, LIX, da CF/88. O MP pode atuar como fiscal da lei (custos legis), mas não tem legitimidade recursal para buscar condenação.

A alternativa C está incorreta. A Súmula 604 do STJ realmente dispõe que o mandado de segurança não se presta para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público, mas o STJ admite o uso de ação cautelar inominada para esse fim. Assim, a alternativa está errada ao afirmar que o STJ não admite a cautelar inominada como substitutiva do mandado de segurança. STJ. 6ª Turma. HC 468.526/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 13/11/2018.

A alternativa D está correta. Essa é a alternativa “mais correta” entre as opções. Entende-se que, se o advogado renunciou e o processo já está pautado, nada impede o julgamento do recurso, sobretudo quando ausente prejuízo ao réu. Frise-se que o comparecimento do advogado no julgamento do recurso é dispensável, de modo que, por não se tratar de hipótese que exige a presença do profissional, não há nulidade a ser reconhecida.

A alternativa E está incorreta. A afirmação está incorreta porque generaliza a amplitude do efeito devolutivo nos recursos da defesa e não especifica corretamente a limitação imposta à apelação contra decisões do

Tribunal do Júri. Embora seja correto afirmar que o tribunal pode decidir além do pedido quando isso beneficia o réu, essa regra não se aplica de forma irrestrita a todas as hipóteses de apelação. No caso específico das decisões do Júri, o efeito devolutivo é limitado aos fundamentos expressamente indicados no recurso, conforme prevê o artigo 593, § 3º, do Código de Processo Penal. Essa restrição decorre do princípio da soberania dos veredictos, previsto no artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição Federal, que impede que o tribunal reforme a decisão do Júri fora dos limites estabelecidos na apelação, ainda que interposta pela defesa.

QUESTÃO 28. A respeito da personalidade e da capacidade jurídica, é possível afirmar corretamente que

a) o representante do incapaz manifesta sua própria vontade, porém os efeitos do negócio jurídico por ele perpetrado recaem sobre o representado e seu patrimônio, se for o caso.

b) o relativamente incapaz e o absolutamente incapaz que vierem a suceder empresário capaz, não poderão continuar a empresa antes exercida pelo autor da herança.

c) o exercício de emprego público efetivo não está dentro das hipóteses legais em que cessa a incapacidade para os menores de dezoito anos.

d) há eficácia no negócio jurídico firmado pelo representante, em nome do representado judicialmente nomeado, ainda que fora dos limites de seus poderes, não havendo que se falar em ineficácia ou em excesso de representação.

e) o óbito, que encerra a personalidade jurídica de uma pessoa, pode ser presumido quanto aos ausentes nos casos previstos em lei, de modo que não poderá ser declarada a morte presumida sem a decretação prévia de ausência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema personalidade e capacidade jurídica.

A alternativa A está correta. Ao celebrar um negócio jurídico, o representante declara a sua própria vontade ao negociar, assinar contratos ou tomar decisões em nome do incapaz. No entanto, os efeitos jurídicos dessa manifestação não recaem sobre ele (representante), mas sim sobre o incapaz representado. Para mais: “Art. 116. A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado”.

A alternativa B está incorreta. O art. 974 do Código Civil permite que o incapaz continue a empresa que herdou, desde que seja representado ou assistido por quem possa exercer a atividade empresarial em seu nome. Assim, tanto o absolutamente incapaz quanto o relativamente incapaz podem continuar a empresa deixada pelo autor da herança, desde que observadas as disposições legais. Nesse sentido: “Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança”.

A alternativa C está incorreta. O art. 5º, parágrafo único, III, do Código Civil estabelece que a incapacidade cessa para os menores de dezoito anos quando exercem emprego público efetivo. Vejamos: “Art. 5º, CC - A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: [...] III - pelo exercício de emprego público efetivo”.

A alternativa D está incorreta. Se o representante age além de seus poderes, o negócio jurídico pode ser considerado ineficaz. Confira-se: “Art. 118, CC. O representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes, sob pena de, não o fazendo, responder pelos atos que a estes excederem” e, ainda, ‘Art. 119, CC. É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou”.

A alternativa E está incorreta. O Código Civil prevê hipóteses de morte presumida sem a decretação de ausência. Vejamos: “Art. 7º, CC - Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: I - se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; II - se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra. Parágrafo único. A declaração da morte presumida, nesses casos, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento”.

QUESTÃO 29. Assinale a alternativa correta em relação ao negócio jurídico.

- a) O encargo ilícito ou impossível é considerado não escrito, ainda que seja o motivo determinante da liberalidade, não sendo caso de invalidação do negócio jurídico.**
- b) O negócio jurídico firmado entre vivos, sem prazo determinado, é exequível desde logo, com exceção daquele que tem por objeto o planejamento da partilha de bens de pessoa viva, que só será exequível após sua morte.**
- c) São requisitos de validade do negócio jurídico a capacidade do agente, a vontade não viciada, a licitude e a possibilidade legal do objeto.**
- d) O negócio jurídico nulo, celebrado sem requisitos legais de validade, não pode ser confirmado ainda que preencha os requisitos de outro negócio jurídico válido, sendo vedada a conversão.**
- e) Eventuais nulidades ou anulabilidades do negócio jurídico, nas hipóteses descritas em lei, deverão ser alegadas pela parte ou pelo Ministério Público nos casos que lhe couber intervir, na medida em que não poderão ser reconhecidas de ofício pelo juiz da causa.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema negócio jurídico.

A alternativa A está incorreta. O art. 137 do Código Civil prevê que se o encargo for ilícito ou impossível, será considerado não escrito, mas isso não impede a invalidação do negócio jurídico quando o encargo for o

motivo determinante da liberalidade. Vejamos: “Art. 137. Considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que se invalida o negócio jurídico”.

A alternativa B está incorreta. O negócio jurídico firmado entre vivos, sem prazo determinado, de fato, é exequível desde logo, conforme o art. 134 do Código Civil. Contudo, nos termos do art. 426 do Código Civil, não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva. Assim: “Art. 134. Os negócios jurídicos entre vivos, sem prazo, são exequíveis desde logo, salvo se a execução tiver de ser feita em lugar diverso ou depender de tempo” e “Art. 426. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva”.

A alternativa C está correta. O art. 104 do Código Civil estabelece os requisitos essenciais para a validade do negócio jurídico: i. agente capaz; ii. objeto lícito, possível, determinado ou determinável; iii. forma prescrita ou não defesa em lei. Além disso, a vontade do agente não pode estar viciada (erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores – arts. 138 a 165 do CC). Nesse sentido: “Art. 104. A validade do negócio jurídico requer: I - agente capaz; II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III - forma prescrita ou não defesa em lei.”

A alternativa D está incorreta. O art. 170 do Código Civil dispõe que, se um negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro negócio válido, este será aproveitado se for compatível com a vontade das partes. Vejamos: “Art. 170. Se, porém, o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade”.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 168, *caput* e parágrafo único do Código Civil, a nulidade absoluta do negócio jurídico pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, independentemente de provocação das partes ou do Ministério Público. Nesse sentido: “Art. 168. As nulidades dos artigos antecedentes podem ser alegadas por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir. Parágrafo único. As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes”.

QUESTÃO 30. Em relação ao direito das obrigações, assinale a alternativa correta de acordo com a legislação civil vigente.

a) A cessão de crédito tem eficácia em relação ao devedor, ainda que a este não tenha sido notificada e dela o devedor não tenha ciência, se a isso não se opuser a natureza da obrigação.

b) Todos os bens do devedor respondem pelo inadimplemento da obrigação de pagar quantia certa, com exceção daquele instituído como bem de família, dentro das normas legais.

c) A solidariedade em uma relação jurídica obrigacional entre credores ou devedores, cada um com um direito, ou obrigado ao cumprimento da dívida como um todo, pode ser presumida de acordo com o objeto da obrigação, ainda que não resulte da lei ou da vontade das partes.

d) Caso a obrigação seja indivisível e haja dois ou mais devedores, cada um é obrigado pela dívida toda. Sendo a pluralidade de credores, terão de exigir em conjunto o cumprimento da obrigação indivisível, não sendo possível que cada um exija o cumprimento integral da obrigação.

e) A lei autoriza a assunção de obrigação do devedor por terceiro desde que autorizado pelo credor. Caso o credor, notificado para que consiga com a assunção, quedar-se silente, seu silêncio será interpretado como aceitação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema obrigações.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 290 do Código Civil, a cessão de crédito só tem eficácia em relação ao devedor se este for notificado. Caso contrário, o devedor pode pagar legitimamente ao credor original, extinguindo a dívida. Vejamos: “Art. 290. A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita”.

A alternativa B está correta. O art. 391 do Código Civil dispõe que o devedor responde pelo cumprimento da obrigação com todos os seus bens, presentes e futuros. No entanto, há exceções previstas na legislação, como os bens de família considerados impenhoráveis pela Lei nº 8.009/1990. Confira-se: “Art. 391, CC. Pelo inadimplemento das obrigações respondem todos os bens do devedor”, bem como “Art. 1º, Lei nº 8.009/90. O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei”.

A alternativa C está incorreta. A solidariedade não pode ser presumida e só decorre da lei ou da vontade das partes, conforme o art. 265 do Código Civil. Nesse sentido: “Art. 265. A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes”.

A alternativa D está incorreta. Quando a obrigação é indivisível e há mais de um devedor, cada um responde integralmente pela obrigação. No entanto, se houver pluralidade de credores, qualquer um pode exigir o cumprimento integral da obrigação, conforme art. 259 e 260 do Código Civil. Vejamos: Art. 259. Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado pela dívida toda. [...] Art. 260. Se a pluralidade for dos credores, poderá cada um destes exigir a dívida inteira; mas o devedor ou devedores se desobrigarão, pagando: I - a todos conjuntamente; II - a um, dando este caução de ratificação dos outros credores”.

A alternativa E está incorreta. Na assunção de dívida, conforme o art. 299 do Código Civil, o consentimento do credor é necessário, mas o silêncio será interpretado como recusa. Nesse sentido: “Art. 299. É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava. Parágrafo único. Qualquer das partes pode assinar prazo ao credor para que consinta na assunção da dívida, interpretando-se o seu silêncio como recusa”.

QUESTÃO 31. Sobre o instituto da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta,

a) O dono do animal responde de forma subjetiva pelo dano por ele causado, a menos que tenha ocorrido alguma das hipóteses de excludente de responsabilidade, como, por exemplo, força maior.

b) A lei determina aqueles que responderão pelos atos praticados por terceiros nela indicados, de forma subjetiva. Nesse caso, haverá o direito de regresso daquele que pagou em face do real causador do dano, a menos que o causador do dano seja seu descendente, ainda que maior.

c) O agente pode ser responsabilizado pela perda da chance quando não for possível verificar sua responsabilidade direta pelo dano final, porém sua ação tenha tirado, da vítima do dano, a chance de obter um ganho ou evitar um prejuízo. Desse modo, para aplicação da teoria da perda de uma chance, a responsabilidade é objetiva.

d) O sistema geral da responsabilidade civil, do Código Civil, é o da responsabilidade subjetiva, fundada na teoria da culpa. Por sua vez, o sistema subsidiário da responsabilidade civil, do Código Civil, é o da responsabilidade civil objetiva, fundada na teoria do risco.

e) Pelo princípio da independência das responsabilidades, é possível que o mesmo fato gera responsabilidade no âmbito civil e criminal. Entretanto, tendo em vista que, quando as questões a respeito do fato e do autor do ato que gerou o dano estiverem decididas no juízo criminal, não poderão ser questionadas no âmbito civil, é preciso que se aguarde a conclusão do processo na esfera penal, para que, após, se busque a pretendida indenização civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema responsabilidade civil.

A alternativa A está incorreta. O dono ou detentor do animal responde de forma objetiva pelos danos causados pelo animal, salvo se provar culpa da vítima ou força maior, conforme o art. 936 do Código Civil. Assim: “Art. 936. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior”.

A alternativa B está incorreta. O art. 932 do Código Civil elenca as hipóteses em que haverá responsabilidade por atos praticados por terceiros. São estas: “Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil: I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia; II - o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições; III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele; IV - os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos; V - os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia”. Sobre tais hipóteses, indica o artigo 933 do mesmo diploma: “Art. 933. As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos”. Por fim, o Código Civil ainda trata sobre o direito de regresso: “Art. 934. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz”.

A alternativa C está incorreta. Em matéria de responsabilidade civil, são necessários os seguintes elementos: a) conduta (ação ou omissão); b) nexos causal; c) dano e c) culpa. No Brasil, é adotada a teoria da perda de uma chance (perte d'une chance), segundo a qual, se alguém, praticando um ato ilícito, faz com que outra pessoa perca uma oportunidade de obter uma vantagem ou de evitar um prejuízo, responde pelos danos

causados. Nesse sentido, para que haja aplicação da referida teoria, a responsabilidade subjetiva e não objetiva, como indica a alternativa.

A alternativa D está correta. O Código Civil adota como regra geral a responsabilidade subjetiva, baseada na teoria da culpa (Art. 927, caput, do CC). No entanto, há casos específicos em que a responsabilidade civil é objetiva, fundamentada na teoria do risco, conforme o parágrafo único do art. 927. Confira-se: “Art. 927, CC. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”.

A alternativa E está incorreta. O princípio da independência das esferas civil e penal permite que uma vítima ingresse com uma ação civil independentemente da ação penal. Vejamos: “Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal”.

QUESTÃO 32. Em relação aos contratos em geral, assinale a alternativa correta.

a) O prazo para alegação de vício redibitório é decadencial de trinta dias se a coisa for móvel e de um ano se for imóvel. O mesmo prazo é aplicado para o caso de vício oculto, iniciando a contagem a partir da ciência do vício.

b) É nulo o contrato de venda e compra firmado de ascendente a descendente, quando houver outros descendentes, ainda que conte com autorização expressa do cônjuge do vendedor.

c) Caso o contrato de doação seja feito pelo ascendente em benefício de descendente, havendo outros descendentes, importará em adiantamento do que cabe por herança, salvo se o bem doado integrar a parte disponível do patrimônio do doador e constar expressamente no documento que a doação é livre de colação.

d) O alienante responde pela evicção apenas nos contratos onerosos, ainda que a aquisição se dê por meio de realização de hasta pública, sendo nula a cláusula que exclui do contrato tal responsabilidade.

e) O contrato de doação se submete a restrições legais como, por exemplo, o impedimento do doador casado praticar a liberalidade de bem comum sem autorização do cônjuge, sendo permitido que o faça se o bem estiver em nome apenas do alienante, ainda que sujeito a meação futura.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema contratos. Em que pese a alternativa mais adequada seja a letra C, entendemos que a alternativa A não está incorreta. Senão, vejamos.

A alternativa A está incorreta. Dispõe o Código Civil: “Art. 445. O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade. § 1º

Quando o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo contar-se-á do momento em que dele tiver ciência, até o prazo máximo de cento e oitenta dias, em se tratando de bens móveis; e de um ano, para os imóveis”. No que tange à primeira parte, a alternativa está correta, pois, de fato, os prazos para o vício redibitório são de 30 dias para bens móveis e 1 ano para bens imóveis. A segunda parte, ao afirmar que esses mesmos prazos se aplicam no caso de vício oculto, a partir da ciência deste, também está correta. Pois bem. O parágrafo único do art. 445 do Código Civil afirma que há um prazo de 180 dias, em relação a bens móveis, e de 1 ano, em relação a bens imóveis, para que o adquirente tome CIÊNCIA do vício. Tal prazo não se confunde com o prazo para ALEGAÇÃO DO VÍCIO REDIBITÓRIO, que é, como dito alhures, de 30 dias para bens móveis e 1 ano para bens imóveis. Portanto, a título de exemplo, se A adquire um bem móvel em janeiro de 2023, disporá de 180 dias para que tome ciência de eventual vício oculto. Após a ciência, terá mais 30 dias para alegar o vício. Por essa razão, entendemos que a alternativa está correta em seu teor.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de anulação e não de nulidade, como indica a alternativa. Vejamos: “Art. 496, CC. É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido”.

A alternativa C está correta. É o que dispõe os seguintes artigos do Código Civil: “Art. 544, CC. A doação de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, importa adiantamento do que lhes cabe por herança” e “Art. 2.005, CC. São dispensadas da colação as doações que o doador determinar saíam da parte disponível, contanto que não a excedam, computado o seu valor ao tempo da doação”. Além disso, segundo o STJ “o dever de colacionar os bens admite exceções, sendo de ressaltar, entre elas, as doações que o doador determinar saíam da parte disponível, contanto que não a excedam, computado o seu valor ao tempo da doação (CC, art. 2005), ou, como no caso, em que os pais doaram aos filhos todos os bens de que dispunham, com o consentimento destes, fazendo constar, expressamente, dos atos constitutivos de partilha em vida, a dispensa de colação futura, carecendo o ora recorrente, portanto, de interesse processual para ingressar com processo de inventário, que foi corretamente extinto (CPC, art. 267, VI) [...] (Resp 1.523.552).

A alternativa D está incorreta. Segundo o art. 447 do Código Civil: “Art. 447. Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública”. Porém, a cláusula que exclui a responsabilidade pela evicção NÃO é nula. O artigo 448 do Código Civil permite que as partes pactuem a exclusão dessa garantia. Vejamos: “Art. 448. Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção”.

A alternativa E está incorreta. Dispõe o Código Civil: “Art. 1.647. Ressalvado o disposto no art. 1.648, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta: [...] IV - fazer doação, não sendo remuneratória, de bens comuns, ou dos que possam integrar futura meação”.

QUESTÃO 33. Nos termos da legislação civil a respeito da aquisição de propriedade, assinale a alternativa correta.

a) A demonstração de que a posse de determinado imóvel que se pretende usucapir tenha sido exercida em boa-fé é requisito essencial de todas as modalidades de usucapião.

b) Para efetivação da usucapião especial rural, deve-se exercer a posse de área rural não superior a cinquenta hectares, por cinco anos ininterruptos, e torná-la produtiva por seu trabalho, não sendo necessário utilizá-la como moradia.

c) A aquisição da propriedade pela usucapião se dá com a consumação do prazo definido em lei. Entretanto, sem o devido registro imobiliário, o novo proprietário não poderá arguir a prescrição aquisitiva em eventual ação possessória para defesa do imóvel objeto da usucapião.

d) A usucapião familiar exige o abandono do lar do coproprietário do imóvel que se pretende adquirir, importando em analisar a culpa pelo fim do casamento ou união estável e depende de divórcio ou dissolução da união havida.

e) A prescrição aquisitiva extraordinária, que tem como prazo para sua constituição a posse do imóvel pelo prazo de quinze anos, é minorada para dez anos se o possuidor tiver respeitado a função social da propriedade, ou seja, tiver dado ao imóvel destinação de moradia ou nele realizado obras ou serviços produtivos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema usucapião.

A alternativa A está incorreta. A boa-fé não é um requisito essencial para todas as modalidades de usucapião. Assim: “Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis”.

A alternativa B está incorreta. A usucapião especial rural exige que a posse seja exercida em área rural de até 50 hectares, mas é necessário que o possuidor utilize a propriedade como moradia. Assim: “Art. 1.239. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquire-lhe-á a propriedade”.

A alternativa C está incorreta. O proprietário poderá arguir a prescrição aquisitiva em eventual ação possessória para defesa do imóvel objeto da usucapião, pois a usucapião independe do registro.

A alternativa D está incorreta. A usucapião familiar não exige análise de culpa pelo fim do casamento ou da união estável. Nestes termos: “Art. 1.240-A. Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquire-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”.

A alternativa E está correta. É o que dispõe o art. 1.238, *caput* e parágrafo único do Código Civil: “Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo

estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo”.

QUESTÃO 34. A respeito do casamento, assinale a alternativa correta.

a) O negócio antenupcial é o contrato solene, realizado antes do casamento, pelo qual as partes dispõem sobre o regime de bens do casamento, bem como sobre demais pretensões do casal, desde que lícitas. O pacto deve ser celebrado por escritura pública sob pena de nulidade.

b) Caso as partes não tenham firmado negócio antenupcial, o regime de bens do casamento será o da comunhão parcial. Realizado o casamento, caso uma das partes pretenda alterar o regime de bens, poderá fazê-lo mediante autorização judicial, ainda que o outro cônjuge discorde da referida alteração.

c) A idade núbil fixada pelo Código Civil é de dezoito anos. Entretanto, a legislação permite o casamento dos maiores de dezesseis anos, desde que contem com expressa autorização de ambos os genitores ou representantes legais. Caso um dos pais ou representantes legais discorde do casamento, não há possibilidade de realização do casamento.

d) O impedimento legal em relação ao casamento de descendentes com ascendentes, afins em linha reta, irmãos e colaterais até o terceiro grau, não será aplicado em relação ao adotado, de modo que a este só há impedimento em relação ao cônjuge do adotante.

e) Os nubentes deverão apresentar o pacto antenupcial devidamente registrado no momento da habilitação do casamento. Caso o pacto seja nulo, a validade do casamento poderá ser comprometida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema casamento.

A alternativa A está correta. O negócio antenupcial é realmente um contrato solene, celebrado antes do casamento, pelo qual os noivos estabelecem o regime de bens que regerá o matrimônio, e também podem tratar de outras questões, desde que sejam lícitas. A escritura pública é obrigatória, conforme o Código Civil, e a falta de sua formalização por escritura pública resulta na nulidade do pacto antenupcial. Assim: “Art. 1.640. Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão parcial. Parágrafo único. Poderão os nubentes, no processo de habilitação, optar por qualquer dos regimes que este código regula. Quanto à forma, reduzir-se-á a termo a opção pela comunhão parcial, fazendo-se o pacto antenupcial por escritura pública, nas demais escolhas” e “Art. 1.653. É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento”.

A alternativa B está incorreta. Se não houver pacto antenupcial, o regime de bens será o da comunhão parcial de bens. No entanto, a alteração do regime de bens durante o casamento exige autorização judicial, mas a mudança não pode ser feita se houver discordância do outro cônjuge. O juiz só autoriza a alteração quando há consentimento de ambos os cônjuges. Vejamos: “Art. 1.640. Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão parcial” e “§ 2º É admissível

alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros”.

A alternativa C está incorreta. Segundo o Código Civil: “Art. 1.517. O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil. Parágrafo único. Se houver divergência entre os pais, aplica-se o disposto no parágrafo único do art. 1.631” e “Art. 1.631. Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade. Parágrafo único. Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar, é assegurado a qualquer deles recorrer ao juiz para solução do desacordo”.

A alternativa D está incorreta. O impedimento legal se aplica também ao adotado. Vejamos: “Art. 1.521. Não podem casar: I - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil; II - os afins em linha reta; III - o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante; IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive; V - o adotado com o filho do adotante”.

A alternativa E está incorreta. O pacto antenupcial é apresentado no momento da habilitação para o casamento, mas a sua nulidade não compromete a validade do casamento. Somente as partes especiais do pacto serão desconsideradas.

QUESTÃO 35. Assinale a alternativa correta em relação ao instituto da adoção.

a) O Ministério Público, assim como a pessoa dotada de legítimo interesse, tem legitimidade para propor procedimento de destituição do poder familiar preparatório para pedido de adoção.

b) A decretação de perda do poder familiar de ambos os genitores é requisito essencial para deferimento do pedido de adoção.

c) Os efeitos da adoção se dão a partir do trânsito em julgado da sentença que defere a adoção, ainda que seja o caso de adoção póstuma.

d) Se os pretendentes à adoção forem casados ou conviverem em união estável, poderão adotar em conjunto. Estando divorciados ou dissolvidos em união estável, não é possível deferir a adoção conjunta.

e) A adoção depende de atuação jurisdicional, sendo efetivada apenas e tão somente mediante sentença, em processo com a participação do Ministério Público. Exceção à essa regra se dá em relação à adoção de maiores de dezoito anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema adoção.

A alternativa A está correta. Dispõe o art. 155 da Lei nº 8.069/90: “Art. 155. O procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse”, na leitura dada pelo STJ, em processo em segredo de justiça.

A alternativa B está incorreta. A perda do poder familiar não precisa ocorrer em relação a ambos os genitores. Nesse sentido: “Art. 1.638. Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que [...]”.

A alternativa C está incorreta. Segundo o ECA: “Art. 47, §7º A adoção produz seus efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença constitutiva, exceto na hipótese prevista no § 6º do art. 42 desta Lei, caso em que terá força retroativa à data do óbito” e “Art. 42, §6º A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença”. Não se aplica em adoção póstuma.

A alternativa D está incorreta. A adoção conjunta é possível mesmo após o divórcio ou a dissolução de união estável. Assim: “Art. 42. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil”.

A alternativa E está incorreta. Segundo o Código Civil: “Art. 1.619. A adoção de maiores de 18 (dezoito) anos dependerá da assistência efetiva do poder público e de sentença constitutiva, aplicando-se, no que couber, as regras gerais da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência”.

QUESTÃO 36. Sobre sucessão testamentária, de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta.

a) O testamento particular tem, como requisito essencial de validade, que seja lido e subscrito por pelo menos três testemunhas, que deverão confirmar a vontade do testador no momento da abertura do testamento. A ausência destas testemunhas não poderá ser suprida por decisão judicial, de modo que o testamento não poderá ser confirmado.

b) A aquisição da maioridade por fato diverso da idade, como, por exemplo através do casamento, habilita esse maior para formalizar o negócio jurídico do testamento, ainda que menor de dezesseis anos.

c) O testamento é ato solene, sujeito à diversas formalidades, sob pena de nulidade. É exigida do testador a capacidade testamentária ativa, que deverá ser averiguada no momento de sua morte.

d) A sucessão testamentária é uma espécie de sucessão voluntária na qual a vontade do testador é limitada por disposições legais diversas, como por exemplo o respeito à ordem pública e à legítima.

e) É possível discutir a validade do testamento, com requerimento do cancelamento de cláusulas nele impostas; de declaração de nulidade e de desconstituição do testamento, no prazo prescricional de dez anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema sucessão testamentária.

A alternativa A está incorreta. O testamento particular, conforme o Art. 1.876 do Código Civil, exige pelo menos três testemunhas para que seja válido. Vejamos: “Art. 1.876. O testamento particular pode ser escrito de próprio punho ou mediante processo mecânico. §1º Se escrito de próprio punho, são requisitos essenciais à sua validade seja lido e assinado por quem o escreveu, na presença de pelo menos três testemunhas, que o devem subscrever”. No entanto, o diploma assegura que “Art. 1.878. Se as testemunhas forem contestes sobre o fato da disposição, ou, ao menos, sobre a sua leitura perante elas, e se reconhecerem as próprias assinaturas, assim como a do testador, o testamento será confirmado. Parágrafo único. Se faltarem testemunhas, por morte ou ausência, e se pelo menos uma delas o reconhecer, o testamento poderá ser confirmado, se, a critério do juiz, houver prova suficiente de sua veracidade”.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 1.860 do Código Civil: “Art. 1.860. Além dos incapazes, não podem testar os que, no ato de fazê-lo, não tiverem pleno discernimento. Parágrafo único. Podem testar os maiores de dezesseis anos”.

A alternativa C está incorreta. A capacidade testamentária de uma pessoa é uma exigência do momento da confecção do testamento e não no momento da sua morte. Assim: “Art. 1.857. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte”.

A alternativa D está correta. A sucessão testamentária é de fato voluntária, pois depende da manifestação de vontade do testador. No entanto, ela é limitada por disposições legais, como o direito à legítima (art. 1.847 e seguintes do Código Civil), que garante uma parte da herança aos herdeiros necessários (descendentes, ascendentes e cônjuge). Assim: “Art. 1.857. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte. § 1º A legítima dos herdeiros necessários não poderá ser incluída no testamento. § 2º São válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, ainda que o testador somente a elas se tenha limitado”.

A alternativa E está incorreta. O prazo para discussão da validade de um testamento é de 5 anos, conforme o Art. 1.859 do Código Civil. Assim: “Art. 1.859. Extingue-se em cinco anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo da data do seu registro”.

QUESTÃO 37. Em relação à aceitação e à renúncia da herança, assinale a alternativa correta.

a) O Código Civil autoriza a aceitação ou a renúncia da herança em parte, de modo que o herdeiro poderá escolher qual será o objeto da aceitação e qual será o objeto da renúncia.

b) A aceitação da herança torna definitiva a qualidade de herdeiro, de modo que não é possível, posteriormente, renunciar à herança. Se assim o quiser, deverá formalizar outra espécie de negócio jurídico, como, por exemplo, a doação ou a cessão de seus direitos hereditários.

c) O negócio jurídico de aceitação da herança é unilateral e tem eficácia ex tunc, ou seja, retroage à data da abertura da sucessão. Por sua vez, o negócio jurídico unilateral de renúncia à herança tem eficácia ex nunc, ou seja, não retroage à data do falecimento do de cujus.

d) Se o herdeiro, ao renunciar à herança, prejudicar eventuais credores, estes poderão aceitar a herança em seu nome, independentemente de autorização judicial, sendo certo que permanecerá válida a renúncia no que tange à eventual valor remanescente após o pagamento da dívida do renunciante.

e) Caso o de cujus tenha deixado testamento de seus bens, de modo que determinado herdeiro seja chamado para receber a herança e também legado determinado, o herdeiro não poderá aceitar o legado e renunciar à herança ou aceitar a herança e renunciar ao legado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema herança.

A alternativa A está incorreta. O Código Civil não permite a aceitação ou renúncia parcial de herança. Vejamos: “Art. 1.808. Não se pode aceitar ou renunciar a herança em parte, sob condição ou a termo”.

A alternativa B está correta. Está em consonância ao artigo Art. 1.812 do Código Civil, segundo o qual “são irrevogáveis os atos de aceitação ou de renúncia da herança”.

A alternativa C está incorreta. A aceitação da herança e renúncia tem eficácia ex tunc. Nesse sentido: “Art. 1.804. Aceita a herança, torna-se definitiva a sua transmissão ao herdeiro, desde a abertura da sucessão”.

A alternativa D está incorreta. Dispõe o art. 1.813 do Código Civil: “Art. 1.813. Quando o herdeiro prejudicar os seus credores, renunciando à herança, poderão eles, com autorização do juiz, aceitá-la em nome do renunciante”.

A alternativa E está incorreta. Segundo o Código Civil: “Art. 1.808. § 1º O herdeiro, a quem se testarem legados, pode aceitá-los, renunciando a herança; ou, aceitando-a, repudiá-los”.

QUESTÃO 38. Interposto recurso de apelação sem que a recorrente seja beneficiária da gratuidade, verificando a inexistência do preparo ou sua insuficiência, cabe ao juízo

a) determinar que a parte contrária se manifeste sobre o tema e, logo a seguir, decidir a questão.

b) determinar, obrigatoriamente, o recolhimento ou complementação do preparo.

c) após o prazo para apresentação de contrarrazões e apelação adesiva, com eventual resposta, remeter os autos ao tribunal competente, sem proceder ao juízo de admissibilidade do apelo.

d) dar cumprimento ao princípio da celeridade e reconhecer, de imediato, a deserção.

e) determinar que a peça recursal seja desentranhada, apontando o trânsito em julgado da sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o recurso de apelação, mais especificamente acerca do preparo.

A alternativa A está incorreta. O juízo de primeiro grau não decidirá sobre a questão. O juízo de primeiro grau não solicita manifestação da parte contrária nem decide sobre a questão do preparo, sendo essa a atribuição do tribunal, conforme assim compreende-se pelo art. 1.010, §3º do CPC.

A alternativa B está incorreta. O juízo de primeiro grau não fará a deserção. Conforme o art. 1.010, §3º do CPC, eventuais vícios no preparo serão analisados pelo Relator, que pode intimar o recorrente para sanar a falha. Portanto, não compete ao juízo de primeiro grau reconhecer a deserção, sendo a perda do direito ao recurso devido à ausência de preparo.

A alternativa C está correta. O Juízo de primeiro grau não faz o juízo de admissibilidade, quem o fará será o Relator, nos termos do art. 1.010, §3º do CPC. Vejamos: “§ 3º Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade.” Portanto, sendo o preparo recursal um requisito intrínseco do juízo de admissibilidade, quem fará essa análise será o Relator, sendo em caso de vício, intimará o apelante para providenciar o preparo e sanar o vício.

A alternativa D está incorreta. O reconhecimento da deserção (perda do direito ao recurso por ausência de preparo) não é papel do juiz de primeira instância. Esse juízo cabe ao tribunal, que analisará a regularidade do preparo durante o juízo de admissibilidade. Tal análise é de competência do Relator no tribunal durante o juízo de admissibilidade, de acordo com o art. 1.010, §3º do CPC.

A alternativa E está incorreta. O art. 1.010, §3º do CPC deixa claro que o juízo de primeiro grau não é responsável por tais medidas. A determinação de desentranhamento da peça recursal (retirada do recurso dos autos) e declarar o trânsito em julgado é precipitado e não se enquadra nos procedimentos estabelecidos pelo CPC, ademais, o correto é que o tribunal analise o recurso e tome essa decisão, se for o caso.

QUESTÃO 39. Sobre o procedimento de jurisdição voluntária, considere as seguintes afirmações:

I. Terá início sempre por provocação apenas do interessado

II. Necessárias a intimação e a intervenção do Ministério Público, havendo notícia que uma das partes interessada é portadora de doença psíquica grave, ainda que não tenha havido prévia declaração judicial de sua incapacidade.

III. É cabível a apresentação de reconvenção.

IV. O juiz está vinculado à legalidade estrita

V. Aquilo que se decidir em sede de jurisdição voluntária admite modificação, sem prejuízo dos efeitos produzidos, sempre que ocorrerem circunstâncias supervenientes autorizadoras.

Assinale alternativa correta.

a) Os itens I e II estão corretos.

b) Os itens I, III e IV estão corretos.

c) Os itens I, II e III estão corretos.

d) Somente o item V está correto.

e) Os itens II e V estão corretos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o procedimento de jurisdição voluntária.

O item I está incorreto. O procedimento terá início por provocação do interessado, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, cabendo-lhes formular o pedido devidamente instruído com os documentos necessários e com a indicação da providência judicial, consoante o art. 720 do CPC: “Art. 720. O procedimento terá início por provocação do interessado, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, cabendo-lhes formular o pedido devidamente instruído com os documentos necessários e com a indicação da providência judicial.”

O item II está correto. Conforme o art. 721 do CPC combinado com o art. 178, II do CPC e o art. 4º, III do Código Civil, quando há indícios de doença psíquica grave, o Ministério Público deve ser intimado a intervir, mesmo sem uma declaração judicial formal de incapacidade. Essa atuação visa proteger o interesse de pessoas vulneráveis. Vejamos: “Art. 721. Serão citados todos os interessados, bem como intimado o Ministério Público, nos casos do art. 178, para que se manifestem, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias.” “Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: II - interesse de incapaz;” “Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;”

O item III está incorreto. Reconvenção não é permitida em procedimentos de jurisdição voluntária, como decidido no REsp 33.457/SP. Tais procedimentos têm natureza administrativa e não admitem controvérsia, o que é essencial para a reconvenção.

O item IV está incorreto. Nos termos do art. 723, parágrafo único do CPC, o juiz tem mais liberdade em jurisdição voluntária e pode adotar soluções que considerar mais adequadas ao caso, sem se ater rigidamente à legalidade estrita. Vejamos: “Parágrafo único. O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.”

O item V está correto. A decisão proferida em jurisdição voluntária pode ser revisada se houver fatos novos que justifiquem a mudança, conforme a doutrina e a jurisprudência (exemplo: Humberto Theodoro Júnior, Curso de Direito Processual Civil). Essa flexibilidade é característica desse tipo de procedimento, pois não gera coisa julgada material.

QUESTÃO 40. Considera as afirmações que seguem:

I. A falta de manifestação ministerial, nos casos em que deve intervir, não acarreta a nulidade do processo, desde que tenha havido sua regular intimação.

II. Em pedido de interdição, o interditando poderá constituir advogado, e, caso não o faça, deverá ser nomeado curador especial.

III. Incumbe ao órgão ministerial, exclusivamente, o pedido de remoção de tutor ou curador, havendo, após a citação, prazo de 15 dias para contestar o pedido.

IV. É obrigatória a intimação ministerial em reclamação, e sua intervenção observará a existência de interesse público ou social, interesse de incapaz ou litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

A impenhorabilidade de quantia inferior a 40 salários-mínimos é matéria de ordem pública e pode ser reconhecida de ofício pelo juízo.

Assinale a alternativa correta.

a) Os itens IV e estão corretos.

b) Os itens I, II e V, estão corretos.

c) Os itens I, II e III estão corretos.

d) Os itens I e III estão corretos.

e) Os itens III e V estão incorretos

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o papel do Ministério Público, bem como as normas processuais pertinentes. Vamos analisar item a item e apontar o item incorreto, o qual corresponderá a alternativa correta, portanto.

O item I está correto. A falta de manifestação ministerial não acarretará nulidade, pois o que é importante é intimar o Ministério Público quando é devido, nos termos do art. 178 do CPC. Agora, se não houver a sua manifestação do órgão ministerial, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo, consoante no art. 180, §1º do CPC. A saber: “Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: I - interesse público ou social; II - interesse de incapaz; III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.” “Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1º; § 1º Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo.”

O item II está correto. O item está conforme o art. 752, §2º que estabelece o seguinte: “§ 2º O interditando poderá constituir advogado, e, caso não o faça, deverá ser nomeado curador especial.”

O item III está incorreto. Não se trata de forma exclusiva, pois o Ministério Público ou o interessado, ou quem tem o legítimo interesse pela revogação, requerer, nos casos previstos em lei, a remoção do tutor ou do curador. Vejamos o que o art. 761 do CPC diz a respeito: “Art. 761. Incumbe ao Ministério Público ou a quem tenha legítimo interesse requerer, nos casos previstos em lei, a remoção do tutor ou do curador.”

O item IV está correto, nos termos do art. 967, parágrafo único do CPC: “Parágrafo único. Nas hipóteses do art. 178, o Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica quando não for parte.”

O item V está incorreto. O Superior Tribunal de Justiça decidiu exatamente ao contrário à afirmativa quando apreciou o Tema 1235 STJ. Ou seja, não se trata matéria de ordem pública a ser alegada. A saber: “A impenhorabilidade de quantia inferior a 40 salários-mínimos (art. 833, X, do CPC) não é matéria de ordem pública e não pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, devendo ser arguida pelo executado no primeiro momento em que lhe couber falar nos autos ou em sede de embargos à execução ou impugnação ao cumprimento de sentença, sob pena de preclusão.”

A alternativa E está correta. Apenas os itens III e V estão incorretos. Segundo o art. 761 do CPC, o pedido de remoção de tutor ou curador pode ser feito pelo Ministério Público ou por qualquer pessoa com legítimo interesse. Não é uma competência exclusiva do órgão ministerial, o que torna essa afirmação imprecisa. Além disso, conforme o Tema 1235 do STJ, a impenhorabilidade de valores inferiores a 40 salários-mínimos não constitui matéria de ordem pública que possa ser reconhecida de ofício.

QUESTÃO 41. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O juízo universal da falência é o competente para apreciar ação de usucapião de bem imóvel de propriedade da massa falida.**
- b) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser postulada a qualquer tempo, não estando sujeita a prazo prescricional ou decadencial, segundo posicionamento majoritário do STJ.**
- c) O fato de a empresa devedora estar submetida aos efeitos de recuperação judicial impõe a suspensão ou extinção do incidente de desconsideração da personalidade jurídica em relação aos sócios/acionistas**
- d) Não cabe intervenção de terceiros em mandado de segurança.**
- e) O pedido contraposto somente é admitido em hipóteses excepcionais expressamente previstas em lei, e a equivocada denominação do pedido reconvenicional como pedido contraposto não impede o regular processamento da pretensão, desde que ela esteja bem delimitada na contestação e, ao autor, seja assegurado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre temas variados do Direito Processual Civil e Direito Falimentar, abrangendo aspectos relacionados à competência jurisdicional, desconsideração da personalidade jurídica, processo falimentar e procedimentos de mandado de segurança. O examinador requer a indicação da alternativa incorreta, portanto, sendo essa a alternativa correta a ser assinalada pelo examinando.

A alternativa A está incorreta. Se a usucapião da empresa falida for decretada, há uma perda considerável do patrimônio, prejudicando os credores. Nesse sentido, o art. 76, Lei 11.101/05 estabelece que o juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, ressalvadas as causas trabalhistas, fiscais e aquelas não reguladas nesta Lei onde o falido figurar como autor ou litisconsorte ativo. A saber: “Art. 76. O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, ressalvadas as causas trabalhistas, fiscais e aquelas não reguladas nesta Lei em que o falido figurar como autor ou litisconsorte ativo.”

A alternativa B está incorreta. De fato, conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, a desconsideração da personalidade jurídica, quando preenchidos os seus requisitos, pode ser requerida a qualquer tempo, não se submetendo, à mútua de previsão legal, a prazos decadenciais ou prescricionais (REsp n. 1.677.200/MS).

A alternativa C está incorreta. De acordo com a Súmula 581 do STJ, a recuperação judicial não impede o prosseguimento de ações ou execuções movidas contra terceiros devedores solidários, garantidores ou coobrigados. Vejamos: “Súmula 581-STJ: A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória.” O incidente de desconsideração da personalidade jurídica, portanto, pode prosseguir contra sócios/acionistas, mesmo que a empresa esteja em recuperação judicial. Esta é a alternativa incorreta, devendo ser assinalada como a resposta correta.

A alternativa D está correta. O rito procedimental do mandado de segurança é incompatível com a intervenção de terceiro, conforme o entendimento, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o MS 23.310/DF.

A alternativa E está incorreta. A equivocada denominação do pedido reconvenicional como pedido contraposto não impede o regular processamento da pretensão formulada pelo réu contra o autor, desde que ela esteja bem delimitada na contestação e que ao autor seja assegurado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, conforme é o entendimento jurisprudencial sobre a matéria (REsp 1.940.016/PR).

QUESTÃO 42. Assinale a alternativa incorreta:

a) Supremo Tribunal Federal admite o chamado prequestionamento implícito.

b) Não é cabível recurso especial quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal.

c) O conceito de tratado ou lei federal, para fins de interposição de recurso especial, deve ser considerado em seu sentido estrito.

d) Ordinariamente, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela.

e) Em regra, não cabe recurso especial contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem que fixa tese jurídica em abstrato, em julgamento do IRDR, por ausência do requisito constitucional de "cabimento" de causa decidida"

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata especificamente sobre a não admissão do prequestionamento implícito pelo Supremo Tribunal Federal. O examinador requer a indicação da alternativa incorreta, portanto, sendo essa a alternativa correta a ser assinalada pelo examinando.

A alternativa A está correta. Ao contrário do que afirma a assertiva, o Supremo Tribunal Federal sempre exigiu o prequestionamento explícito da matéria constitucional ventilada no recurso. Por outro lado, não admite o chamado 'prequestionamento implícito' (ARE 1271070). Não vamos confundir com o prequestionamento ficto admitido pelo Supremo Tribunal Federal (Súmula 356 STF).

A alternativa B está incorreta. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacífica sobre o assunto, a interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88 (AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.392.183 – ES).

A alternativa C está incorreta. De fato, deverá ser considerado o conceito de tratado ou lei federal em seu sentido estrito, pelo qual, é inadmissível o recurso especial apresentado sob a alegação de violação de dispositivos de resoluções, conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 2083669/SP).

A alternativa D está incorreta. Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar, conforme a Súmula 735 do STF.

A alternativa E está incorreta. De fato, não caberá a interposição de recurso especial contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem que fixa tese jurídica em abstrato em julgamento do IRDR, por ausência do requisito constitucional de cabimento de "causa decidida", mas somente naquele que aplique a tese fixada, que resolve a lide, desde que observados os demais requisitos constitucionais do art. 105, III, da Constituição Federal e dos dispositivos do Código de Processo Civil que regem o tema (REsp 1798374-DF).

QUESTÃO 43. Sobre a desconsideração inversa da personalidade jurídica, assinale a alternativa incorreta.

a) Sua aplicação segue os mesmos requisitos da desconsideração direta, ou seja, pressupõe abuso de direito, consubstanciado pelo desvio de finalidade da pessoa jurídica ou a confusão patrimonial.

b) Poderá ser requerida juntamente com a inicial ou em petição autônoma como incidente processual.

c) Instaurado o incidente, haverá citação do sócio ou pessoa jurídica para manifestar-se e requerer a produção de provas no prazo de 15 dias.

d) Construção jurisprudencial que restou positivada no Código de Processo Civil de 2015.

e) A decisão que acolhe ou rejeita o incidente de desconsideração inversa da personalidade jurídica pode ser impugnada pelo recurso de apelação, admitido o princípio da fungibilidade recursal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a desconsideração inversa da personalidade jurídica. O examinador requer a indicação da alternativa incorreta, portanto, sendo essa a alternativa correta a ser assinalada pelo examinando.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 133 §§1º e 2º do CPC, A desconsideração inversa da personalidade jurídica possui os mesmos pressupostos da desconsideração direta. É necessário demonstrar abuso de direito, como desvio de finalidade ou confusão patrimonial. Vejamos: “Art. 133. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo. § 1º O pedido de desconsideração da personalidade jurídica observará os pressupostos previstos em lei. § 2º Aplica-se o disposto neste Capítulo à hipótese de desconsideração inversa da personalidade jurídica.”

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 134, §2º do CPC, o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, incluindo o inverso, pode ser requerido tanto incidentalmente quanto na petição inicial. A saber: “§ 2º Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.”

A alternativa C está incorreta. Consoante o art. 135 do CPC, ao instaurar o incidente, é garantido à parte a oportunidade de manifestar-se e apresentar provas no prazo de 15 dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa.: “Art. 135. Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.”

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 133, §2º do CPC. A desconsideração inversa da personalidade jurídica era uma construção jurisprudencial anteriormente, mas foi formalmente incorporada no art. 133, §2º do CPC de 2015, reforçando a sua aplicação no ordenamento jurídico.

A alternativa E está correta. Ao contrário do que afirma a assertiva, nos termos do parágrafo único do art. 136 do CPC, a decisão que acolhe ou rejeita o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, seja direta ou inversa, é impugnável por agravo de instrumento, e não por apelação: “Parágrafo único. Se a decisão for proferida pelo relator, cabe agravo interno.” Assim, essa alternativa está errada.

QUESTÃO 44. É lícito ao réu, antes de ser intimado para cumprimento da sentença, comparecer em juízo e oferecer em pagamento o valor que entender devido, apresentando a respectiva memória discriminada do cálculo. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

a) O autor será ouvido no prazo de 15 dias, podendo impugnar o valor depositado, não sendo possível o levantamento do valor incontroverso.

b) autor será ouvido e, em qualquer hipótese, o levantamento somente será autorizado após o juízo apreciar eventual impugnação.

c) Não contestado o valor depositado, o juízo analisará a suficiência e, se o caso, determinará sua complementação.

d) Ouvido o autor no prazo de 5 dias, poderá impugnar o valor depositado, sem prejuízo do levantamento do depósito a título de parcela incontroversa.

e) Concluindo o juiz pela insuficiência do depósito, sobre a diferença incidirá multa de dez por cento, intimando o réu para complementação do depósito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de uma situação regulada pelo art. 526 do CPC, que estabelece como o réu pode oferecer pagamento antes de ser intimado para cumprimento de sentença.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 526, §1º do CPC, o autor será ouvido no prazo de 5 (cinco) dias, podendo impugnar o valor depositado, sem prejuízo do levantamento do depósito a título de parcela incontroversa. Assim, o prazo para o autor se manifestar é de 5 dias, e ele pode impugnar o valor depositado sem prejuízo do levantamento da parcela incontroversa. Além disso, o levantamento do valor incontroverso é permitido.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 526, §1º do CPC, o autor será ouvido no prazo de 5 (cinco) dias, podendo impugnar o valor depositado, sem prejuízo do levantamento do depósito a título de parcela incontroversa. Ou seja, mesmo havendo impugnação, é possível realizar o levantamento do valor incontroverso antes da decisão do juízo sobre a impugnação.

A alternativa C está incorreta. Conforme o art. 526, §3º do CPC, se o autor não se opuser, o juiz declarará satisfeita a obrigação e extinguirá o processo. Ou seja, não há previsão para determinação de complementação nesse caso: “§ 3º Se o autor não se opuser, o juiz declarará satisfeita a obrigação e extinguirá o processo.”

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 526, §1º do CPC, o autor tem 5 dias para se manifestar, podendo impugnar o valor depositado e, simultaneamente, levantar a parcela incontroversa. A saber: “§ 1º O autor será ouvido no prazo de 5 (cinco) dias, podendo impugnar o valor depositado, sem prejuízo do levantamento do depósito a título de parcela incontroversa.”

A alternativa E está incorreta. O art. 526, §2º do CPC estabelece o seguinte: “Concluindo o juiz pela insuficiência do depósito, sobre a diferença incidirão multa de dez por cento e honorários advocatícios,

também fixados em dez por cento, seguindo-se a execução com penhora e atos subsequentes.” Ou seja, a insuficiência do depósito incidirá multa de 10% e honorários advocatícios de 10%, mas a execução seguirá com penhora e atos subsequentes, sem intimação para complementação.

QUESTÃO 45. A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário previsto em lei. A esse respeito, assinale a alternativa incorreta.

a) O protesto deve ser restrito às decisões que reconheçam a obrigação do pagamento de quantia líquida, certa e exigível.

b) As decisões ou sentenças que fixam alimentos também poderão ser protestadas após o trânsito em julgado.

c) A garantia do juízo é insuficiente para o cancelamento do protesto.

d) São protestáveis todas as decisões que o Código de Processo Civil qualifica como títulos executivos judiciais, inclusive a sentença arbitral e as decisões homologatórias de autocomposição.

e) A superveniência de ação rescisória não tem, por si só, o condão de cancelar o protesto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o protesto judicial. O examinador requer a indicação da alternativa incorreta, portanto, sendo essa a alternativa correta a ser assinalada pelo examinando.

A alternativa A está incorreta. O protesto está limitado a decisões que reconhecem o pagamento de quantia líquida, certa e exigível, conforme o prazo do art. 523 do CPC. Isso está alinhado à natureza do protesto, que exige uma obrigação definida e exigível, como melhor explica o professor Marcus Gonçalves: “Além disso, como há expressa alusão ao prazo do art. 523, o protesto ficará restrito às decisões que reconheçam a obrigação do pagamento de quantia líquida, certa e exigível.”

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 528, §1º do CPC: “Caso o executado, no prazo referido no caput, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, o juiz mandará protestar o pronunciamento judicial, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 517.) Assim, embora o art. 528, §1º do CPC mencione o protesto em casos de alimentos, ele não exige que a decisão esteja transitada em julgado, podendo ocorrer mesmo antes disso, dependendo da ausência de pagamento ou justificativa pelo devedor. Dessa forma, podemos compreender que a afirmação da alternativa não corresponde exatamente à regra legal.

A alternativa C está incorreta. O Superior Tribunal de Justiça ao apreciar o AgInt no AREsp 1399527/SP reforça que, para cancelar o protesto, é necessário comprovar a satisfação integral da obrigação. A simples garantia do juízo, como prevista no art. 782 do CPC, não é suficiente.

A alternativa D está incorreta. “O protesto ficou reservado à decisão judicial transitada em julgado, não se admitindo sua realização com base nos títulos que permitem apenas a execução provisória. São, porém, protestáveis todas as decisões que o CPC/2015 qualifica como títulos executivos judiciais, inclusive a sentença arbitral e as decisões homologatórias de autocomposição.” (THEODORO Jr., Humberto. Curso de Direito Processual Civil - Vol. 3, 2020)

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 517, §3º, CPC, o executado que tiver proposto ação rescisória para impugnar a decisão exequenda pode requerer, a suas expensas e sob sua responsabilidade, a anotação da propositura da ação à margem do título protestado.

QUESTÃO 46. Segundo a jurisprudência atualizada do STF, o conflito de atribuições entre MP de Estados diversos e entre MP Estadual e MPU será dirimido pelo

a) Procurador Geral de Justiça do órgão suscitado.

b) Procurador Geral da República.

c) Superior Tribunal de Justiça.

d) Conselho Nacional do Ministério Público.

e) Procurador Geral de Justiça do órgão suscitante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Para responder a essa questão, o examinando precisava conhecer o teor do julgamento da Ação Cível Originária (ACO) 843 que decide sobre a matéria de conflito de atribuições entre MP de Estados diversos e entre MP Estadual e MPU.

A alternativa A está incorreta. O Procurador Geral de Justiça do órgão suscitado não tem competência para dirimir conflitos de atribuições entre Ministérios Públicos de estados diferentes ou entre MP Estadual e MPU, nos termos do entendimento consolidado pela ACO 843/SP.

A alternativa B está incorreta. Embora o Procurador Geral da República possua atribuições importantes no Ministério Público da União, ele não é o responsável pela solução de conflitos entre ramos diferentes do Ministério Público, nos termos do entendimento consolidado pela ACO 843/SP.

A alternativa C está incorreta. O STJ não possui competência para dirimir conflitos de atribuições entre os diversos ramos do Ministério Público. Essa questão não é de competência judicial e, portanto, é regulada de outra forma.

A alternativa D está correta. Conforme o julgamento da ACO 843/SP pelo STF, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é o órgão competente para solucionar conflitos de atribuições entre ramos diversos do Ministério Público (MP Estadual, MPF, MPU, etc.), segundo o art. 130-A, § 2º, incisos I e II da

Constituição Federal. Essa interpretação é respaldada pela EC 45/2004 e visa reforçar o controle da legalidade das ações administrativas do Ministério Público, sem afetar a independência funcional.

A alternativa E está incorreta. Essa alternativa também não encontra respaldo na jurisprudência ou na Constituição Federal, estando em desconformidade com a decisão do STF na ACO 843/SP.

QUESTÃO 47. Assinale a alternativa incorreta:

a) É cabível a imposição cumulativa de multa por oposição de embargos de declaração protelatórios, com multa por litigância de má-fé, pois possuem naturezas distintas.

b) Os embargos de divergência são cabíveis apenas perante o STF e STJ, contra acórdão do órgão que, em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito.

c) Não serão admitidos novos embargos de declaração se os dois anteriores houverem sido considerados protelatórios.

d) Os embargos de declaração serão sempre apreciados pelo órgão colegiado, ainda que interpostos contra decisão monocrática.

e) A modificação de decisão pelo acolhimento dos embargos de declaração confere ao embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária direito de alterar ou complementar suas razões, nos limites da modificação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. O examinador requer a indicação da alternativa incorreta, portanto, sendo essa a alternativa correta a ser assinalada pelo examinando.

A alternativa A está incorreta. Conforme o STJ, Jurisprudência em Teses, Edição 189, é possível aplicar cumulativamente multas por embargos de declaração protelatórios e por litigância de má-fé, já que essas sanções possuem naturezas diferentes, “(...) É possível a acumulação da multa prevista no parágrafo único do artigo 538 do CPC com a sanção processual prevista no artigo 18, § 2º, do mesmo Código no caso de oposição de embargos de declaração com intuito protelatório. Isso porque o legislador não pretendeu conferir tratamento mais benevolente ao litigante de má-fé que se utiliza do expediente do manejo de aclaratórios com intuito procrastinatório, tampouco afastou a regra processual geral prevista no artigo 18, § 2º, do CPC. Assim, como princípio de hermenêutica, não compete ao intérprete distinguir onde o legislador, podendo, não o fez, por isso, a melhor interpretação não é a que determina que a norma especial afasta, por si só, integralmente, a norma geral, inclusive naquilo em que claramente não são incompatíveis.”

A alternativa B está incorreta. Os art. 1.043, inciso I, do CPC disciplina os embargos de divergência, admitidos somente no STF e no STJ, quando há divergência entre acórdãos de mérito no mesmo tribunal. Vejamos: “Art. 1.043. É embargável o acórdão de órgão fracionário que: I - em recurso extraordinário ou em recurso

especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito;”

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 1.026, §4º do CPC, caso os dois embargos de declaração anteriores sejam considerados protelatórios, novos embargos com essa mesma característica não serão admitidos. Vejamos: “§ 4º Não serão admitidos novos embargos de declaração se os 2 (dois) anteriores houverem sido considerados protelatórios.”

A alternativa D está incorreta. O art. 1.024, §2º do CPC estabelece que os embargos de declaração opostos contra decisão monocrática devem ser analisados monocraticamente pelo prolator da decisão embargada, e não pelo órgão colegiado. A saber: “§ 2º Quando os embargos de declaração forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada decidirá monocraticamente.”

A alternativa E está incorreta. O art. 1.024, §4º do CPC prevê esse direito ao embargado, permitindo a adequação ou complementação das razões recursais diante da alteração provocada pelo acolhimento dos embargos de declaração.

QUESTÃO 48. De acordo com a Constituição Federal e a jurisprudência atual e dominante do Supremo Tribunal Federal (STF), a respeito da atuação do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

a) O Procurador-Geral da República, chefe do Ministério Público da União, será nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução.

b) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria relativa do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

c) O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas encontra-se estritamente vinculado à estrutura da Corte de Contas e não detém autonomia jurídica e iniciativa legislativa para as leis que definem sua estrutura organizacional.

d) Nos termos do artigo 128, inc. I, da Constituição Federal, o Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Eleitoral e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

e) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. É permitida a recondução, de acordo com art. 128, § 1º da CF. Vejamos: “§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.”

A alternativa B está incorreta. A deliberação é da maioria absoluta do Legislativo, conforme art. 128, § 4º, da CF. Vejamos: “§ 4º Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.”

A alternativa C está correta. É este, de fato, o entendimento do STF. Vejamos: “É inconstitucional, por violação aos arts. 130 e 75 da CF/88, norma estadual que confere autonomia administrativa e orçamentária ao Ministério Público Estadual junto ao Tribunal de Contas, garantida a independência funcional de seus membros e os meios necessários para o desempenho da função.” (STF. Plenário. ADI 5.254/PA, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 21/08/2024).

A alternativa D está incorreta. Não há de se falar em Ministério Público Eleitoral, conforme art. 128, I, da CF. Vejamos: “Art. 128. O Ministério Público abrange: I - o Ministério Público da União, que compreende: a) o Ministério Público Federal; b) o Ministério Público do Trabalho; c) o Ministério Público Militar; d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;”.

A alternativa E está incorreta. A escolha deve ser aprovada pela maioria absoluta do Senado Federal, e não do Congresso Nacional, conforme determina art. 130-A da CF. Vejamos: “Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo: (...)”.

QUESTÃO 49. A respeito da intervenção federal, mecanismo de estabilidade constitucional que suspende temporariamente a autonomia de um ente federativo, assinale a alternativa correta, conforme a Constituição Federal.

a) Desde que suficiente ao restabelecimento da normalidade e limitado a suspender a execução do ato impugnado, o decreto de intervenção da União nos Estados para prover a execução de decisão judicial dispensa a apreciação pelo Congresso Nacional.

b) O decreto de intervenção da União nos Estados para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação independe de solicitação do Poder Legislativo ou Executivo impedido.

c) A União intervirá nos Estados e no Distrito Federal em hipótese de comoção grave de repercussão nacional.

d) O Estado intervirá em seus Municípios quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por doze meses consecutivos, a dívida fundada.

e) Submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, o decreto de intervenção, se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembleia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no prazo de quarenta e oito horas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema intervenção federal.

A alternativa A está correta. Conforme art. 36, § 3º, da CF: “§ 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembleia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 36, I, da CF: “Art. 36. A decretação da intervenção dependerá: I - no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;”.

A alternativa C está incorreta. Não consta essa possibilidade no texto do artigo 34 da CF. A alternativa tentou confundir o candidato com as hipóteses de cabimento de estado de sítio, vejamos: “Art. 137. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de: I - comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;”.

A alternativa D está incorreta. A falta de pagamento deve persistir por 2 anos consecutivos, na forma do art. 35, I, da CF: “Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;”.

A alternativa E está incorreta. O prazo é de 24 horas, conforme art. 36, § 2º, da CF, a seguir: “§ 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembleia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.”.

QUESTÃO 50. Acerca da teoria do poder constituinte, assinale a alternativa incorreta.

a) Embora tradicionalmente caracterizado pela doutrina como um poder ilimitado, hoje há teorias que identificam limites impostos ao poder constituinte originário, que podem ser extraídos do direito natural e do princípio da vedação ao retrocesso.

b) O poder constituinte derivado é secundário e se caracteriza como um poder de direito, construído juridicamente pela própria Constituição Federal. Por outro lado, o poder constituinte originário é um poder de fato, que existe antes mesmo do surgimento das normas constitucionais.

c) A mutação constitucional é derivada do poder constituinte derivado difuso e se legitima com a mudança na percepção do direito, mudança da realidade fática, ou de consequências práticas negativas de determinada interpretação do texto normativo.

d) O poder constituinte derivado decorrente, que se manifesta com a elaboração de uma Constituição Estadual, é caracterizado como condicionado e limitado.

e) O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é fruto da manifestação do poder constituinte derivado, sobretudo ao se considerar seus limites temporais, uma vez que possui eficácia temporária e esgota-se diante do advento da condição ou termo estabelecidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema poder constituinte.

A alternativa A está incorreta, pois a afirmação é verdadeira. Conforme leciona a professora Nelma Fontana: “Nesse ponto, o prezado leitor deve ficar alerta, porque a característica de ilimitado do Poder Originário pode ter outra denotação, conforme a concepção adotada. Para os positivistas, o Poder Originário não sofre nenhum tipo de limitação trazida pelo direito internacional ou por ordem suprapositiva. Por outro lado, para a concepção jusnaturalista, o Poder Constituinte Originário é um poder jurídico, de direito, porque acima de um ordenamento jurídico há um direito preexistente, próprio da condição humana: o direito natural. Nesses termos, o Poder Originário não sofreria barreiras estabelecidas pelo ordenamento jurídico anterior, mas estaria limitado pelo direito natural. Conclui-se que, de acordo com a concepção positivista, o Poder Originário é ilimitado de modo absoluto, ou seja, tem plena liberdade para definir o conteúdo a ser consagrado no texto constitucional. Já para a concepção jusnaturalista, a característica de ilimitado é relativa.” (Curso Interativo de Direito Constitucional MP-SP - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 4.2 Poder Constituinte Originário- Livro Digital Interativo).

A alternativa B está incorreta, pois a afirmação é verdadeira. Conforme a doutrina: “A relação entre Poder Derivado e Poder Originário é a de criatura – criador. Dessa forma, o Poder Constituinte Derivado é limitado e subordinado ao criador, pois sofre restrições de ordem material, circunstancial e formal. É também secundário, dependente e condicionado, de modo que sua atuação deve seguir firmemente as regras previamente estabelecidas pelo texto constitucional. (Curso Interativo de Direito Constitucional MP-SP - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 4.3 Poder Constituinte Derivado - Livro Digital Interativo).

A alternativa C está incorreta, pois a afirmação é verdadeira. De acordo com a doutrina: “Há, todavia, um meio informal de modificação de normas constitucionais denominado “Poder Constituinte Difuso” (ou mutação constitucional). Diz-se informal porque não ocorre nenhuma alteração na redação da Constituição, o que muda é apenas a interpretação do texto. A mutação constitucional consiste na interpretação constitucional evolutiva, porque pode ser definida como a separação entre o preceito constitucional e a realidade. A realidade constitucional torna-se mais ampla que a normatividade constitucional, daí a necessidade de adequação.” (Curso Interativo de Direito Constitucional MP-SP - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 4.4 Poder Constituinte Difuso - Livro Digital Interativo).

A alternativa D está incorreta, pois a afirmação é verdadeira. De acordo com a doutrina: “Com efeito, o poder atuante nos estados membros é o derivado, pois este tem as características de subordinação, condicionamento e limitação ao Poder Originário. Dessa feita, o poder que cria a Constituição estadual é chamado de Poder Derivado Decorrente. Trata-se de poder jurídico instituído pelo Poder Originário e previsto nos artigos 25 da CF e 11 do ADCT. Observe que o artigo 11 do ADCT confere expressamente poderes constituintes às Assembleias Legislativas, mas limitados pela Constituição Federal. Assim, não há dúvida:

poder constituinte limitado é o derivado. Se a Constituição estadual foi feita a partir da Constituição Federal, uma decorreu da outra. Daí o nome Poder Derivado Decorrente. Agora, convém esclarecer que o Poder Decorrente, como espécie de poder secundário, deve respeitar o princípio da simetria e as normas de observância obrigatória, quais sejam: os princípios constitucionais sensíveis; os princípios constitucionais estabelecidos e os princípios constitucionais extensíveis.” (Curso Interativo de Direito Constitucional MP-SP - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 4. Poder Constituinte - Livro Digital Interativo).

A alternativa E está correta, pois é a única alternativa incorreta (observe que o enunciado pede a incorreta!). De acordo com a doutrina, o ADCT é fruto da manifestação do poder constituinte originário, pois é parte da Constituição Federal e foi promulgado junto com a parte permanente. A doutrina, sobre o ADCT: “Diferentemente do preâmbulo, as normas que integram o ADCT são dotadas de força normativa, integram a Constituição e têm o mesmo valor hierárquico das que constam da parte dogmática. É verdade que os dispositivos do ADCT têm a característica de exaurimento, mas nem por isso podemos tirar a sua validade jurídica, não obstante tal valor normativo estar limitado à concretização do que neles está previsto. Boa parte do que consta do ADCT é norma exaurida. Todavia, há alguns dispositivos que continuam válidos, mesmo após trinta anos de sua criação, por falta de regulamentação. É o caso, por exemplo, do artigo 10, inciso I, que dispõe sobre a despedida arbitrária ou sem justa causa.” (Curso Interativo de Direito Constitucional MP-SP - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 5.4. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - Livro Digital Interativo).

QUESTÃO 51. Acerca do processo legislativo de edição de medidas provisórias, assinale a alternativa correta de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

a) A exigência de prévia autorização legislativa para a criação de fundos de qualquer natureza, prevista no artigo 167, IX, da Constituição Federal, é suprida pela edição de medida provisória, que tem força de lei.

b) Como regra, pode sempre ser submetida ao crivo do Poder Judiciário a presença dos requisitos constitucionais que legitimam a edição de medidas provisórias, sem ofensa à separação de poderes.

c) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite o controle de constitucionalidade de medida provisória, ainda que se comprove desvio de finalidade ou abuso da competência normativa do Chefe do Executivo.

d) Medida provisória pode revogar lei anterior tão logo ocorra sua publicação, pois tem força de lei, nos termos do artigo 62 da Constituição Federal.

e) A medida provisória pode ser retirada pelo presidente da República à apreciação do Congresso Nacional, uma vez que eventual ato revocatório subtrai ao Congresso Nacional o exame da matéria contida na medida provisória revogada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema medida provisória.

A alternativa A está correta. Conforme fixou o STF no julgamento da ADI 1726: “(...) 2. A exigência de prévia autorização legislativa para a criação de fundos, prevista no art. 167; IX, da Constituição, é suprida pela edição de medida provisória, que tem força de lei, nos termos do seu art. 62. O argumento de que medida provisória não se presta à criação de fundos fica combalido com a sua conversão em lei, pois, bem ou mal, o Congresso Nacional entendeu supridos os critérios da relevância e da urgência.” (STF. Plenário. ADI 1726/DF, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgado em 16/09/1998).

A alternativa B está incorreta. Esta não é a regra. Conforme fixou o STF no julgamento da ADI 5599: “Inexistindo comprovação da ausência de urgência, não há espaço para atuação do Poder Judiciário no controle dos requisitos de edição de medida provisória pelo chefe do Poder Executivo.” (STF. Plenário. ADI 5599/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 23/10/2020).

A alternativa C está incorreta. Conforme fixou o STF no julgamento da ADI 7232: “1. A jurisprudência deste Supremo Tribunal admite o controle de constitucionalidade de medida provisória quando se comprove desvio de finalidade ou abuso da competência normativa do Chefe do Executivo, pela ausência dos requisitos constitucionais de relevância e urgência. Na espécie, o Presidente da República valeu-se de medida provisória para desconstituir o que deliberado pelo Congresso Nacional e reafirmado na derrubada dos vetos presidenciais às normas alteradas pela Medida Provisória n. 1.135/2022.” (STF. Pleno. ADI 7232. Min Rel. Cármen Lucia. Julgamento: 09/11/2022. Publicação: 10/01/2023).

A alternativa D está incorreta. Não há tal revogação. Conforme fixou o STF no julgamento da ADI 5709: “(...) 2. Medida provisória não revoga lei anterior, mas apenas suspende seus efeitos no ordenamento jurídico, em face do seu caráter transitório e precário. Assim, aprovada a medida provisória pela Câmara e pelo Senado, surge nova lei, a qual terá o efeito de revogar lei antecedente. Todavia, caso a medida provisória seja rejeitada (expressa ou tacitamente), a lei primeira vigente no ordenamento, e que estava suspensa, volta a ter eficácia.” (STF. Pleno. ADI 5709. Min Rel. Rosa Weber. Julgamento: 23/07/2019).

A alternativa E está incorreta. Conforme fixou o STF no julgamento da ADI 2984: “1. Porque possui força de lei e eficácia imediata a partir de sua publicação, a Medida Provisória não pode ser "retirada" pelo Presidente da República à apreciação do Congresso Nacional. Precedentes. (...)”. (STF. Pleno. ADI 2984. Min Rel. Ellen Gracie. Julgamento: 04/09/2003).

QUESTÃO 52. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

a) Dentre os objetivos da seguridade social se insere o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

b) Exceto em situações que caracterizam calamidade pública, nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

c) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público, nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

d) Não serão instituídas isenções de contribuições para a seguridade social, ainda que para entidades beneficentes de assistência social.

e) As contribuições sociais previstas no artigo 195 da Constituição Federal são exceções ao princípio da anterioridade nonagesimal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema seguridade social.

A alternativa A está incorreta. A gestão é quadripartite. Conforme art. 194, parágrafo único, VII, da CF: “Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.”

A alternativa B está incorreta. A CF/88 não traz tal exceção. Conforme art. 195, § 5º da CF: “§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.”

A alternativa C está correta. Conforme art. 195, § 3º da CF: “§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.”

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 195, § 7º da CF: “§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.”

A alternativa E está incorreta. Devem sim seguir a anterioridade nonagesimal. Conforme art. 195, § 6º da CF: “§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b".”

QUESTÃO 53. A respeito da jurisprudência atual e dominante do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.

a) É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.

b) É constitucional a incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário maternidade.

c) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

d) A segurança pública, incluindo a prevenção e o combate a incêndios, faz-se, no campo da atividade precípua, pela unidade da Federação, e, porque serviço essencial, tem como viabilizá-la a arrecadação de impostos, não cabendo ao Município a criação de taxa para tal fim.

e) A execução provisória de obrigação de fazer em face da Fazenda Pública não atrai o regime constitucional dos precatórios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema entendimentos jurisprudenciais diversos do STF, fixados em sede de repercussão geral.

A alternativa A está incorreta. A alternativa está de acordo com tese firmada pelo STF em sede de repercussão geral: “É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício do poder de polícia de trânsito, inclusive para a imposição de sanções administrativas legalmente previstas (ex.: multas de trânsito).” (STF. Plenário. RE 658570/MG, rel. orig. Min. Marco Aurélio, red. p/ o acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 6/8/2015 (repercussão geral)).

A alternativa B está correta, pois é a única que não condiz com os entendimentos fixados pelo STF (observe que o enunciado pede a incorreta!). De acordo com o Tema 72 de Repercussão Geral do STF, tal incidência é inconstitucional, vejamos: “É inconstitucional a incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário maternidade.”

A alternativa C está incorreta. A alternativa está de acordo com Tema 445 de Repercussão Geral do STF: “Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.” (STF. Plenário. RE 636553/RS, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 19/2/2020 (repercussão geral – Tema 445)).

A alternativa D está incorreta. A alternativa está de acordo com Tema 16 de Repercussão Geral do STF: “A segurança pública, presentes a prevenção e o combate a incêndios, faz-se, no campo da atividade precípua, pela unidade da Federação, e, porque serviço essencial, tem como a viabilizá-la a arrecadação de impostos, não cabendo ao Município a criação de taxa para tal fim.” (STF. Plenário. RE 643247/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 1º/8/2017 (repercussão geral)).

A alternativa E está incorreta. A alternativa está de acordo com Tema 45 de Repercussão Geral do STF: “A execução provisória de obrigação de fazer em face da Fazenda Pública não atrai o regime constitucional dos precatórios.” (STF. Plenário. RE 573872/RS, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 24/5/2017 (repercussão geral)).

QUESTÃO 54. A respeito da sistemática constitucional de repartição de competências, assinale a alternativa incorreta.

a) É formalmente inconstitucional lei ordinária estadual aprovada na vigência da atual ordem constitucional, que organiza e disciplina as atribuições e regulamenta o Estatuto dos respectivos membros do Ministério Público.

b) Adota-se, em matéria de repartição de competências, o princípio da predominância do interesse, que se alinha ao federalismo de cooperação adotado na dinâmica entre os Entes Federativos.

c) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.

d) O sistema constitucional de repartição de competências adotou apenas o modelo horizontal, e não vertical, pois se limitou a elencar matérias cuja competência é reservada de forma exclusiva a cada Ente Federativo.

e) Matérias de competência legislativa privativa são delegáveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema organização do estado e repartição de competências entre os entes federados.

A alternativa A está incorreta. A alternativa está de acordo com entendimento fixado pelo STF na ADI 3194: “É formalmente inconstitucional lei ordinária estadual, aprovada na vigência da atual ordem constitucional, que organiza e disciplina as atribuições e regulamenta o Estatuto dos respectivos membros do Ministério Público. Há vício de inconstitucionalidade porque o art. 128, § 5º da CF/88 exige reserva de lei complementar neste caso. É materialmente inconstitucional norma estadual que permite a integração de membro do Ministério Público em comissão de sindicância ou processo administrativo estranho ao órgão ministerial mediante autorização do Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do órgão ministerial. Trata-se de condição incompatível com o disposto no art. 128, § 5º, II, “d”, da CF/88 c/c o art. 29, § 3º do ADCT. (STF. Plenário. ADI 3.194/RS, Rel. Min. Nunes Marques, julgado em 10/11/2023).

A alternativa B está incorreta. A alternativa está de acordo com a posição dominante da doutrina. O federalismo no Brasil é misto. Adota-se, em terras pátrias, tanto o federalismo de cooperação (competências concorrentes e comuns), quanto o federalismo dual ou clássico (competências exclusivas e privativas de determinado ente). Neste sentido, é a doutrina da professora Nelma Fontana: “A atual Constituição brasileira primou por um modelo moderno de federalismo ao enumerar não apenas as competências da União (artigos 21 e 22), mas também enumerar competências dos Municípios (artigo 30), fixar competências concorrentes entre a União, os Estados e o Distrito Federal (artigo 24) e competências comuns entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (artigo 23). Quanto aos modelos horizontal e vertical, a Constituição Federal adotou os dois, mas inegavelmente deu preferência ao modelo horizontal. O caso de repartição vertical acontece quando a competência legislativa é concorrente (artigo 24). Nesse caso, sobre um determinado assunto, a União legisla sobre normas gerais; Estados e Distrito Federal cumprem as normas gerais e acrescentam as específicas. Vê-se hierarquia na atuação entre a União e os Estados. No mais, a repartição de competências é horizontal (competências exclusivas, privativas e comuns).” (Curso Interativo de Direito Constitucional para Carreiras Jurídicas - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 13.1. Repartição de Competências - Livro Digital Interativo). Nesse sentido, um dos princípios que serve de base para delimitar a

competência de cada ente é o princípio da Predominância do Interesse. Consoante esse princípio, conforme já explicado acima, a União tem a prerrogativa de tratar das matérias correlatas ao interesse geral/nacional. Ao passo que os Estados cuidarão de matérias de interesse regional e os Municípios, por sua vez, cuidarão das matérias de interesse local. Por fim, o Distrito Federal, por atuar ora como Estado, ora como Município, cuidará tanto de matérias de interesse regional como interesse local.

A alternativa C está incorreta. A alternativa está de acordo com Súmula Vinculante 46: “A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.”

A alternativa D está correta, pois é a única que não condiz com os entendimentos doutrinários dominantes (observe que o enunciado pede a incorreta!). Conforme explicado na justificativa da letra B, o sistema constitucional de repartição de competências adotou tanto o modelo horizontal quanto o modelo vertical.

A alternativa E está incorreta. A alternativa está de acordo com art. 23, parágrafo único, da CF: “Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.”

QUESTÃO 55. Considerando a legislação, bem como a jurisprudência atual e dominante do Supremo Tribunal Federal sobre o controle concentrado-abstrato de constitucionalidade, assinale a alternativa incorreta.

a) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória.

b) Não há impedimento nem suspeição no julgamento de ações de controle concentrado de normas, exceto se o próprio ministro o indicar por razões de foro íntimo.

c) A pessoa física tem representatividade adequada para intervir na qualidade de amigo da corte em ação direta de inconstitucionalidade.

d) A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.

e) Não se conta em dobro o prazo recursal para a Fazenda Pública em processo objetivo, mesmo que seja para interposição de recurso extraordinário em processo de fiscalização normativa abstrata. O prazo é simples.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta, pois está de acordo com o disposto no art. 26 da Lei 9.868/99. Vejamos: “Art. 26. A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecurável, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória.

A alternativa B está incorreta, pois está de acordo com entendimento do STF sobre o tema, fixado na ADI 6362. Vejamos: “Não há impedimento, nem suspeição de ministro, nos julgamentos de ações de controle concentrado, exceto se o próprio ministro firmar, por razões de foro íntimo, a sua não participação.” (STF. Plenário. ADI 6362/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 2/9/2020).

A alternativa C está correta, pois é a única que não condiz com os entendimentos fixados pelo STF (observe que o enunciado pede a incorreta!). De acordo com o julgamento da ADI 3396: “A pessoa física não tem representatividade adequada para intervir na qualidade de amigo da Corte em ação direta.” (STF. Plenário. ADI 3396 AgR/DF, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 6/8/2020).

A alternativa D está incorreta, pois está de acordo com o disposto no art. 28, parágrafo único, da Lei 9.868/99. Vejamos: “Parágrafo único. A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.”

A alternativa E está incorreta, pois está de acordo com entendimento do STF sobre o tema, fixado na ADI 5814. Vejamos: “Não se conta em dobro o prazo recursal para a Fazenda Pública em processo objetivo, mesmo que seja para interposição de recurso extraordinário em processo de fiscalização normativa abstrata.” (STF. Plenário. ADI 5814 MC-AgR-AgR/RR, Rel. Min. Roberto Barroso; ARE 830727 AgR/SC, Rel. para acórdão Min. Cármen Lúcia, julgados em 06/02/2019).

QUESTÃO 56. De acordo com as disposições constitucionais acerca da nacionalidade, assinale a alternativa correta.

a) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição Federal, a exemplo do exercício do cargo de Ministro de Estado da Defesa, que é privativo de brasileiro nato.

b) A renúncia da nacionalidade impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária.

c) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade perante a autoridade competente, mesmo em situações que acarretem apatridia.

d) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, ainda que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

e) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade por naturalização voluntária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema direitos de nacionalidade.

A alternativa A está correta. Conforme art. 12, § 2º e § 3º, VI, da CF/88: “§ 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.”; e “§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos: VII - de Ministro de Estado da Defesa.”

A alternativa B está incorreta. Não há tal impedimento. Conforme art. 12, § 5º, da CF/88: “§ 5º A renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do § 4º deste artigo, não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.”

A alternativa C está incorreta. Ficam ressalvadas as situações que acarretem apatridia. Conforme art. 12, § 4º, II, da CF/88: “§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: (...) II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.”

A alternativa D está incorreta. Trata-se de brasileiro nato. Conforme art. 12, I, “b”, da CF/88: “Art. 12. São brasileiros: I - natos: b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;”

A alternativa E está incorreta. O dispositivo que continha tal previsão foi modificado pela Emenda Constitucional 131/2023. Não existe mais tal disposição. Atualmente, as hipóteses de perda da nacionalidade estão dispostas no art. 12, § 4º, da CF, vejamos: “§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.”

QUESTÃO 57. A respeito da teoria dos fenômenos constitucionais, considerada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) Em razão da adoção do princípio da contemporaneidade, não se admite o controle de constitucionalidade de norma anterior com relação à Constituição superveniente.

b) No fenômeno da desconstitucionalização, normas materialmente constitucionais podem ser recepcionadas, ao contrário das apenas formalmente constitucionais.

c) O sistema constitucional brasileiro admite a reconstituição tácita, que é sinônimo do efeito reconstitutivo.

d) É possível a recepção de norma infraconstitucional pela nova ordem constitucional instituída, ainda que exista incompatibilidade formal relacionada à competência dos entes federativos.

e) Não se admite em nenhuma hipótese a inconstitucionalidade superveniente de norma infraconstitucional, ainda que em virtude de mudanças políticas, econômicas e sociais que alterem a interpretação de normas constitucionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

A alternativa A está correta. Conforme doutrina da professora Nelma Fontana: “A definição de uma lei ou ato normativo como inconstitucional pressupõe a observância do elemento contemporaneidade, uma vez que não se adota no Brasil a teoria da inconstitucionalidade superveniente. O direito pré-constitucional quanto não compatível com a Constituição superveniente não pode ser considerado inconstitucional. Se a norma anterior à Constituição for materialmente compatível com a nova Carta será recepcionada, mas se for materialmente incompatível, será revogada (ou não recepcionada como preferem alguns autores). Se a lei for anterior à Constituição, só poderá ser considerada inconstitucional em face daquela que valia quando de sua criação. (...) Com efeito, inconstitucionalidade é a incongruência entre um ato do Poder Público e a Constituição em vigor quando de sua criação. Não há, no Brasil, inconstitucionalidade em face de futura Constituição. A inconstitucionalidade é sempre presente, é fruto do reconhecimento da incompatibilidade entre um ato normativo e a Constituição que vigorava no momento de sua edição.” (Curso Interativo de Direito Constitucional MP-SP - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 22. Controle de Constitucionalidade - Livro Digital Interativo).

A alternativa B está incorreta. De acordo com a doutrina de Pedro Lenza: “Trata-se do fenômeno pelo qual as normas da Constituição anterior, desde que compatíveis com a nova ordem, permanecem em vigor, mas com o status de lei infraconstitucional. Ou seja, as normas da Constituição anterior são recepcionadas com o status de norma infraconstitucional pela nova ordem. Fernanda Dias Menezes de Almeida e Anna Cândida da Cunha Ferraz, em trabalho extremamente interessante, observam que, “surgida na França e aceita por juristas como Carré de Malberg, Duguit, Esmein, Jellinek, Carl Schmitt e, entre nós, por Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Pontes de Miranda e José Afonso da Silva, a doutrina da desconstitucionalização afirma a possibilidade de sobrevivência de certos dispositivos da Constituição que perde a validade, não, porém, com o caráter de normas constitucionais, e sim como normas ordinárias”. (LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado / Pedro Lenza. - Coleção esquematizado / coordenador Pedro Lenza - 24. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p-232).

A alternativa C está incorreta. A repristinação tácita não é admitida, devendo estar expressa na lei posterior. É o que determina art. 2º, § 3º, da LINDB: “§ 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.” Ademais, não se confunde com efeito repristinatório, este sim, tácito, e relativo à inconstitucionalidade de normas. Vejamos o que diz a doutrina: “A decisão de mérito, em decorrência do efeito ex tunc, também provoca o efeito repristinatório da lei anterior, isto é, devolve ao ordenamento jurídico a norma que havia sido revogada por aquela que foi declarada inconstitucional. (...) Cumpre ressaltar que o efeito repristinatório é tácito, isto é, basta a declaração de inconstitucionalidade da norma para que a lei anterior, aparentemente revogada, volte a produzir efeitos. Caso o efeito repristinatório não seja desejado, será necessário que o autor da ADI, na petição, faça a impugnação tanto da lei vigente quanto da lei revogada pela norma atacada.” (Curso Interativo de Direito Constitucional MP-SP - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 22. Controle de Constitucionalidade - Livro Digital Interativo).

A alternativa D está incorreta. A recepção se dá em relação ao aspecto material, e não formal. Vejamos posição dominante da doutrina: “A inconstitucionalidade, diferente do que se aplica à teoria da recepção ou da revogação do direito pré-constitucional, pode ser material ou formal (na aplicação da teoria da recepção, interessa apenas a compatibilidade material). A inconstitucionalidade material (ou nomoestática) é o descompasso entre o conteúdo da lei e o conteúdo da Constituição. Por outro lado, a inconstitucionalidade formal (ou nomodinâmica) é a desobediência ao processo legislativo estabelecido pela Constituição Federal quando da criação da norma.” (Curso Interativo de Direito Constitucional MP-SP - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 22. Controle de Constitucionalidade - Livro Digital Interativo).

A alternativa E também está correta, devido a mesma explicação da alternativa A. Observe que a alternativa tentou confundir o candidato, trazendo parte do conceito de mutação constitucional. Dessa forma, entende-se que a questão deva ser anulada, por ter 2 respostas igualmente corretas.

QUESTÃO 58. De acordo com a Constituição Federal e a jurisprudência atual e dominante do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ), a respeito da teoria dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa incorreta.

a) Embora exista cláusula pétrea a respeito dos direitos e garantias individuais, é permitida a alteração de disposições constitucionais relativas à matéria.

b) Em razão da adoção da teoria da eficácia horizontal direta, admite-se a aplicação dos direitos fundamentais diretamente às relações entre particulares, desnecessária qualquer intermediação legislativa.

c) O princípio da proibição do retrocesso, também chamado efeito “cliquet” impede, em tema de direitos fundamentais, a desconstituição de conquistas já alcançadas, vedado o retrocesso em matéria de direitos a prestações positivas do Estado.

d) A Constituição Federal adota um sistema aberto de direitos fundamentais.

e) Admite-se a configuração de dano moral sofrido por pessoas jurídicas de direito público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema direitos e garantias fundamentais.

A alternativa A está incorreta, pois está em conformidade com o entendimento doutrinário dominante. Tomando por base o art. 5º, § 2º, bem como a Constituição como um todo, entende-se que as cláusulas pétreas relativas aos direitos e garantias individuais podem ser alteradas, desde que o sejam para ampliar tais direitos e garantias, nunca para suprimi-los. Vejamos posicionamento doutrinário dominante sobre o tema: “Por outro lado, avulta de significado prático saber se a cláusula de abertura tem o condão de estender a proteção jurídica dos direitos fundamentalmente formais e acobertar os direitos materialmente fundamentais com a nota da imutabilidade formal preceito que os consagra, em outras palavras, se a abertura material proporcionada pelo art. 5º, §2º, da CF tem o efeito de alargar a incidência da cláusula pétrea do art. 60, § 4º, inc. IV, da CF, para abranger os direitos fundamentais em sentido material. A

possibilidade de integração do catálogo dos direitos fundamentais proporciona, na visão de Jorge Miranda, a manifestação de princípio geral do ordenamento jurídico, o princípio da realização da pessoa humana como decorrência da afirmação jurídica de sua dignidade. Entende ele que a regra de abertura possui função semelhante àquela exercida pela cláusula do caráter restritivo das restrições aos direitos fundamentais.” (Curso Interativo de Direito Constitucional MP-SP - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 5. Princípios Fundamentais - Livro Digital Interativo).

A alternativa B está incorreta, pois está em conformidade com entendimento doutrinário dominante. Vejamos: “No entanto, a jurisprudência da Corte entende que os direitos fundamentais vinculam tanto o Estado quanto os particulares. Trata-se da eficácia horizontal dos direitos fundamentais. É dizer: os direitos fundamentais irradiam de tal modo os seus valores que vinculam tanto as relações entre Estado e particulares (eficácia vertical dos direitos fundamentais), quanto às relações entre os particulares (eficácia horizontal dos direitos fundamentais), ou, melhor dizendo, tendo em vista o caso exposto, nas relações privadas.” (Curso Interativo de Direito Constitucional MP-SP - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 6. Direitos e Garantias Individuais em espécie - Livro Digital Interativo).

A alternativa C está correta, pois é a única que não condiz com os entendimentos fixados pelo STF (observe que o enunciado pede a incorreta!). As prestações positivas do Estado não se incluem. Vejamos jurisprudência exemplificativa do STF, fixada em sede da ADI 5224: “Normas estaduais sobre inclusão e exclusão de consumidores em cadastros de proteção ao crédito - ADI 5224/SP, ADI 5252/SP, ADI 5273/SP e ADI 5978/SP. Resumo: A ADOÇÃO DE SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA A CONSUMIDOR INADIMPLENTE POR CARTA REGISTRADA COM AVISO DE RECEBIMENTO CONFIGURA DESRESPEITO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL: No caso, a norma impugnada claramente transgredir o modelo normativo geral criado pela União (Código de Defesa do Consumidor, art. 43, § 2º). Além disso, a disciplina normativa estadual afeta direta e ostensivamente relações comerciais e consumeristas que transcendem os limites territoriais do ente federado, bem como transfere todo o ônus financeiro da inadimplência da pessoa do devedor para a sociedade em geral. É INCONSTITUCIONAL A PREVISÃO, POR LEI ESTADUAL, DE “PRAZO DE TOLERÂNCIA” A IMPEDIR QUE O NOME DO CONSUMIDOR INADIMPLENTE SEJA IMEDIATAMENTE INSCRITO EM CADASTRO OU BANCO DE DADOS: Isso porque, ao prever hipótese suspensiva dos efeitos do vencimento de dívida, o preceito normativo em questão dispõe sobre o tempo do pagamento e os efeitos da mora, intervindo na legislação federal sobre direito civil e comercial, matérias reservadas à União (Constituição Federal, art. 22, I). A SUPRESSÃO DA VERIFICAÇÃO PRÉVIA QUANTO À EXISTÊNCIA DO CRÉDITO, EXIGIBILIDADE DO TÍTULO E INADIMPLÊNCIA DO DEVEDOR NÃO CARACTERIZA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO. Com o advento da Lei estadual 16.624/2017, não é mais obrigatória a apresentação, pelos credores, de documentos capazes de atestar a existência da dívida, a exigibilidade e a insolvência. Agora, tais documentos somente serão exigidos na hipótese de solicitação, de caráter voluntário, pelo próprio devedor ou pela empresa administradora dos dados. Essa modificação legislativa não consubstancia ofensa à Constituição ou retrocesso social em desfavor dos consumidores. Nesses termos, o Plenário, por unanimidade, conheceu parcialmente das ações diretas de inconstitucionalidade e, na parte conhecida, julgou-as parcialmente procedentes.”

A alternativa D está incorreta, pois está em conformidade com a própria CF. Os direitos fundamentais estão previstos em rol exemplificativo, conforme leciona o art. 5º, § 2º da CF/88: “§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

A alternativa E está incorreta, pois está de acordo com a posição adotada pelo STF. Vejamos: “Pessoa jurídica de direito público tem direito à indenização por danos morais relacionados à violação da honra ou da imagem, quando a credibilidade institucional for fortemente agredida e o dano reflexo sobre os demais jurisdicionados em geral for evidente.” (STJ. 2ª Turma. REsp 1.722.423-RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 24/11/2020).

QUESTÃO 59. Acerca do mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

a) Parlamentar tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança com o objetivo de defender a prerrogativa do Congresso Nacional de requerer informações a Ministros de Estados.

b) O Tribunal de Contas da União não é parte legítima para figurar no polo passivo de mandado de segurança.

c) O Ministério Público possui legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança a fim de promover a defesa dos interesses transindividuais e do patrimônio público material ou imaterial.

d) Embora admissível mandado de segurança contra ato de gestão comercial praticado por administradores de empresas públicas, referido controle não é possível em relação às sociedades de economia mista e concessionárias de serviço público.

e) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema remédios constitucionais, mais precisamente sobre o mandado de segurança.

A alternativa A está incorreta. Não é este o objetivo do Mandado de Segurança proposto por parlamentar, mas sim impedir que a elaboração dos atos normativos, pelo Poder Legislativo, incida em desvios inconstitucionais. Vejamos jurisprudência do STF: “O parlamentar tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de leis e emendas constitucionais que não se compatibilizam com o processo legislativo constitucional. Legitimidade ativa do parlamentar, apenas.” (STF, MS 24642, rel. Ministro Carlos Velloso, Tribunal Pleno, j. em XXXXX-2-2004).

A alternativa B está incorreta. O TCU é sim parte legítima para figurar no polo passivo de mandado de segurança. Conforme entendimento fixado pelo STJ: “(...) II – O Tribunal de Contas da União é parte legítima para figurar no pólo passivo do mandado de segurança, quando a decisão impugnada revestir-se de caráter impositivo. Precedentes do Colendo Supremo Tribunal Federal. (...)”. (REsp 464.633. Min Rel FELIX FISCHER. DJ: 31/03/2003).

A alternativa C está correta. É este o entendimento pacificado no STJ. Vejamos: “O Ministério Público possui legitimidade ativa para impetrar Mandado de Segurança a fim de promover a defesa dos interesses

transindividuais e do patrimônio público material ou imaterial.” (STJ. 2ª Turma. RMS 67.108-MA, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 05/04/2022).

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 1º, § 2º, da Lei 12.016/2009: “§ 2º Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com a Súmula 629 do STF, dispensa-se tal autorização. Vejamos: “Súmula 629 do STF: Súmula 629-STF: A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.”

QUESTÃO 60. A um socioeducando a quem foi atribuída a prática de determinado ato infracional, após oferecimento de representação e regular tramitação do processo, aplicou-se a medida socioeducativa de interação, prevista no artigo 112, inciso VI, da Lei nº 8.089/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), reputada a mais adequada ao caso concreto.

Considerando a situação fática indicada no enunciado, bem como na sistemática do ECA sobre a aplicação de medidas socioeducativas, assinale a alternativa correta.

a) Quando aplicada qualquer das medidas socioeducativas previstas no artigo 112, incisos I a VI, do ECA dever ser aplicadas todas as medidas de proteção previstas no artigo 101 da mesma lei.

b) Quando aplicada qualquer das medidas socioeducativas previstas no artigo 112, incisos I a VI, do ECA, também podem ser aplicadas quaisquer das medidas de proteção previstas nos incisos I a VI, do artigo 101 da mesma lei, denominadas por parte de doutrina de "medidas socioeducativas impróprias", quando inseridas no contexto socioeducativo.

c) A aplicação da medida de proteção de acolhimento institucional prevista no artigo 101, inciso VII, do ECA é efeito da aplicação da medida socioeducativa de interação

d) Quando aplicada medida socioeducativa de internação, é vedada a aplicação de qualquer das medidas de proteção previstas no artigo 101 do ECA

e) Além da medida socioeducativa de internação aplicada na situação fática apresentada no enunciado, podem ser aplicadas todas as medidas de proteção previstas no artigo 101 do ECA.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre medidas de proteção e sobre medidas socioeducativas, mas especificamente acerca da possibilidade ou não da aplicação cumulativa de tais medidas.

A alternativa A está incorreta. As medidas de proteção previstas no art. 101 do ECA podem ser aplicadas complementarmente, mas não existe a obrigação de que sejam todas cumulativamente impostas quando

uma medida socioeducativa é aplicada, isso porque o ECA prevê a possibilidade de adequação das medidas ao caso concreto, visando o melhor interesse do adolescente, mas sem obrigatoriedade absoluta.

A alternativa B está correta. A aplicação das medidas de proteção do art. 101 do ECA, quando combinadas com medidas socioeducativas do art. 112, são reconhecidas como complementares. A doutrina reconhece que as medidas de proteção previstas no art. 101 do ECA podem ser combinadas com medidas socioeducativas, sendo denominadas por alguns autores como "medidas socioeducativas impróprias" quando aplicadas em contexto complementar para atender às necessidades do adolescente.

A alternativa C está incorreta. O acolhimento institucional (art. 101, inciso VII do ECA) é uma medida protetiva autônoma e não decorre automaticamente da aplicação da medida socioeducativa de internação. Ambas possuem finalidades distintas e são aplicadas conforme a necessidade e situação específica do adolescente.

A alternativa D está incorreta. Não há vedação à aplicação concomitante de medidas de proteção (art. 101) com medidas socioeducativas (art. 112). As medidas de proteção do art. 101 do ECA podem ser aplicadas de forma complementar às medidas socioeducativas (art. 112), inclusive no contexto da internação. Essas medidas podem ser utilizadas complementarmente para garantir a proteção integral do adolescente, mesmo em casos de internação.

A alternativa E está incorreta. Embora seja possível aplicar medidas de proteção em complemento à internação, não significa que "todas" as medidas previstas no art. 101 do ECA devem ser aplicadas cumulativamente, pois cada caso deve ser avaliado individualmente, considerando as especificidades da situação e as necessidades do adolescente.

QUESTÃO 61. A Lei nº 13.431/2017 (regulamentada pelo Decreto nº 9.603/2018) estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Entre os direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente explicitados, está inscrito no artigo 5º, inciso III, da referida lei, o de "ter a intimidade e as condições pessoais protegidas quando vítima ou testemunha de violência". E, para dar concretude a referido direito e garantia, a Lei nº 13.431/2017 definiu, no artigo 7º, a denominada escuta especializada e, no artigo 8º, o denominado depoimento especial. Sobre o tema tratado no enunciado, com base tanto na lei quanto no decreto regulamentador, assinale a alternativa correta.

a) É garantido à vítima ou testemunha de violência, se assim o entender, o direito de prestar depoimento diretamente à Autoridade Judicial.

b) Tanto a escuta especializada quanto o depoimento especial têm como escopo principal a produção de provas em procedimentos de apuração de violência contra crianças e adolescentes.

c) O depoimento especial só poderá ser realizado uma única vez

d) Após a finalização do depoimento especial pelo profissional especializado, eventuais perguntas complementares poderão ser realizadas diretamente pelas partes, e o profissional especializado não poderá adaptar as perguntas a linguagem de melhor compreensão da criança ou adolescente.

e) No caso de o depoimento especial ser realizado no curso do processo criminal, sua realização será precedida da leitura da denúncia para que a vítima ou testemunha tenham conhecimento dos fatos imputados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, a partir do disposto na Lei nº 13.431/2017 e no Decreto nº 9.603/2018.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 12, §1º da Lei nº 13.431/2017, estabelece que à vítima ou testemunha de violência é garantido o direito de prestar depoimento diretamente ao juiz, se assim o entender: “§ 1º À vítima ou testemunha de violência é garantido o direito de prestar depoimento diretamente ao juiz, se assim o entender.” Essa disposição visa respeitar a autonomia e o interesse da vítima ou testemunha, resguardando sua proteção integral e garantindo que sua manifestação seja realizada em condições apropriadas.

A alternativa B está incorreta. Embora a escuta especializada e o depoimento especial contribuam para a coleta de informações, o objetivo principal de ambos é preservar os direitos da criança ou adolescente, minimizando a revitimização, e não apenas a produção de provas.

A alternativa C está incorreta. O depoimento pode ser repetido, desde que seja necessário e que sejam adotadas medidas para minimizar a revitimização da criança ou adolescente. Ou seja, trata-se de uma exceção à regra: “§ 2º Não será admitida a tomada de novo depoimento especial, salvo quando justificada a sua imprescindibilidade pela autoridade competente e houver a concordância da vítima ou da testemunha, ou de seu representante legal.”

A alternativa D está incorreta. Consoante o art. 12º da Lei nº 13.431/2017 determina que o profissional especializado deve adaptar as perguntas à linguagem acessível e apropriada à criança ou adolescente. Não cabe às partes realizar perguntas diretamente à vítima ou testemunha, garantindo-se a proteção contra constrangimentos ou exposições inadequadas. Nesse sentido, “II - é assegurada à criança ou ao adolescente a livre narrativa sobre a situação de violência, podendo o profissional especializado intervir quando necessário, utilizando técnicas que permitam a elucidação dos fatos;” Portanto, caberá ao profissional especializado adaptar a linguagem às necessidades de compreensão da criança ou adolescente, conforme elucidado pelo art. 5º, parágrafo único da Lei nº 13.431/2017.

A alternativa E está incorreta. O foco da Lei nº 13.431/2017 é proteger a criança ou adolescente, evitando a exposição desnecessária aos aspectos técnicos ou acusatórios do processo. A leitura da denúncia não é uma exigência para a realização do depoimento especial, já que isso pode causar impacto emocional ou constrangimento à vítima ou testemunha.

QUESTÃO 62. Além da orfandade, entre outras hipóteses, tais como abandono, situação de vulnerabilidade dos pais ou responsáveis, violência no âmbito das relações domésticas e familiares, em razão de sua própria conduta, pode ser aplicada, à criança ou ao adolescente, a medida de proteção de

acolhimento institucional, prevista no inciso VII do artigo 101 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA).

Dito isso sobre o acolhimento institucional, assinale a alternativa incorreta.

a) Os processos de execução de medidas de proteção à criança e ao adolescente devem, por determinação legal, conter a guia de acolhimento e o plano individual de atendimento. Além disso, a lei também determina a reavaliação trimestral obrigatória. Por sua vez, a realização das audiências concentradas e a inclusão dos acolhidos e acolhidas no Cadastro Nacional são providências contidas em atos normativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

b) Na hipótese de impossibilidade de reintegração familiar e ainda não sendo o caso de colocação em família substituta, a inclusão de criança ou adolescente em programa de acolhimento familiar terá preferência ao seu acolhimento institucional.

c) O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é legalmente equiparado ao guardião.

d) A permanência da criança ou do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 3 (três) anos, a não ser que se encontre em situação de orfandade ou abandona comprovados.

e) São elementos caracterizadores da medida de proteção de acolhimento institucional a provisoriedade, a excepcionalidade, a finalidade preestabelecida e a liberdade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre medidas de proteção à criança e ao adolescente. O examinador requer a indicação da alternativa incorreta, portanto, sendo essa a alternativa correta a ser assinalada pelo examinando.

A alternativa A está incorreta. O art. 101, §4º do ECA, determina que o acolhimento institucional deve ser acompanhado da guia de acolhimento e do Plano Individual de Atendimento (PIA), com reavaliações obrigatórias trimestrais. Dessa forma, quando realizado o acolhimento institucional, a situação da criança ou do adolescente deverá ser reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, pela autoridade judiciária competente, mediante relatório elaborado pela equipe interprofissional ou multidisciplinar (art. 19, § 1º, do ECA, com redação dada pela Lei n. 13.509/2017).

A alternativa B está incorreta. O art. 34, §1º do ECA estabelece que o acolhimento familiar tem preferência sobre o acolhimento institucional, em conformidade com o princípio de priorizar a convivência familiar e comunitária: “§ 1º A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei.” Assim, se não houver possibilidade de reintegração à família natural e também não for o caso de colocação em família substituta, deve-se buscar alternativas que privilegiem o acolhimento familiar.

A alternativa C está incorreta. O art. 92, §1º do ECA estabelece que o dirigente de entidade de acolhimento é equiparado ao guardião, para todos os efeitos legais, enquanto durar a medida de proteção. A saber: “§ 1º O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito”

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 19, §2º do ECA, a permanência em acolhimento institucional não deve ultrapassar 18 meses, salvo exceções devidamente justificadas pela autoridade judicial. Não há previsão na lei que amplie esse prazo para 3 anos devido à orfandade ou abandono.

A alternativa E está incorreta. O art. 101, §1º do ECA destaca que o acolhimento institucional deve ter caráter excepcional e provisório, com a finalidade de atender às necessidades específicas da criança ou adolescente.

QUESTÃO 63. Um Promotor de Justiça, que exerce suas funções em Comarca de entrância inicial no interior do Estado de São Paulo, apurou, por intermédio de Procedimento Administrativo de Acompanhamento (Resolução nº 934/15-PGJCPJ-CGMP), que o Município, respectivo, a despeito das demandas concretas existentes, tais como situações de abandono familiar e exposição a trabalho infantil, bem como das disposições legais, não implementou o programa de execução da medida de proteção de acolhimento familiar prevista no inciso VIII do artigo 101 da Lei nº 8.059/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), tampouco tomou providências alternativas. Depois de período razoável de atuação resolutiva com o propósito do estabelecimento de articulação com a própria Prefeitura Municipal e Secretarias Municipais da área socioassistencial, bem como Diretoria Regional de Ensino, Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem resultados concretos, foi proposta ação civil pública cominatória de obrigação de fazer em face do Município, dada a omissão constatada

Sob a perspectiva da fundamentação legal da ação civil pública mencionada no enunciado, assinale a alternativa que não seria cabível:

a) A proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência, é um dos direitos fundamentais previstos no artigo 7º do ECA.

b) A assistência aos desamparados é um dos direitos sociais consagrados no artigo 6º da Constituição Federal.

c) Entre as diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente está a sua municipalização, conforme disposto no artigo 88, inciso I, do ECA.

d) Colocar as crianças e os adolescentes a salvo de toda a forma de negligência, com absoluta prioridade, é um dos deveres do Estado, contido no artigo 227, caput, da Constituição Federal.

c) O Prefeito Municipal incorreu na infração administrativa de não efetuar o cadastramento das crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar, prevista no parágrafo único do artigo 258-A do ECA.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O art. 7º do ECA consagra a proteção à vida e à saúde como direitos fundamentais da criança e do adolescente, vinculados à implementação de políticas públicas que promovam condições dignas de vida.

A alternativa B está incorreta. A Constituição Federal, no artigo 6º, prevê a assistência aos desamparados como direito social, fundamentando a exigência de políticas públicas para atender a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

A alternativa C está incorreta. O art. 88, I, do ECA estabelece a municipalização como uma das diretrizes fundamentais da política de atendimento, reafirmando a responsabilidade primária dos municípios na execução de medidas de proteção.

A alternativa D está incorreta. O art. 227 da Constituição Federal determina que o Estado, a família e a sociedade devem assegurar, com prioridade absoluta, os direitos das crianças e dos adolescentes, protegendo-os de negligência, violência e qualquer ameaça.

A alternativa E está correta. A questão problemática é não haver essa política no Município, ou seja, a infração administrativa não se refere à conduta do Prefeito no caso concreto. O art. 258-A, parágrafo único, do ECA trata de infrações administrativas relacionadas à fiscalização e ao cadastro, mas ele não vincula diretamente o Prefeito à obrigação específica de cadastramento das crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar.

QUESTÃO 64. Recente estudo realizado pelo Geledés Instituto da Mulher Negra e Instituto Alana (Lei nº 9.394/1996: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira") apurou o baixo percentual de implementação do ensino sobre história e cultura afro-brasileira em estabelecimentos municipais de ensino, considerado importante instrumento para o combate ao racismo. Como sabido, a Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, criando o artigo 26-A da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (posteriormente alterado pela Lei nº 11.645/2008).

Levando em consideração a temática abordada no enunciado, analise as seguintes afirmações.

I. A legitimação para intervenção do Ministério Público na demanda apontada no enunciado depende de representação de entidades regularmente constituídas e cujo escopo de atuação estejam relacionados com o combate ao racismo

II. A educação é um dos direitos sociais consagrados no artigo 6º da Constituição Federal e, entre outros direitos, deve ser assegurado à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, de acordo com o disposto no artigo 227, caput, da Constituição Federal.

III. O ensino deve ser ministrado com base em princípios, entre os quais o pluralismo de ideias, o apreço à tolerância e a consideração com a diversidade étnico-racial, conforme previsto nos incisos III, IV e XII do artigo 3º da Lei nº 9.394/1996.

IV. A obrigatoriedade mencionada no artigo 26-A da Lei nº 9.394/1996 é relativa e depende de anuência, em cada unidade federativa, pois não advém de mandamento constitucional expresso

V. O inquérito civil é instrumento apropriado para o Ministério Público efetivar apuração sobre a implementação da norma legal que dispõe sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira indicada no enunciado.

Está correto apenas o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I, III e IV.

c) I e III.

d) I e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda questões sobre ensino da história e cultura afro-brasileira em estabelecimentos municipais de ensino. Passamos a analisar item a item.

O item I está incorreto. O Ministério Público possui legitimação constitucional autônoma para atuar na defesa de interesses difusos e coletivos, independentemente de representação por entidades, conforme o art. 127 da Constituição Federal e o art. 201, inciso V, do ECA. A saber: “Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.” “Art. 201. Compete ao Ministério Público: V - promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no art. 220, § 3º inciso II, da Constituição Federal”

O item II está correto. A educação é, de fato, um direito social previsto no art. 6º da Constituição Federal, e a prioridade na proteção à criança e ao adolescente está garantida no art. 227, caput, da Constituição Federal: “Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

O item III está correto. Os princípios mencionados estão previstos no art. 3º da Lei nº 9.394/1996, que destaca valores como o pluralismo de ideias, a tolerância, e a inclusão da diversidade étnico-racial como pilares do ensino. O art. 3º da Lei nº 9.394/1996 (LDB) destaca os princípios fundamentais que regem o ensino, incluindo: O pluralismo de ideias; O apreço à tolerância; A inclusão e valorização da diversidade

étnico-racial. Esses princípios consolidam a importância do ensino inclusivo e multicultural, que busca combater o racismo por meio de uma educação ampla e integradora.

O item IV está incorreto. A obrigatoriedade prevista no art. 26-A da Lei nº 9.394/1996, introduzida pela Lei nº 10.639/2003 e posteriormente modificada pela Lei nº 11.645/2008, estabelece que o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena é obrigatório nas instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, em todo o território nacional. A saber: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).”

O item V está correto. O inquérito civil é um dos instrumentos previstos no art. 129, inciso III, da Constituição Federal, que permite ao Ministério Público investigar violações a direitos difusos, como a implementação de normas educacionais. “Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;”

QUESTÃO 65, A Lei nº 12.604/2012 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamentou a execução das medidas socioeducativas aplicadas a adolescente a quem foi atribuída a prática de ato infracional, além de alterar legislação correlata

Dito isso, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o conteúdo de dispositivos da Lei do SINASE.

a) Estão entre os princípios que regem a execução das medidas socioeducativas a excepcionalidade da intervenção judicial, a prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas, a proporcionalidade em relação à ofensa cometida, a individualização e a mínima intervenção.

b) As medidas socioeducativas são reavaliadas semestralmente e a requerimento exclusivo do Ministério Público.

c) Estão entre os objetivos da medida socioeducativa a integração social do adolescente e a desaprovação da conduta infracional, independentemente de cumprimento das metas estabelecidas no plano individual de atendimento ou da efetivação dos parâmetros estabelecidos na sentença proferida no processo de conhecimento para apuração da prática de ato infracional

d) Toda e qualquer medida de proteção ou socioeducativa, aplicada isolada ou cumulativamente, será executada em procedimento próprio, sendo vedada a execução nos autos do processo de conhecimento para apuração da prática de ato infracional.

e) A elaboração do plano individual de atendimento prescinde da participação do/a adolescente e de sua família.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Lei do SINASE, a Lei nº 12.594/2012.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 35 da Lei do SINASE, os princípios mencionados, como excepcionalidade da intervenção judicial, proporcionalidade, individualização e a prioridade de medidas restaurativas, estão entre os que regem a execução das medidas socioeducativas.

A alternativa B está incorreta. O art. 42 da Lei nº 12.594/2012 determina que a reavaliação das medidas socioeducativas deve ocorrer no prazo máximo de 6 meses, mas ela não é de requerimento exclusivo do Ministério Público. Outros atores do sistema de justiça e atendimento podem requerer essa reavaliação.

A alternativa C está incorreta. A integração social do adolescente e a desaprovação da conduta infracional são de fato objetivos das medidas socioeducativas. No entanto, o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Individual de Atendimento (PIA), bem como dos parâmetros fixados na sentença judicial, é indispensáveis para garantir a eficácia das medidas e o respeito ao devido processo legal. Assim, a afirmação de que essas condições seriam "independentes" é incorreta. No entanto, o cumprimento das metas do Plano Individual de Atendimento (PIA) e dos parâmetros estabelecidos pela sentença são indispensáveis para a efetivação da medida, o que torna a afirmação errada.

A alternativa D está incorreta. A Lei do SINASE não exige que todas as medidas socioeducativas sejam executadas em procedimento separado. Pelo contrário, a execução das medidas pode ocorrer no próprio processo, garantindo a agilidade e eficiência no atendimento ao adolescente. Essa vedação mencionada na alternativa não tem respaldo legal.

A alternativa E está incorreta. A participação do adolescente e de sua família é essencial para a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), conforme previsto no art. 52 e parágrafo único da Lei nº 12.594/2012. Vejamos: “Art. 52. O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente. Parágrafo único. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal.”

QUESTÃO 66. Considerando o posicionamento majoritário do STJ, assinale a alternativa incorreta.

a) Em pedido de falência, o recebimento do mandado de citação, ou mesmo carta com aviso de recebimento, por simples funcionário, sem qualquer poder de representação, são válidos, consoante a aplicação da teoria de aparência.

b) Na intimação do protesto para subsidiar pedido de falência, exige-se a identificação da pessoa que o recebeu, mostrando-se indispensável que seja o representante legal da pessoa jurídica devedora.

c) O depósito elisivo realizado no pedido de falência não autoriza o fim do processo, mas elide o estado de insolvência presumida, afastando a decretação da quebra.

d) A tríplice omissão necessária à configuração da hipótese prevista no inciso II do artigo 94 da Lei nº 11.101/2005, para a decretação de falência, é preciso que o executado não efetive pagamento, não deposite valores em Juízo e, mesmo intimado especificamente, não nomeie bens à penhora.

e) O pedido de falência, com esteio no regime de impontualidade, tem como pressuposto a inadimplência do devedor-empresário, sem relevante razão de direito, no vencimento da obrigação líquida, materializada em título ou títulos executivos protestados, cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 salários-mínimos, na data do pedido de falência, presumindo-se, em tal situação, de maneira absoluta, a insolvência do devedor sendo obrigatória a decretação da quebra.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Lei de Recuperação Judicial e Falências (Lei nº 11.101/2005). O examinador requer a indicação da alternativa incorreta, portanto, sendo essa a alternativa correta a ser assinalada pelo examinando.

A alternativa A está incorreta. Conforme a teoria da aparência, em situações como o pedido de falência, o recebimento por um funcionário sem poderes formais de representação é aceito como válido, desde que aparente legitimidade. Essa aplicação visa conferir maior segurança e celeridade às relações comerciais.

A alternativa B está correta. De acordo com a Súmula 361 do STJ, a notificação do protesto para requerer falência exige apenas a identificação da pessoa que recebeu o protesto, mas não necessariamente que essa pessoa seja o representante legal da empresa devedora. Assim, a alternativa exige mais do que o previsto pela jurisprudência consolidada.

A alternativa C está incorreta. O depósito elisivo, previsto na Lei 11.101/2005, permite que o devedor afaste a presunção de insolvência ao realizar o pagamento, mas não extingue o processo. A decretação da falência é evitada ao sanar a impontualidade.

A alternativa D está incorreta. Para configurar a hipótese do art. 94, inciso II da Lei 11.101/2005, a decretação de falência exige a não realização de pagamento, o não depósito em juízo e a ausência de nomeação de bens à penhora. Isso caracteriza insolvência por execução frustrada.

A alternativa E está incorreta. De acordo com a Lei de Falências, a impontualidade no pagamento de obrigação líquida e protestada acima de 40 salários-mínimos gera a presunção absoluta de insolvência, exigindo a decretação da falência quando preenchidos os requisitos legais. O art. 94, I, da Lei n. 11.101/2005, estabelece o seguinte: “Art. 94. Será decretada a falência do devedor que: I – sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência;” A inadimplência de obrigação líquida, superior a 40 salários-mínimos e devidamente protestada, gera presunção absoluta de insolvência, exigindo a decretação da falência, caso todos os requisitos legais estejam atendidos. Essa previsão tem sido aplicada de forma rigorosa pela jurisprudência. Vejamos: “IMPONTUALIDADE INJUSTIFICADA. ART. 94, INCISO I, DA LEI N. 11.101/2005. INSOLVÊNCIA JURÍDICA CARACTERIZADA. NÃO PROVIMENTO. 1. "O pressuposto para a instauração de processo de falência é a insolvência jurídica, que é caracterizada a partir de situações objetivamente apontadas pelo ordenamento jurídico. No caso do direito brasileiro, caracteriza a insolvência jurídica, nos termos do art. 94 da Lei n.

11.101/2005, a impontualidade injustificada (inciso I), execução frustrada (inciso II) e a prática de atos de falência (inciso III). (...) 6. Assim, tendo o pedido de falência sido aparelhado em impontualidade injustificada de títulos que superam o piso previsto na lei (art. 94, I, Lei n. 11.101/2005), por absoluta presunção legal, fica afastada a alegação de atalhamento do processo de execução/cobrança pela via falimentar." (REsp 1433652/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/9/2014, DJe 29/10/2014). 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.867.413/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2021, DJe 15/12/2021.) “

QUESTÃO 67. Considerando que a partir da vigência da Lei nº 14.112/2020 significativas alterações forem implementadas na Lei nº 11.101/2005, assinale a alternativa incorreta

a) A extensão do stay period, para além da prorrogação estabelecida em lei, somente se afigura possível se houver, necessariamente, a deliberação prévia e favorável de assembleia-geral de credores.

b) Imprescindível o equacionamento das dívidas tributárias da União, com apresentação das certidões fiscais, como condição para a homologação do plano de recuperação judicial, sob pena de suspensão do processo, com a retomada das execuções suspensas e dos pedidos de falência.

c) O juízo recuperacional concederá a recuperação judicial sem a apresentação das certidões de regularidade fiscal sempre que a Assembleia de Credores assim deliberar.

d) Em relação aos débitos fiscais titularizados pelas Fazendas Estaduais, Municipais e DF, a exigência da regularidade fiscal, como condição à concessão da recuperação judicial, somente pode ser implementada a partir de lei específica dos entes políticos.

e) Tramitando feito recuperacional, com processamento autorizado, permanece a competência do juízo da execução fiscal perante o qual o feito executivo deve prosseguir, cabendo ao juízo da recuperação verificar a viabilidade da constrição efetuada em execução fiscal e determinar a substituição dos atos de constrição que recaiam sobre bens essenciais a manutenção da atividade empresarial da devedora, valendo-se, para tanto, da cooperação jurisdicional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a Lei de Recuperação Judicial e Falências (Lei nº 11.101/2005) O examinador requer a indicação da alternativa incorreta, portanto, sendo essa a alternativa correta a ser assinalada pelo examinando.

A alternativa A está incorreta. Conforme a nova redação da Lei nº 11.101/2005, a extensão do período de suspensão (stay period) depende de aprovação pela Assembleia Geral de Credores, reforçando o papel dos credores no processo de recuperação judicial. Nesse sentido, como melhor explica Maria Rita Rebello Pinho Dias, conforme o disposto no artigo 56, §4º, da LRF, após rejeição do plano de recuperação apresentado pelo devedor, os credores, em assembleia, deliberarão sobre a concessão de prazo de 30 dias para que haja apresentação de plano alternativo. Nessa situação, dispõe o artigo 6º, §4º-A, I, da LRF que as suspensões e proibições dos incisos I a III do caput do artigo 6º não serão aplicáveis caso os credores não apresentem o plano alternativo dentro de 30 dias contados da data dessa assembleia. Assim, caso os credores apresentem

efetivamente o plano, “as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão por 180 (cento e oitenta) dias, contados do final do prazo referido no § 4º deste artigo”.

A alternativa B está incorreta. A regularização das dívidas tributárias é uma exigência válida, conforme o entendimento assentado pela 3ª turma do STJ. Com a entrada em vigor da lei 14.112/20 e havendo programa de parcelamento tributário implementado, tornou-se indispensável a apresentação das certidões negativas de débito tributário - ou certidões positivas com efeito de negativas - para o deferimento da recuperação judicial.

A alternativa C está correta. O entendimento estabelecido pelo colegiado ao negar recurso especial (REsp 2.082.781) em que um grupo empresarial sustentava, entre outros argumentos, que a exigência de comprovação de regularidade fiscal para o deferimento da recuperação seria incompatível visando preservar a função social da empresa. Vele ainda ressaltar que o STJ modificou entendimento sobre obrigatoriedade da certidão após Lei 14.112/2020.

A alternativa D está incorreta. A exigência de regularidade fiscal como condição para recuperação judicial, no caso das Fazendas Estaduais, Municipais e do DF, depende de previsão em lei específica, conforme a autonomia dos entes políticos.

A alternativa E está incorreta. A competência do juízo da execução fiscal permanece inalterada mesmo durante o processamento da recuperação judicial. Contudo, o juízo recuperacional é responsável por verificar a viabilidade das medidas de constrição determinadas na execução fiscal, podendo substituir os atos que recaiam sobre bens essenciais à manutenção das atividades da empresa.

QUESTÃO 68. Assinale a alternativa incorreta:

a) O credor deverá apresentar pedido de habilitação ou reserva de crédito em, no máximo, 3 (três) anos, contados da data da publicação da sentença que decretar a falência ou deferir o processamento do leito recuperatório, sob pena de decadência.

b) A ação de retificação ou rescisória do quadro geral de credores poderá ser proposta pelo administrador judicial, o Comitê, qualquer credor ou o Ministério Público, até o encerramento da recuperação judicial ou da falência,

c) Da decisão judicial sobre a impugnação de crédito, caberá agravo, e, à mingua de previsão quanto à legitimidade recursal, poderão recorrer à parte vencida, terceiro prejudicado e o Ministério Público como parte ou fiscal da ordem jurídica.

d) É cabível o recurso de apelação contra a sentença que julga ação de retificação ou rescisória do quadro geral de credores.

e) A propositura da ação de retificação ou rescisória do quadro geral de credores toma o crédito anteriormente admitido controverso e o pagamento somente poderá ser realizado mediante a prestação de caução no mesmo valor do crédito questionado

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Lei de Recuperação Judicial e Falências (Lei nº 11.101/2005). O examinador requer a indicação da alternativa incorreta, portanto, sendo essa a alternativa correta a ser assinalada pelo examinando.

A alternativa A está correta. Ao contrário do que afirma a assertiva, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.101/2005, não há prazo de 3 anos para a habilitação ou reserva de crédito na forma descrita. Vejamos: “Art. 10. Não observado o prazo estipulado no art. 7º, § 1º, desta Lei, as habilitações de crédito serão recebidas como retardatárias.” “Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas. § 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no parágrafo único do art. 99 desta Lei, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados.” Portanto, essa alternativa contém informações inconsistentes com a norma e a jurisprudência aplicável.

A alternativa B está incorreta. Conforme prevê o art. 19 da Lei nº 11.101/2005, o administrador judicial, o comitê de credores, qualquer credor ou o Ministério Público podem, até o encerramento da recuperação judicial ou da falência, pedir a exclusão, reclassificação ou retificação de qualquer crédito em situações de falsidade, dolo, simulação, fraude, erro essencial ou documentos desconhecidos à época do julgamento do crédito, ou da inclusão no quadro geral de credores. Vejamos: “Art. 19. O administrador judicial, o Comitê, qualquer credor ou o representante do Ministério Público poderá, até o encerramento da recuperação judicial ou da falência, observado, no que couber, o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil, pedir a exclusão, outra classificação ou a retificação de qualquer crédito, nos casos de descoberta de falsidade, dolo, simulação, fraude, erro essencial ou, ainda, documentos ignorados na época do julgamento do crédito ou da inclusão no quadro-geral de credores.”

A alternativa C está incorreta. O cabimento de agravo está em conformidade com o art. 17 da Lei nº 11.101/2005: “Art. 17. Da decisão judicial sobre a impugnação caberá agravo.”

A alternativa D está incorreta. É permitida a interposição de apelação contra a sentença, conforme a Lei nº 11.101/2005.

A alternativa E está incorreta. A propositura dessa ação torna o crédito controverso e, por isso, o pagamento somente pode ser realizado mediante a prestação de caução no mesmo valor. Nesse sentido, estabelece o art. 10, §10 da Lei de Falências que “O credor deverá apresentar pedido de habilitação ou de reserva de crédito em, no máximo, 3 (três) anos, contados da data de publicação da sentença que decretar a falência, sob pena de decadência. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020)”. Nesse sentido, vale reforçar que as assertivas B, C, D e E estão corretas. Contudo, examinador pede a indicação da assertiva incorreta.

QUESTÃO 69. Assinale a alternativa incorreta,

a) Bem imóvel de propriedade de instituição financeira que se encontra em regime de liquidação extrajudicial é insuscetível de usucapião, haja vista que a decretação de liquidação costa a fluência do

prazo da prescrição aquisitiva e impede que seja imputada ao titular do domínio eventual inércia em reaver o bem.

b) A liquidação extrajudicial de instituição financeira pode ser decretada a requerimento de seus administradores, caso o estatuto social lhes confira essa competência, ou por proposta do Interventor, expostos circunstanciadamente os motivos justificadores da medida

c) Tratando-se de falência decorrente de anterior procedimento de liquidação extrajudicial, não há exigência da prévia autorização da assembleia-geral.

d) A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, a suspensão das ações iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda não alcançando, porém, as ações de conhecimento voltadas à obtenção de provimento relativo à certeza e liquidez do crédito.

e) pedido de falência de instituição financeira submetida a regime de liquidação extrajudicial compete ao liquidante, mediante autorização do Banco Central do Brasil, havendo legitimidade concorrente, a partir da decretação da liquidação, da própria instituição financeira, seus acionistas ou credores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras. O examinador requer a indicação da alternativa incorreta, portanto, sendo essa a alternativa correta a ser assinalada pelo examinando.

A alternativa A está incorreta. A proteção ao patrimônio da instituição em regime de liquidação extrajudicial pode ser inferida de forma geral pelo seu art. 18, alínea 'a' da Lei nº 6.024/1974 que suspende ações relacionadas ao acervo da entidade.

A alternativa B está incorreta. Essa alternativa está alinhada com o art. 15, “d” II, da Lei nº 6.024/1974, que permite a decretação da liquidação extrajudicial por solicitação dos administradores ou por proposta fundamentada do Interventor, conforme o estatuto social da entidade.

A alternativa C está incorreta. Em se tratando de falência decorrente de anterior procedimento de liquidação extrajudicial, não há exigência da prévia autorização da assembleia geral, como prevê o art. 122, IX, da Lei nº 6.404/76.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o Art. 18, alínea 'a' da Lei nº 6.024/1974, a decretação da liquidação extrajudicial suspende as ações relativas ao acervo da instituição, mas permite a continuidade de ações de conhecimento que busquem decisões sobre a certeza ou liquidez do crédito.

A alternativa E está correta. De acordo com o Art. 21, alínea 'b' da Lei nº 6.024/1974, somente o liquidante, com autorização do Banco Central, tem legitimidade para requerer a falência da instituição submetida ao regime de liquidação extrajudicial. Não existe legitimidade concorrente para credores, acionistas ou a própria instituição após a decretação da liquidação extrajudicial. Essa afirmação está errada. Vejamos: “Art . 21. A vista do relatório ou da proposta previstos no artigo 11, apresentados pelo liquidante na conformidade do artigo anterior o Banco Central do Brasil poderá autorizá-lo a: a) prosseguir na liquidação extrajudicial; b)

requerer a falência da entidade, quando o seu ativo não for suficiente para cobrir pelo menos a metade do valor dos créditos quirografários, ou quando houver fundados indícios de crimes falimentares.”

QUESTÃO 70. Considerando que todo indivíduo tem direito a uma moradia digna, conforme estabelece o artigo 6º da Constituição Federal, e que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo, essencial para uma qualidade de vida saudável, nos termos do artigo 225 da CF, a medida mais adequada a ser adotada pelo Ministério Público, ao deparar-se com construções irregulares de moradias populares em uma área de preservação permanente, caracterizada por elevada declividade e risco de desabamento, é:

a) propor ação civil pública para a remoção imediata das pessoas e demolição das construções irregulares, a fim de proteger a encosta e prevenir desmoronamentos.

b) propor ação civil pública para a inclusão dos moradores em um programa habitacional, notificando o Município para a adoção de medidas que impeçam o desabamento.

c) propor ação civil pública para a realização de obras de infraestrutura e readequação da área, garantindo que novas ocupações não ocorram.

d) propor ação civil pública para a remoção imediata das famílias, assegurando seu acolhimento pelo Município, além da execução de obras que eliminem definitivamente os riscos.

e) apurar as responsabilidades das pessoas que construíram irregularmente em área de elevada declividade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Isso pelo fato de buscar apenas a remoção e demolição, sem garantir o direito constitucional à moradia digna. Esta abordagem unilateral desconsidera o aspecto social do problema e a responsabilidade do poder público.

A alternativa B está incorreta. Isso porque apenas prevê a notificação do Município para adoção de medidas que impeçam o desabamento, sem garantir a remoção imediata das pessoas da área de risco, o que coloca em perigo a vida dos moradores.

A alternativa C está incorreta. A medida proposta apenas busca a realização de obras de infraestrutura e readequação da área, o que pode ser inviável em áreas de elevada declividade caracterizadas como APP, além de não resolver o problema de segurança imediato e não garantir a proteção ao meio ambiente.

A alternativa D está correta. Ela propõe uma solução que equilibra a proteção ambiental e o direito à moradia digna, conforme previsto na Constituição Federal. Essa alternativa contempla: i) remoção imediata das famílias da área de risco (proteção à vida e segurança); ii) acolhimento das famílias pelo Município

(garantia do direito à moradia); iii) execução de obras para eliminar definitivamente os riscos (recuperação ambiental)

A alternativa E está incorreta. A medida apresentada visa apenas apurar responsabilidades, sem propor soluções concretas para o problema ambiental e habitacional existente, não atendendo ao papel resolutivo do Ministério Público.

QUESTÃO 71. No caso de negativa da operadora de plano de saúde coletivo em custear cirurgias plásticas para pacientes que passaram por cirurgia bariátrica, sob a justificativa de cláusula contratual que exclui essa cobertura, é correto afirmar que

a) eventual cláusula que exclua a cobertura do procedimento é abusiva, uma vez que a cirurgia plástica pode ser essencial para a plena recuperação da saúde do paciente.

b) a negativa de cobertura é legítima apenas se houver regulamentação específica da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que exclua tal obrigação, afastando, assim, o dever da operadora do plano de saúde de arcar com o custeio.

c) caso exista resolução da ANS sobre a necessidade ou possibilidade de cobertura da cirurgia plástica reparadora após a cirurgia bariátrica, a competência para julgar eventual ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público estadual será deslocada para a Justiça Federal, com a inclusão obrigatória da ANS no processo.

d) o Ministério Público não possui legitimidade para propor ação civil pública nesse caso, pois não há configuração de direito difuso ou coletivo.

e) os planos de saúde não têm obrigação de custear cirurgias plásticas de qualquer natureza, considerando seu caráter predominantemente estético.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com o entendimento firmado pelo STJ no julgamento dos REsp 1.870.834-SP e 1.872.321-SP (Tema 1069), é de cobertura obrigatória pelos planos de saúde a cirurgia plástica de caráter reparador ou funcional indicada pelo médico assistente em paciente pós-cirurgia bariátrica, visto ser parte decorrente do tratamento da obesidade mórbida. Portanto, cláusulas contratuais que excluam essa cobertura são consideradas abusivas, uma vez que a cirurgia plástica pode ser essencial para a plena recuperação da saúde do paciente. Jurisprudência Referenciada: Tema 1069 do STJ (REsp 1.870.834-SP e 1.872.321-SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 13/09/2023): "É de cobertura obrigatória pelos planos de saúde a cirurgia plástica de caráter reparador ou funcional indicada pelo médico assistente, em paciente pós-cirurgia bariátrica, visto ser parte decorrente do tratamento da obesidade mórbida."

A alternativa B está incorreta. Conforme o entendimento do STJ, a cobertura da cirurgia plástica reparadora pós-bariátrica é obrigatória independentemente de regulamentação específica da ANS. A obrigatoriedade decorre do fato de ser parte integrante do tratamento da obesidade mórbida.

A alternativa C está incorreta. A competência para julgar ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público estadual em casos envolvendo planos de saúde privados não é deslocada automaticamente para a Justiça Federal pela mera existência de resolução da ANS sobre o tema. Além disso, não há obrigatoriedade de inclusão da ANS no processo.

A alternativa D está incorreta. Isso porque o Ministério Público possui legitimidade para propor ação civil pública em defesa de direitos individuais homogêneos dos consumidores, conforme previsto no art. 82, I, do CDC, especialmente quando se trata de questão relacionada à saúde pública e interesse social relevante.

A alternativa E está incorreta. Conforme o entendimento do STJ, há distinção entre cirurgias plásticas meramente estéticas e aquelas de caráter reparador ou funcional. As cirurgias plásticas reparadoras pós-bariátricas são consideradas de cobertura obrigatória pelos planos de saúde.

QUESTÃO 72. Uma associação, que tem como objeto social atuar na defesa dos direitos humanos, constituída há mais de um ano, propôs ação civil pública, visando à responsabilidade civil do Estado pelos danos morais causados às mulheres obrigadas a submeter-se a revista íntima corporal para ingressar no Centro de Detenção com a finalidade de visitar seus familiares reclusos. A associação autora pede a indenização individual eventualmente causada às vítimas e a condenação do Estado por danos morais coletivos, no valor de R\$ 1.000.000,00, a ser revertido em favor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos. Diante desses fatos, é correto afirmar que:

a) a associação tem legitimidade para a propositura da ação civil pública, visando à defesa de interesses individuais homogêneos, desde que sua finalidade estatutária envolva a proteção dos direitos humanos.

b) o pedido não procede, pois, a despeito de constrangedora a revista íntima das mulheres, não se sustenta a tese de que o ato constitui ofensa ao princípio da dignidade humana.

c) o processo deve ser extinto sem julgamento do mérito, uma vez que a associação autora não identificou ou individualizou quem foram as mulheres submetidas à revista íntima, o que inviabiliza a prestação da tutela jurisdicional.

d) o processo deve ser extinto sem julgamento do mérito, porque não envolve interesses difusos ou coletivos, mas apenas interesses individuais disponíveis.

e) o processo deverá ser extinto sem apreciação do mérito, pois a associação autora não possui legitimidade ativa, uma vez que seria necessária a autorização expressa de cada vítima lesada para a propositura da ação, o que não foi providenciado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O art. 5º, V, da Lei nº 7.347/85, que confere legitimidade ativa às associações que estejam constituídas há pelo menos 1 ano e incluam entre suas finalidades institucionais a proteção aos direitos tutelados. No caso, a associação cumpre os requisitos: constituída há mais de um ano e tem como objeto social a defesa dos direitos humanos. Os interesses tutelados caracterizam-se como individuais homogêneos, conforme art. 81, parágrafo único, III, do CDC, pois decorrem de origem comum (revista íntima) e são divisíveis. Sobre o objeto social da defesa dos direitos humanos, já decidiu o STJ em decisão constante do informativo 750 de sua jurisprudência, cujo destaque se reproduz: Informativo 785 do STJ. Em ação civil pública ajuizada por associação civil, cujo estatuto prevê como finalidade a defesa de direitos humanos, em que se postula por indenização por danos morais decorrentes da prática de atos vexatórios em revistas íntimas para ingresso em centros de detenção, não é obrigatória a juntada de autorização individual de cada uma das pessoas interessadas (AgInt no REsp 1.833.056-SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 22/08/2022, DJe 24/08/2022).

A alternativa B está incorreta. Incorreta por adentrar indevidamente o mérito da causa. A tutela da dignidade humana é prevista no art. 1º, III, da CF/88, e a possibilidade de dano moral coletivo está expressamente contemplada no art. 1º da Lei nº 7.347/85. Ademais, o STF já reconheceu que revistas vexatórias violam a dignidade humana (RE 641.320).

A alternativa C está incorreta. O art. 95 do CDC estabelece que a sentença em ações que tutelam direitos individuais homogêneos tem eficácia genérica, dispensando a individualização prévia das vítimas. Além disso, conforme art. 13 da Lei nº 7.347/85, o pedido de danos morais coletivos é destinado ao Fundo, independentemente da identificação individual.

A alternativa D incorreta. Isso porque o art. 1º, IV, da Lei nº 7.347/85 prevê que ações civis públicas podem tutelar "qualquer outro interesse difuso ou coletivo". A jurisprudência do STJ (REsp 1293606/MG) reconhece que o termo "coletivo" abrange também os direitos individuais homogêneos, especialmente quando socialmente relevantes, como no caso em questão.

A alternativa E está incorreta. O art. 5º da Lei nº 7.347/85 não exige autorização individual das vítimas para que a associação legitimada proponha a ação. Trata-se de legitimação extraordinária (substituição processual) conferida por lei, confirmada pelo art. 82, IV, do CDC. O STJ reconhece esta legitimação independentemente de autorização dos substituídos (REsp 1391198/RS).

QUESTÃO 73. Em uma Área de Preservação Permanente (APP), localizada em imóvel rural, constatou-se intervenção antrópica indevida. Diante desse cenário, foi ajuizada ação civil pública em face do antigo proprietário do imóvel, responsável pelo dano, com o objetivo de promover a recuperação ambiental da área degradada. Considerando esses fatos, assinale a alternativa incorreta.

a) A obrigação de reparar o dano recai sobre o poluidor em razão da atividade que gerou a degradação ambiental, sendo considerada poluidor toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que, direta ou indiretamente, tenha contribuído para o dano.

b) O alienante do imóvel não se responsabiliza pelo dano que causou, pois a obrigação se transfere aos adquirentes do bem.

c) A responsabilidade pela recomposição ambiental possui natureza propter rem, podendo ser exigida do proprietário ou possuidor atual, bem como dos anteriores, individualmente ou em conjunto.

d) Caso a execução específica não seja viável, a obrigação poderá ser convertida em perdas e danos, especialmente quando o responsável demandado já não detiver a posse do imóvel.

e) A degradação ambiental enseja responsabilidade civil objetiva, solidária e ilimitada, garantindo maior proteção ao meio ambiente e facilitando a reparação dos danos causados.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**.

A alternativa A está correta. Esta alternativa está em conformidade com o conceito de poluidor previsto no art. 3º, IV, da Lei nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente): "poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental". A responsabilidade recai sobre quem efetivamente contribuiu para o dano, independentemente da atual titularidade do imóvel.

A alternativa B está incorreta. Isso porque afirma erroneamente que "o alienante do imóvel não se responsabiliza pelo dano que causou, pois a obrigação se transfere aos adquirentes do bem". Esta afirmação contradiz diretamente a Súmula 623 do STJ, que estabelece: "As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor." De acordo com o entendimento consolidado do STJ, o alienante (antigo proprietário) que causou o dano ambiental continua responsável pela reparação, mesmo após a transferência da propriedade. A obrigação não se transfere exclusivamente aos adquirentes, mas estende-se a eles, mantendo-se a responsabilidade de quem efetivamente causou o dano ambiental. Trata-se de responsabilidade solidária, que permite cobrar tanto dos proprietários atuais quanto dos anteriores.

A alternativa C está correta. Esta alternativa reflete exatamente o teor da Súmula 623 do STJ, que estabelece a natureza propter rem das obrigações ambientais. Isso significa que a responsabilidade pela recomposição ambiental pode ser exigida tanto do proprietário atual quanto dos anteriores, individualmente ou em conjunto, conforme a escolha do credor.

A alternativa D está correta. Esta alternativa está alinhada com o princípio da reparação integral do dano ambiental. Quando a recuperação específica da área degradada não for viável, é admissível a conversão em indenização por perdas e danos, especialmente quando o responsável não mais detém a posse do imóvel. Esta possibilidade é reconhecida pela jurisprudência do STJ, embora a prioridade seja sempre a recuperação ambiental in natura.

A alternativa E está correta. Esta alternativa reflete corretamente os princípios da responsabilidade civil ambiental no ordenamento jurídico brasileiro. Conforme o art. 14, §1º, da Lei nº 6.938/81, a responsabilidade por danos ambientais é objetiva (independe de culpa), solidária (permite acionar qualquer dos responsáveis pela integralidade do dano) e ilimitada (não se restringe a tetos ou limites prévios de indenização), visando garantir a máxima proteção ao meio ambiente.

QUESTÃO 74. regime da improbidade administrativa, disciplinado pela Lei nº 8.429/92, passou por significativas modificações com a promulgação da Lei nº 14.230/2021. Diante das controvérsias decorrentes do novo ordenamento jurídico, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema 1199 sob a sistemática da repercussão geral, fixou diretrizes fundamentais sobre a aplicação das novas regras. Com base nas teses estabelecidas pela Suprema Corte, é correto afirmar que

a) no que se refere ao novo regime prescricional, incluindo os novos prazos e a prescrição intercorrente, aplica-se a retroatividade da Lei nº 14.230/2021 aos atos praticados antes de sua vigência, garantindo-se, assim, a razoável duração do processo.

b) a norma benéfica da Lei nº 14.230/2021 é irretroativa, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal ("a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada"), não incidindo sobre a eficácia da coisa julgada, nem sobre o processo de execução das penas e seus incidentes.

c) o princípio da retroatividade da lei penal previsto no artigo 5º, inciso XL, da Constituição Federal ("a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu"), aplica-se à responsabilização por atos ilícitos de improbidade administrativa, em razão da incidência do princípio constitucional do direito administrativo sancionador.

d) no âmbito da aplicação da improbidade administrativa, a Lei nº 14.230/2021 estabelece a responsabilidade objetiva do agente.

e) a nova Lei nº 14.230/2021 alterou a natureza civil dos atos de improbidade administrativa e suas sanções.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Esta alternativa está em desacordo com a tese fixada pelo STF, que estabeleceu expressamente a irretroatividade do novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021. Segundo o entendimento da Suprema Corte, "o novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei". Portanto, os novos prazos prescricionais e a prescrição intercorrente não retroagem para alcançar atos praticados antes da vigência da nova lei.

A alternativa B está correta. Ela estabelece com precisão um dos pontos fixados pelo STF no julgamento do Tema 1199 de Repercussão Geral (ADI 7.326/DF, ADI 7.331/DF e RE 1.585.1935/GO). Conforme decidido pela Suprema Corte, "a norma benéfica da Lei nº 14.230/2021 é irretroativa, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes". Este entendimento salvaguarda o princípio da segurança jurídica, impedindo que as alterações legislativas afetem decisões já transitadas em julgado. Tese fixada pelo STF no Tema 1199 de Repercussão Geral (ADI 7.326/DF, ADI 7.331/DF e RE 1.585.1935/GO): "1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade

administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa contraria o entendimento do STF no julgamento do Tema 1199. Apesar de a Lei de Improbidade Administrativa possuir caráter sancionador, a Suprema Corte não estendeu automaticamente o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica aos atos de improbidade administrativa. Ao contrário, estabeleceu critérios específicos para a aplicação temporal da Lei nº 14.230/2021, garantindo a irretroatividade em relação à coisa julgada e ao processo de execução das penas.

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa está em flagrante contradição com as mudanças trazidas pela Lei nº 14.230/2021 e reconhecidas pelo STF. Na verdade, a nova lei reforçou a necessidade de comprovação da responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se, nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA, a presença do elemento subjetivo - dolo. A modalidade culposa foi expressamente revogada, afastando-se qualquer possibilidade de responsabilidade objetiva.

A alternativa E está incorreta. Esta alternativa está equivocada, pois a Lei nº 14.230/2021 não alterou a natureza civil dos atos de improbidade administrativa. Embora tenha trazido importantes modificações ao regime jurídico da improbidade, a natureza civil das sanções foi mantida, não havendo qualquer transmutação para natureza penal ou administrativa stricto sensu.

QUESTÃO 75. Assinale a alternativa incorreta.

a) Constatada a insuficiência de vagas em creches e pré-escolas em determinado município, o representante do Ministério Público pode ajuizar ação civil pública em face do ente municipal, exigindo a matrícula de todas as crianças em lista de espera, seja em estabelecimentos públicos, seja, na ausência destes, em instituições particulares custeadas pelo poder público municipal.

b) A educação básica representa prerrogativa constitucional de todos, em especial das crianças, o que impõe ao Poder Público municipal o dever de providenciar educação infantil suficiente, com prioridade para a população mais vulnerável.

c) O direito à educação é fundamental e indisponível. Diante da garantia constitucional de igualdade de acesso às escolas, o Poder Público não pode alegar insuficiência de estabelecimentos para eximir-se de sua responsabilidade.

d) O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Tema 548, fixou tese de repercussão geral, estabelecendo que a educação básica, em todas as suas etapas, é um direito fundamental de crianças e jovens.

e) Embora a educação infantil seja um direito subjetivo da criança, não compete ao Poder Judiciário nem ao Ministério Público interferir diretamente na gestão pública para acomodação de crianças em creches e pré-escolas, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**.

A alternativa A está correta. Esta alternativa reflete corretamente a jurisprudência do STF sobre o tema. Em casos de insuficiência de vagas em creches e pré-escolas públicas, o Judiciário pode determinar, mediante provocação do Ministério Público, que o município custeie vagas em instituições particulares. Esta medida visa garantir o acesso imediato à educação infantil, direito fundamental que não pode ser postergado.

A alternativa B está correta. Esta alternativa está alinhada com o entendimento consolidado pelo STF no Tema 548, que reconhece a educação básica como prerrogativa constitucional de todas as crianças, impondo ao Poder Público municipal o dever de providenciar educação infantil suficiente, com prioridade para as populações mais vulneráveis, em consonância com o princípio da igualdade material.

A alternativa C está correta. A alternativa reproduz fielmente a posição do STF, que reconhece o direito à educação como fundamental e indisponível, não podendo o Poder Público alegar insuficiência de estabelecimentos para eximir-se de sua responsabilidade. O STF tem reiteradamente afirmado que argumentos de restrição orçamentária não podem obstaculizar a concretização desse direito.

A alternativa D está correta. Esta alternativa apenas enuncia a tese fixada pelo STF no julgamento do Tema 548 de Repercussão Geral, estabelecendo que "a educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata."

A alternativa E está incorreta, porque contraria frontalmente o entendimento do STF sobre a possibilidade de intervenção judicial para garantir o direito fundamental à educação infantil. O Poder Judiciário, assim como o Ministério Público, pode e deve intervir quando o Poder Público não cumpre seu dever constitucional de fornecer vagas suficientes em creches e pré-escolas. Esta intervenção não viola o princípio da separação dos poderes, pois se trata de garantir um direito fundamental, assegurado constitucionalmente. No julgamento do Tema 548 de Repercussão Geral (RE 1008166/SC), o STF firmou que a educação infantil é direito fundamental de eficácia plena e aplicabilidade imediata, que pode ser exigido inclusive judicialmente. O Supremo reconheceu expressamente a possibilidade de o Judiciário determinar que o Poder Público adote medidas concretas para garantir vagas em creches e pré-escolas. Referência jurisprudencial: Tema 548 do STF (RE 1008166/SC): "1. A educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica".

QUESTÃO 76. Sobre a criação e manutenção de bancos de dados destinados a registrar o cumprimento de obrigações financeiras por pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de compor um histórico de crédito (cadastro positivo), assinale a alternativa correta.

a) O cadastrado tem o direito de acessar, gratuitamente, as informações sobre ele armazenadas, desde que apresente justificativa satisfatória para a solicitação.

b) A inclusão de dados no banco de informações requer o consentimento expresso do cadastrado.

c) Para a formação do banco de dados, somente poderão ser armazenadas informações objetivas, claras, verdadeiras e de fácil compreensão, que sejam necessárias para avaliar a situação econômica do cadastrado.

d) A formação do banco de dados deve ser acompanhada de documentação que comprove o histórico de pagamentos admitidos nos últimos cinco anos, fornecida pelo próprio cadastrado.

e) O gestor do banco de dados pode compartilhar as informações cadastrais e de adimplemento armazenadas com outras instituições que possuam a mesma finalidade, desde que haja consentimento expresso do cadastrado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Esta alternativa contraria o art. 5º, II, da Lei nº 12.414/2011, que assegura ao cadastrado o direito de "acessar gratuitamente as informações sobre ele existentes no banco de dados, inclusive o seu histórico, cabendo ao gestor manter sistemas seguros, por telefone ou por meio eletrônico, de consulta para informar as informações de adimplemento". Não há qualquer exigência de "justificativa satisfatória" para o exercício desse direito, sendo o acesso livre e garantido ao titular dos dados.

A alternativa B está incorreta. Esta alternativa está em desacordo com a Lei nº 12.414/2011, após as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 166/2019. O art. 4º estabelece que a abertura de cadastro requer autorização prévia do potencial cadastrado, mediante consentimento informado por meio de assinatura em instrumento específico ou em cláusula apartada. No entanto, o art. 4º foi alterado, adotando-se o sistema de opt-out, em que a inscrição no cadastro positivo passou a ser automática, cabendo ao consumidor solicitar sua exclusão se assim desejar.

A alternativa C está correta. Isso porque reflete precisamente o disposto no art. 3º da Lei nº 12.414/2011 (Lei do Cadastro Positivo). Este dispositivo estabelece expressamente que "Os bancos de dados poderão conter informações de adimplemento do cadastrado, para a formação do histórico de crédito, nas condições estabelecidas nesta Lei" e complementa no §1º que "Para a formação do banco de dados, somente poderão ser armazenadas informações objetivas, claras, verdadeiras e de fácil compreensão, que sejam necessárias para avaliar a situação econômica do cadastrado."

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa contém dois erros: primeiro, não é o próprio cadastrado quem fornece a documentação comprobatória do histórico de pagamentos, mas sim as fontes de informação (como instituições financeiras e empresas). Segundo: o período de armazenamento previsto na Lei nº

12.414/2011 é de, no máximo, 15 anos, e não 5 anos, conforme disposto no art. 14: "As informações de adimplemento não poderão constar de bancos de dados por período superior a 15 (quinze) anos."

A alternativa E está incorreta. Esta alternativa contradiz o art. 4º, §1º, da Lei nº 12.414/2011 (com as alterações da LC 166/2019), que permite o compartilhamento de informações entre gestores de bancos de dados independentemente de autorização específica do cadastrado: "O gestor que receber informações por meio de banco de dados, conforme o disposto no caput deste artigo, não poderá disponibilizar ou comercializar as informações recebidas." Assim, o compartilhamento entre gestores para a finalidade específica do cadastro positivo não depende de consentimento expresso adicional.

QUESTÃO 77. Uma pessoa (A) teve sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) furtada por um terceiro (B). Posteriormente, A descobriu que seu nome havia sido negativado devido a um empréstimo realizado por B junto a uma instituição bancária para a aquisição de veículo. Diante da inadimplência e da comprovação da fraude – evidenciada pela divergência entre a foto e a assinatura da CNH apresentada e as originais –, o consumidor (A)

a) não tem direito à indenização da instituição financeira, pois esta agiu no exercício regular de seu direito ao buscar a satisfação de uma obrigação inadimplida.

b) pode requerer a exclusão de seu nome do cadastro de inadimplentes, mas não tem direito à indenização pelos danos sofridos, uma vez que a instituição financeira agiu dentro da legalidade.

c) não pode pleitear indenização da instituição financeira, salvo se comprovar que o banco foi negligente na verificação da autenticidade do documento apresentado pelo contratante.

d) tem direito de exigir a retirada de seu nome do cadastro de inadimplentes, a declaração de nulidade do contrato e a reparação pelos danos experimentados. As instituições bancárias respondem objetivamente pelos prejuízos decorrentes de fortuito interno (fraude praticada por terceiros).

e) não pode responsabilizar a instituição financeira, pois a cobrança indevida e a fraude bancária foram ocasionadas por terceiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Esta alternativa contradiz frontalmente a Súmula 479 do STJ, que estabelece a responsabilidade objetiva das instituições financeiras por danos decorrentes de fraudes praticadas por terceiros. Não se configura exercício regular de direito a cobrança derivada de um contrato fraudulento, onde o banco não tomou as devidas cautelas para verificar a identidade do contratante.

A alternativa B está incorreta. Esta alternativa viola o disposto no art. 14 do CDC, que estabelece a responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços, bem como o entendimento consolidado no REsp 1.197.929/PR, segundo o qual a negativação indevida decorrente de fraude caracteriza dano moral in re ipsa (presumido), gerando direito à indenização independentemente de comprovação do prejuízo efetivo.

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa contraria a sistemática da responsabilidade objetiva prevista no art. 14 do CDC, ao exigir comprovação de negligência da instituição financeira. Segundo o REsp 1.197.929/PR, "as instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias", não sendo necessária comprovação de culpa.

A alternativa D está correta. Ela reflete com precisão o entendimento consolidado do STJ sobre a responsabilidade objetiva das instituições financeiras em casos de fraudes praticadas por terceiros. O STJ, em julgamento paradigmático (REsp 1.197.929/PR), firmou entendimento de que "a ocorrência de fraudes ou delitos contra o sistema bancário, dos quais resultam danos a terceiros ou a correntistas, insere-se na categoria doutrinária de fortuito interno, porquanto fazem parte do próprio risco do empreendimento e, por isso, não afastam a responsabilidade civil da instituição financeira."

A alternativa E está incorreta. Esta alternativa ignora a Súmula 479 do STJ, que expressamente reconhece que fraudes praticadas por terceiros constituem fortuito interno, não eximindo as instituições financeiras de responsabilidade. Conforme estabelecido no REsp 1.197.929/PR, tais fraudes "fazem parte do próprio risco do empreendimento e, por isso, não afastam a responsabilidade civil da instituição financeira."

QUESTÃO 78. Considere as seguintes afirmações:

I. A colaboração premiada, obtida nos termos da Lei nº 12.850/2013, pode ser utilizada na esfera civil, especificamente em ação civil pública por ato de improbidade administrativa promovida pelo Ministério Público.

II. Para que a colaboração premiada seja utilizada em ação civil pública de improbidade administrativa, o juiz deve, previamente, analisar a regularidade, a legalidade e a voluntariedade da manifestação de vontade do colaborador.

III. A apresentação do acordo de colaboração premiada é elemento probatório suficiente para embasar o ajuizamento de ação civil pública por improbidade administrativa, ainda que desacompanhada de outros elementos de prova.

IV. Para ser admitido na ação civil pública, o acordo de colaboração premiada deve prever a obrigação de ressarcimento integral do dano causado ao erário.

Analisando as assertivas feitas, assinale a alternativa correta.

a) A hipótese III está incorreta.

b) As hipóteses II e III estão corretas.

c) As hipóteses I, III e IV estão corretas.

d) A hipótese I está incorreta.

e) As hipóteses III e IV estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A assertiva I está correta. O STJ, ao julgar o REsp 1.929.211/MT, reconheceu expressamente a possibilidade de utilização da colaboração premiada, obtida nos termos da Lei nº 12.850/2013, na esfera civil, especificamente em ação civil pública por ato de improbidade administrativa. O tribunal entendeu que, embora originalmente prevista para a esfera penal, não há impedimento para que os elementos obtidos através da colaboração premiada sejam aproveitados em outras esferas, como a cível, desde que respeitadas as garantias constitucionais.

A assertiva II está correta. Para que a colaboração premiada seja utilizada em ação civil pública de improbidade administrativa, o juiz deve, de fato, analisar previamente a regularidade, a legalidade e a voluntariedade da manifestação de vontade do colaborador. Este entendimento alinha-se com o disposto no art. 4º, §7º, da Lei nº 12.850/2013, que estabelece que o juiz deverá verificar a regularidade, legalidade e voluntariedade da colaboração, garantindo assim a validade do acordo e a lisura do procedimento.

A assertiva III está incorreta. De fato, o acordo de colaboração premiada, por si só, não é elemento probatório suficiente para embasar o ajuizamento de ação civil pública por improbidade administrativa. Conforme o entendimento consolidado pelo STJ, o acordo de colaboração premiada configura meio de obtenção de prova, e não prova em si, necessitando ser corroborado por outros elementos probatórios para dar suporte a uma ação de improbidade administrativa. No REsp 1.929.211/MT, o STJ estabeleceu claramente que "o acordo de colaboração premiada constitui meio de obtenção de prova, e não um meio de prova propriamente dito, o que significa que o conteúdo das declarações prestadas pelo colaborador há de ser corroborado por outros elementos de prova". Dessa forma, a hipótese III está incorreta ao afirmar que o acordo, sozinho, seria suficiente para embasar o ajuizamento da ação.

A assertiva IV está correta. O STJ, ao analisar o tema, entendeu que para ser admitido na ação civil pública, o acordo de colaboração premiada deve prever a obrigação de ressarcimento integral do dano causado ao erário. Essa exigência decorre do caráter indisponível do interesse público e da impossibilidade de transação quanto ao dever de reparar integralmente o dano ao patrimônio público, conforme estabelecido no art. 17, §1º, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), mesmo após as alterações trazidas pela Lei nº 14.230/2021.

QUESTÃO 79. Diante da constatação de atos lesivos à administração pública, decorrentes de fraude praticada pelos representantes de uma pessoa jurídica, que manipularam e comprometeram a competitividade de um procedimento licitatório, causando prejuízo ao município, foi ajuizada ação de ressarcimento de danos ao erário, cumulada com pedido liminar de indisponibilidade cautelar de bens, com fundamento na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). Considerando a gravidade da infração, o juízo decretou a indisponibilidade dos bens dos réus, com o objetivo de assegurar o pagamento da multa ou a reparação integral do dano causado. Com relação à medida cautelar de indisponibilidade de bens dos réus, assinale a alternativa correta.

a) A decisão deve basear-se no novo regramento traçado pelo artigo 16 da Lei nº 8.429/92, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021.

b) A ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades simples e empresariais, pedras e metais preciosos e, apenas na inexistência desses, o bloqueio de contas bancárias, de forma a garantir a subsistência do acusado e a manutenção da atividade empresária ao longo do processo.

c) Por força da recente alteração legislativa, o pedido de indisponibilidade apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias.

d) Se não houver prova de dilapidação do patrimônio ou a existência de ameaça concreta de dilapidação, o juiz não poderá decretar a indisponibilidade dos bens.

e) O processo cuida de ação de reparação de danos ao erário cumulada com pedido de liminar de indisponibilidade de bens, fundamentada na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). Assim, não se aplica a Lei de Improbidade Administrativa, ainda que seja legislação posterior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Esta alternativa está incorreta porque sugere a aplicação do art. 16 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) com as alterações da Lei nº 14.230/2021, quando, na verdade, o caso concreto está fundamentado na Lei Anticorrupção. São regimes jurídicos distintos, cada um com suas próprias regras para a decretação de indisponibilidade de bens, não sendo possível a aplicação automática do regime da Lei de Improbidade Administrativa a casos fundamentados na Lei Anticorrupção.

A alternativa B está incorreta. Esta alternativa reproduz a ordem de preferência para a constrição de bens estabelecida no art. 16, §11, da Lei de Improbidade Administrativa após as alterações da Lei nº 14.230/2021. No entanto, esta ordem não se aplica automaticamente às ações fundamentadas na Lei Anticorrupção, que possui regramento próprio para a indisponibilidade de bens em seu art. 19, §4º, sem estabelecer tal ordem de preferência.

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa reproduz parte do procedimento previsto no art. 16, §1º, da Lei de Improbidade Administrativa após as alterações da Lei nº 14.230/2021, que exige a demonstração de periculum in mora concreto e contraditório prévio para a decretação da indisponibilidade. Contudo, a Lei Anticorrupção não estabelece tal exigência em seu art. 19, §4º, permitindo a decretação da medida com base no fumus boni iuris, sendo o periculum in mora presumido.

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa está incorreta porque sugere a necessidade de prova de dilapidação patrimonial para a decretação da indisponibilidade de bens, o que não encontra respaldo na Lei Anticorrupção. De acordo com a jurisprudência consolidada, inclusive aplicada por analogia da Lei de Improbidade Administrativa, o periculum in mora é presumido nas ações de ressarcimento ao erário, não sendo necessária a demonstração de dilapidação efetiva ou iminente do patrimônio pelo réu.

A alternativa E está correta porque, no caso apresentado, trata-se de uma ação de ressarcimento de danos ao erário fundamentada especificamente na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), e não na Lei de Improbidade Administrativa. Portanto, o regramento a ser aplicado é aquele previsto na Lei Anticorrupção, mesmo que a Lei de Improbidade Administrativa tenha sofrido alterações posteriores com a Lei nº 14.230/2021. A Lei Anticorrupção possui sistemática própria para a decretação de indisponibilidade de bens, conforme previsto em seu art. 19, §4º.

QUESTÃO 80. Uma lei estadual foi promulgada para ampliar as condutas proibidas e passíveis de multa por infração administrativa ambiental, incluindo expressamente a prática de rinha de galos. A norma estabelece que todos os envolvidos no evento, incluindo os criadores de animais destinados ao espetáculo, estarão sujeitos às sanções previstas. Com base nesses fatos, assinale a alternativa correta.

a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que impor responsabilidades a criadores e comerciantes de aves destinadas a rinhas de galos viola o princípio da liberdade econômica previsto no artigo 170 da Constituição Federal.

b) A lei estadual é inconstitucional, pois a proibição das rinhas de galo não se justifica caso sejam adotadas medidas para garantir que os animais não sofram maus-tratos.

c) A lei estadual é inconstitucional, porque a prática do esporte deve ser considerada como manifestação cultural, admitida desde que devidamente regulamentada.

d) A lei estadual é inconstitucional, pois a proteção à incolumidade dos animais é uma questão de interesse nacional, e não um tema de competência dos estados-membros.

e) A lei estadual é constitucional, pois submeter animais a atos de crueldade é incompatível com os princípios da Constituição Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. Para respondê-la, era necessário conhecer o seguinte entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF):

É constitucional — pois respeita as regras de repartição de competência e concretiza a proteção referente à vedação, em cláusula genérica, a qualquer forma de submissão de animais a atos de crueldade (CF/1988, art. 225, § 1º, VII) — norma estadual que, ao instituir o Código de Proteção aos Animais, proíbe a prática de rinha de galos e fixa multas a todos os participantes envolvidos no evento, independentemente da responsabilidade civil e penal individualmente imputável a cada um (ADI 7.056/SC, relator Ministro Dias Toffoli, julgamento virtual finalizado em 27.09.2024 (sexta-feira), às 23:59)

A alternativa A está incorreta. Esta alternativa está incorreta porque o princípio da liberdade econômica previsto no art. 170 da Constituição Federal não pode ser invocado para legitimar atividades que violem outros dispositivos constitucionais, como o art. 225, §1º, VII, que veda práticas cruéis contra animais. No julgamento da ADI 1.856/RJ, o STF rejeitou expressamente argumentos baseados na liberdade econômica para justificar a criação e comercialização de aves destinadas a rinhas.

A alternativa B está incorreta. Esta alternativa está incorreta porque a jurisprudência do STF é clara ao afirmar que a própria essência das rinhas de galo envolve maus-tratos aos animais, sendo impossível a realização desta prática sem submeter os animais a crueldade. Não há, portanto, "medidas" que possam garantir a ausência de maus-tratos em uma atividade cuja natureza intrínseca é cruel.

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa está incorreta porque o STF, no julgamento da ADI 4.983/CE (caso da vaquejada), estabeleceu que manifestações culturais que impliquem crueldade contra animais não estão protegidas pela Constituição Federal. No caso específico das rinhas de galo, decidiu-se na ADI 1.856/RJ que tal prática não pode ser considerada desporto ou manifestação cultural legítima, por se basear no sofrimento animal.

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa está incorreta porque a proteção ao meio ambiente, incluindo a fauna, é matéria de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, conforme previsto no art. 24, VI, da Constituição Federal. Os estados-membros podem, portanto, legislar sobre questões ambientais, suplementando a legislação federal quando necessário. Assim, é constitucional a edição de lei estadual que amplie a proteção dos animais contra práticas cruéis.

A alternativa E está correta. Isso porque a proteção à fauna e a vedação da crueldade contra animais encontram amparo direto na Constituição Federal, especificamente no art. 225, §1º, inciso VII, que estabelece: "Incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade." A lei estadual mencionada na questão, ao ampliar as condutas proibidas e passíveis de multa por infração administrativa ambiental, incluindo expressamente a prática de rinha de galos, atua em conformidade com o mandamento constitucional de proteção aos animais contra crueldade. Para além disso, recentemente decidiu na ADI 7.056/SC pela constitucionalidade de lei semelhante.

QUESTÃO 81. No que se refere à disciplina jurídica sobre o superendividamento do consumidor, é correto afirmar que

a) as dívidas passíveis de repactuação abrangem quaisquer obrigações financeiras decorrentes de relações de consumo, exceto aquelas oriundas de compras a prazo e contratos de prestação continuada.

b) é vedada, expressa ou implicitamente, a oferta de crédito ao consumidor, indicar que a operação poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor.

c) o superendividamento se caracteriza pela impossibilidade evidente de o consumidor, pessoa natural ou jurídica e de boa-fé, quitar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas.

d) o direito de arrependimento de 7 dias, previsto no artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor, também se aplica ao consumidor de crédito consignado, inclusive quando a contratação ocorre de forma presencial, por força do disposto no artigo 54-E, § 2º do Código de Defesa do Consumidor, inserido pela Lei nº 14.181/2021.

e) no processo de superendividamento, o juiz poderá nomear um administrador, às custas do consumidor, responsável por apresentar um plano de pagamento aos credores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Esta alternativa está incorreta porque, de acordo com o art. 54-A, §1º, do CDC (incluído pela Lei nº 14.181/2021), "as dívidas referidas no caput deste artigo englobam quaisquer compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, inclusive operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada." Portanto, as compras a prazo e os contratos de prestação continuada estão incluídos entre as dívidas passíveis de repactuação, e não excluídos como afirma a alternativa.

A alternativa B está correta porque reproduz fielmente o disposto no art. 54-C, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor, incluído pela Lei nº 14.181/2021 (Lei do Superendividamento). Este dispositivo estabelece que "é vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não: [...] III - indicar que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor."

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa está incorreta porque define erroneamente o conceito de superendividamento ao incluir a pessoa jurídica. De acordo com o art. 54-A, §1º, do CDC, o superendividamento aplica-se exclusivamente à pessoa natural (física), e não à pessoa jurídica.

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa está incorreta porque o direito de arrependimento previsto no art. 54-E, §2º, do CDC, aplica-se especificamente à oferta de crédito consignado contratada por telefone ou meio eletrônico, e não às contratações presenciais:

A alternativa E está incorreta. Esta alternativa está incorreta porque, de acordo com o art. 104-B, §4º, do CDC, a nomeação do administrador não pode implicar em custos para o consumidor, contrariamente ao que afirma a alternativa.

QUESTÃO 82. Decorrido um ano do trânsito em julgado da sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva – devidamente publicizada por meio de edital, contendo seu inteiro teor – sem que tenha ocorrido a habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano:

a) a liquidação será iniciada com o objetivo de viabilizar a indenização fluida (fluid recovery), extinguindo o direito das vítimas de liquidar e executar individualmente seus créditos.

b) os legitimados para a propositura da ação civil pública (artigo 82 do Código de Defesa do Consumidor) podem promover a liquidação e execução, na qual será apurado o montante devido às vítimas indeterminadas, sendo o valor obtido revertido ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, instituído pela Lei nº 7.347/1985.

c) o processo será suspenso, com a publicação de editais pelo prazo de cinco anos, a fim de permitir que eventuais vítimas se habilitem.

d) os legitimados à propositura da ação coletiva podem promover a liquidação, hipótese em que atuarão como substitutos processuais, defendendo em nome próprio, interesse de terceiros.

e) os legitimados à propositura da ação podem promover a liquidação coletiva, apurando o montante devido às vítimas indeterminadas, cujo valor será distribuído entre aquelas que vierem a habilitar-se.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Esta alternativa está incorreta porque a fluid recovery não extingue o direito das vítimas de liquidar e executar individualmente seus créditos, nos termos do art. 99 do CDC. Assim, mesmo após a promoção da liquidação coletiva, permanece o direito individual de liquidação e execução, configurando-se apenas um concurso de créditos em que as indenizações individuais têm preferência.

A alternativa B está correta. Ela reflete com precisão o disposto no art. 100 do Código de Defesa do Consumidor, que trata da chamada fluid recovery (reparação fluida). Conforme este dispositivo, "decorrido o prazo de um ano sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados do art. 82 promover a liquidação e execução da indenização devida." O parágrafo único complementa que "o produto da indenização devida reverterá para o fundo criado pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985" (Fundo de Defesa de Direitos Difusos).

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa está incorreta porque não há previsão legal para a suspensão do processo por cinco anos para permitir eventuais habilitações.

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa está incorreta porque, na hipótese de fluid recovery, os legitimados não atuam como substitutos processuais defendendo interesse de terceiros determinados, mas sim em defesa de interesses difusos relacionados à reconstituição dos bens lesados. O valor obtido não se destina às vítimas individuais, mas ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, para aplicação em finalidade compatível com a tutela dos interesses lesados.

A alternativa E está incorreta. Esta alternativa está incorreta porque, na fluid recovery, o valor apurado na liquidação não é distribuído entre as vítimas que vierem a se habilitar, mas sim destinado integralmente ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

QUESTÃO 83. Assinale a alternativa incorreta.

a) A sentença proferida em ação civil pública faz coisa julgada erga omnes, salvo quando a improcedência decorrer da insuficiência de provas. Nessa hipótese, qualquer legitimado poderá ajuizar nova ação com idêntico fundamento, desde que apresente novas provas.

b) No caso de múltiplas ações civis públicas de abrangência nacional ou regional, uma vez fixada a competência nos termos do Código de Defesa do Consumidor, prevalecerá a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas para o julgamento de todas as ações conexas.

c) A sentença proferida em ação civil pública possui eficácia de coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do juízo prolator. No entanto, caso a ação seja julgada improcedente por insuficiência de provas, qualquer legitimado poderá propor nova ação com o mesmo fundamento, desde que apresente novas provas.

d) A competência para o julgamento da ação civil pública envolvendo danos de abrangência nacional ou regional será do foro da Capital do Estado ou do Distrito Federal.

e) Os efeitos da coisa julgada da sentença proferida em ação civil pública têm que ser analisados em consonância com o microsistema dos processos coletivos, cuja principal finalidade é a proteção dos direitos metaindividuais. Assim, a decisão judicial deve abranger todos os potenciais beneficiários.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**.

A alternativa A está correta. Esta alternativa está correta porque reproduz o disposto no art. 103, I, do CDC e no art. 18 da Lei nº 7.347/85.

A alternativa B está correta. Esta alternativa está correta porque reflete o entendimento consolidado sobre a conexão e prevenção em ações civis públicas. Conforme o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 7.347/85, "a propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto". Este dispositivo visa evitar decisões conflitantes em ações coletivas e garantir a economia processual.

A alternativa C está incorreta. O STJ pacificou o entendimento de que tal limitação territorial é incompatível com o microsistema processual coletivo e não pode prevalecer, especialmente após o advento do CPC/2015.

A alternativa D está correta. Esta alternativa está correta porque reflete o disposto no art. 93, II, do CDC, que estabelece: "É competente para a causa a justiça local: [...] II - no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente."

A alternativa E está correta. Esta alternativa está correta porque expressa o entendimento atual do STJ sobre a eficácia da coisa julgada nas ações coletivas. O tribunal reconhece a necessidade de interpretação do tema em consonância com o microsistema processual coletivo, cuja finalidade é a proteção efetiva dos direitos metaindividuais. Assim, a decisão judicial deve abranger todos os potenciais beneficiários, independentemente de limitações territoriais artificiais.

QUESTÃO 84. No contexto da imunização por meio de vacinas incluídas no Programa Nacional de Imunizações, assinale a alternativa incorreta.

a) Impor aos pais a obrigatoriedade de vacinar os filhos menores viola a liberdade de consciência e organização familiar e, conseqüentemente, pode afetar sua liberdade filosófica e religiosa.

b) Os pais têm o dever legal de assegurar a vacinação dos filhos menores, pois se trata de uma norma de ordem pública destinada a proteger não apenas a saúde da criança e do adolescente, mas também a de toda a sociedade.

c) No conflito entre as convicções pessoais dos pais e o direito da coletividade, prevalece o direito à saúde da criança e do adolescente. As vacinas determinadas pelas autoridades sanitárias possuem respaldo científico e, de modo geral, não apresentam riscos à saúde. A única exceção à obrigatoriedade ocorre quando houver contraindicação médica devidamente comprovada por atestado.

d) No caso de recusa dos pais em cumprir eventual determinação judicial para regularizar a vacinação dos filhos menores, podem ser adotadas medidas coercitivas, como a busca e apreensão da criança ou do adolescente, além da suspensão temporária do poder familiar para essa finalidade específica.

e) A recusa dos pais em vacinar os filhos menores configura infração sanitária. Além de colocar em risco a saúde da própria criança, essa conduta compromete a imunidade coletiva, favorecendo a disseminação de doenças evitáveis.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata do tema Programa Nacional de Imunização. O examinador requer a indicação da alternativa incorreta, portanto, sendo essa a alternativa correta a ser assinalada pelo examinando.

A alternativa A está correta. Conforme decidido no Tema 1103 de Repercussão Geral do STF: “É constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, (i) tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações ou (ii) tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei ou (iii) seja objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico. Em tais casos, não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, nem tampouco ao poder familiar.”.

A alternativa B está incorreta. A vacinação nestes casos é uma norma cogente, que deve ser observada por todos, conforme decidido no julgamento do Tema 1103 de Repercussão Geral do STF.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o Tema 1103 de Repercussão Geral do STF haverá prevalência do direito à saúde da criança e do adolescente e não da convicção religiosa ou filosófica dos pais.

A alternativa D está incorreta. É possível a aplicação de medidas coercitivas nos casos em que os pais se recusem a realizar a vacinação prevista no Programa Nacional de Imunização, conforme entendimento fixado no julgamento do Tema 1103 de Repercussão Geral do STF.

A alternativa E está incorreta. Constitui infração sanitária a recusa dos pais em vacinar os filhos, conforme entendimento fixado no julgamento do Tema 1103 de Repercussão Geral do STF.

QUESTÃO 85. A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, conhecida como Estatuto da Pessoa Idosa, assegura que toda pessoa idosa desfrute dos direitos fundamentais inerentes à dignidade humana. Isso inclui a preservação da saúde física e mental, bem como seu desenvolvimento moral, intelectual, espiritual e social, sempre em condições de liberdade e respeito.

Com base no Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a alternativa correta.

a) Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos.

b) Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos, semi urbanos e interestaduais.

c) Aos maiores de 80 (oitenta) anos fica assegurada a gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e interestaduais.

d) Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semi urbanos.

e) Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos, semi urbanos e interestaduais.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema gratuidade de transporte no Estatuto da Pessoa Idosa.

A alternativa A está incorreta. A gratuidade prevista no Estatuto da Pessoa Idosa é a partir dos 65 anos e não 60, conforme disposto no Art. 39 do Estatuto: “Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.”.

A alternativa B está incorreta. A gratuidade se aplica à pessoa idosa a partir dos 65 anos e não inclui o transporte interestadual, que é regulado no Art. 40 do Estatuto de maneira diversa: “No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para pessoas idosas com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos; (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022). II – desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para as pessoas idosas que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022). Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.”.

A alternativa C está incorreta. A gratuidade é a partir dos 65 anos e não 80 anos, conforme disposto no Art. 39 do Estatuto: “Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.”.

A alternativa D está correta. Corresponde ao texto do Art. 39 do Estatuto da Pessoa Idosa: “Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.”.

A alternativa E está incorreta. A gratuidade nos transportes interestaduais é regulada de acordo com o artigo 40 do Estatuto da Pessoa Idosa, que confere gratuidade a duas pessoas por veículo e não de forma irrestrita como no caso dos transportes urbanos e semiurbanos.

QUESTÃO 86. A comercialização de produtos alimentícios classificados como fórmulas infantis para lactentes (crianças de até 11 meses e 29 dias) deve atender a uma série de exigências legais e normativas, garantindo a proteção do consumidor e a promoção da saúde pública.

Nesse sentido, é correto) afirmar que a oferta desses produtos

a) deve conter, nas embalagens e materiais informativos, os dizeres "O Ministério da Saúde informa: o aleitamento materno evita infecções e alergias e é recomendado até os dois anos de idade ou mais".

b) deve respeitar os deveres de informação previstos no artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, assegurando que o consumidor tenha acesso a dados claros, precisos e ostensivos sobre o produto.

c) deve estar em conformidade com o princípio da veracidade, de acordo com o disposto no § 1º do artigo 37 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, qualquer informação ou comunicação publicitária que seja total ou parcialmente falsa, omissa ou capaz de induzir o consumidor a erro sobre a natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço ou qualquer outro aspecto do produto será considerada enganosa.

d) é assegurada aos fornecedores com base no princípio da liberdade de iniciativa econômica. No entanto, essa comercialização deve observar os princípios estabelecidos no artigo 170 da Constituição Federal, especialmente a "defesa do consumidor" (inciso IV), garantindo que a ordem econômica promova uma existência digna para todos, conforme os ditames da justiça social.

e) é vedada (esse tipo de publicidade) pelo ordenamento jurídico brasileiro, em razão da prioridade conferida ao incentivo ao aleitamento materno.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos.

A alternativa A está incorreta. No caso de fórmulas infantis para lactentes é vedada a publicidade, conforme o art. 4º da Lei nº 11.265/06: “É vedada a promoção comercial dos produtos a que se referem os incisos I, V e VI do caput do art. 2º desta Lei, em quaisquer meios de comunicação, conforme se dispuser em regulamento.”.

A alternativa B está incorreta. É vedada a publicidade para este tipo de produto, logo não podem ser aplicadas regras de publicidade previstas no CDC.

A alternativa C está incorreta. É vedada a publicidade para este tipo de produto, logo não podem ser aplicadas regras de publicidade previstas no CDC.

A alternativa D está incorreta. É vedada a publicidade, garantindo o aleitamento materno como forma prioritária de alimentação.

A alternativa E está correta. Corresponde ao disposto no art. 4º da Lei nº 11.265/06: “É vedada a promoção comercial dos produtos a que se referem os incisos I, V e VI do caput do art. 2º desta Lei, em quaisquer meios de comunicação, conforme se dispuser em regulamento.”.

QUESTÃO 87. A Constituição Federal garante a proteção das pessoas com deficiência e veda qualquer forma de discriminação. Além disso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que possui status constitucional (conferido pelo artigo 5º, § 3º da Constituição Federal, por meio do Decreto nº 6.949/2009), assegura o pleno exercício de todos os direitos humanos a essa parcela da população.

Nesse contexto, considerando que a autonomia das pessoas com deficiência está diretamente relacionada à acessibilidade, é correto afirmar que as locadoras de veículos

a) são obrigadas a oferecer 1 (um) veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota. O veículo adaptado deverá conter, no mínimo, câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio e embreagem.

b) são obrigadas a oferecer veículos adaptados para uso de pessoa com deficiência, considerando individualmente as necessidades do usuário.

c) não são obrigadas a manter veículos adaptados em sua frota, uma vez que os condutores nessa condição representam um percentual pouco expressivo (pessoas totalmente cegas, tetraplégicas, com deficiência auditiva bilateral total, são exemplos de pessoas com deficiência que não estão aptas à habilitação).

d) são obrigadas a oferecer 5 (cinco) veículos adaptados para uso de pessoa com deficiência, sendo que o veículo adaptado deve ter, no mínimo, câmbio automático.

e) não são obrigadas a disponibilizar veículos adaptados para pessoas com deficiência, uma vez que o princípio constitucional da livre iniciativa garante liberdade na composição de sua frota.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema direitos da Pessoa com Deficiência.

A alternativa A está correta. O artigo 52 do Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê: “As locadoras de veículos são obrigadas a oferecer 1 (um) veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota. Parágrafo único. O veículo adaptado deverá ter, no mínimo, câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio e de embreagem.”.

A alternativa B está incorreta. Não há previsão legal neste sentido.

A alternativa C está incorreta. As locadoras são obrigadas a manter veículo adaptado, conforme disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência. O artigo 52 do Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê: “As locadoras de veículos são obrigadas a oferecer 1 (um) veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota. Parágrafo único. O veículo adaptado deverá ter, no mínimo, câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio e de embreagem.”.

A alternativa D está incorreta. O veículo adaptado deve oferecer no mínimo câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio e de embreagem, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 52 do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A alternativa E está incorreta. Há a obrigatoriedade de as locadoras fornecerem veículos adaptados, conforme previsto no artigo 52 do Estatuto da Pessoa com Deficiência: “As locadoras de veículos são obrigadas a oferecer 1 (um) veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota. Parágrafo único. O veículo adaptado deverá ter, no mínimo, câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio e de embreagem.”.

QUESTÃO 88. Assinale a alternativa correta a respeito da cláusula de step-in rights nas concessões reguladas pela Lei nº 11.079/2004 (parcerias público-privadas nas modalidades patrocinada e administrativa).

a) Considerando que uma das diretrizes para a contratação de parceria público-privada é a "repartição objetiva de riscos entre as partes" (artigo 4º, VI, da Lei no 11.079/2004), a administração temporária acarretará responsabilidade aos financiadores e garantidores em relação à tributação, encargos, ônus, sanções, obrigações ou compromissos com terceiros, inclusive aos assumidos pela concessionária desde o início da vigência do contrato.

b) As normas de regência desse mecanismo permitem que os financiadores assumam temporariamente o controle acionário da sociedade de propósito específico (SPE) em caso de gestão ineficiente e risco de não recebimento do crédito. É vedado ao financiador, do qual não se exige prévia comprovação de capacidade técnica, assumir em definitivo a execução do objeto da contratação, cabendo-lhe agir temporariamente para promover a reestruturação financeira da concessionária.

c) A outorga da administração temporária da sociedade de propósito específico (SPE) confere ao financiador o poder de indicar os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como o de exercer o veto às propostas discriminadas em lei. No entanto, em caso de inadimplemento, desde que haja anuência do poder concedente, o financiador poderá incorporar ao seu patrimônio as ações da

concessionária, uma vez que essa prática não viola a vedação ao pacto comissório, exclusiva dos contratos de direito privado.

d) Todas as alternativas estão incorretas.

e) O contrato de parceria público-privada é personalíssimo (intuitu personae), podendo ser executado apenas pelo contratado original, isto é, o vencedor do certame licitatório; assim, a alienação definitiva do controle da concessão a terceiro, ainda que autorizada pelo poder concedente, implica inadmissível inserção de terceiro estranho à relação contratual original.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004), especialmente sobre a cláusula de step-in rights.

A alternativa A está incorreta. A administração temporária não implica que financiadores e garantidores herdem todas as obrigações da concessionária. Nesse sentido: “Art. 5º-A [...] § 1º A administração temporária autorizada pelo poder concedente não acarretará responsabilidade aos financiadores e garantidores em relação à tributação, encargos, ônus, sanções, obrigações ou compromissos com terceiros, inclusive com o poder concedente ou empregados”.

A alternativa B está correta. A legislação permite que os financiadores assumam temporariamente o controle acionário da SPE para reequilibrar financeiramente a concessão, sem que isso se converta em uma execução definitiva do contrato. Assim: “Art. 5º (...) § 2º Os contratos poderão prever adicionalmente: I - os requisitos e condições em que o parceiro público autorizará a transferência do controle ou a administração temporária da sociedade de propósito específico aos seus financiadores e garantidores com quem não mantenha vínculo societário direto, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços, não se aplicando para este efeito o previsto no inciso I do parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995”.

A alternativa C está incorreta. Não haverá transferência da propriedade de ações ou quotas. Assim: “Art. 5º-A. Para fins do inciso I do § 2º do art. 5º, considera-se: [...] II - A administração temporária da sociedade de propósito específico, pelos financiadores e garantidores quando, sem a transferência da propriedade de ações ou quotas, forem outorgados os seguintes poderes: a) indicar os membros do Conselho de Administração, a serem eleitos em Assembleia Geral pelos acionistas, nas sociedades regidas pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976; ou administradores, a serem eleitos pelos quotistas, nas demais sociedades; b) indicar os membros do Conselho Fiscal, a serem eleitos pelos acionistas ou quotistas controladores em Assembleia Geral; c) exercer poder de veto sobre qualquer proposta submetida à votação dos acionistas ou quotistas da concessionária, que representem, ou possam representar, prejuízos aos fins previstos no caput deste artigo;) outros poderes necessários ao alcance dos fins previstos no caput deste artigo”.

A alternativa D está incorreta. A alternativa B está correta.

A alternativa E está incorreta. A alienação do controle é possível desde que autorizada pelo poder concedente. Assim: “Art. 27. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão. § 1º Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá: I - atender às exigências de

capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor”. Ainda: “Art. 5º (...) § 2º Os contratos poderão prever adicionalmente: I - os requisitos e condições em que o parceiro público autorizará a transferência do controle ou a administração temporária da sociedade de propósito específico aos seus financiadores e garantidores com quem não mantenha vínculo societário direto, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços, não se aplicando para este efeito o previsto no inciso I do parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995”.

QUESTÃO 89. Assinale a alternativa correta sobre a desapropriação por utilidade pública (Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941).

a) Comprovada a inviabilidade ou a perda objetiva do interesse público em manter a destinação do bem prevista no decreto expropriatório, o expropriante não poderá destinar a área para outro fim, sob pena de incorrer em desvio de finalidade. O bem deve ser alienado a qualquer interessado, assegurado o direito de preferência à pessoa física ou jurídica desapropriada.

b) Os concessionários, inclusive aqueles contratados nos termos da Lei no 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Lei de Parceria Público-Privada), permissionários, autorizatários e arrendatários poderão promover a desapropriação, mediante autorização expressa constante de lei ou contrato.

c) O expropriante responde por tributos incidentes sobre o imóvel expropriado, ainda que o período de ocorrência dos fatos geradores seja anterior ao ato de aquisição originária da propriedade pelo ente responsável pela desapropriação.

d) O decreto de utilidade pública não extingue a propriedade privada nem restringe a posse do particular, implicando apenas o início da fase de desapropriação propriamente dita. Assim, enquanto não concluído o procedimento, com a transcrição no registro de imóveis, constitui abuso de poder o ingresso ou a inspeção das áreas compreendidas na declaração por autoridades ou representantes do expropriante, que poderá ser obrigado a indenizar o proprietário por danos morais, sem prejuízo da ação penal cabível.

e) Notificado do ato de declaração de utilidade pública e da oferta de indenização, o proprietário terá quinze dias para aceitar ou rejeitar o valor proposto. O silêncio do proprietário implicará aprovação, autorizando a formação de título hábil para a transcrição do registro de imóveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema desapropriação.

A alternativa A está incorreta. O expropriante pode destinar o bem a outro fim de interesse público. Assim: “Art. 5º [...] § 6º Comprovada a inviabilidade ou a perda objetiva de interesse público em manter a destinação do bem prevista no decreto expropriatório, o expropriante deverá adotar uma das seguintes medidas, nesta ordem de preferência: I - destinar a área não utilizada para outra finalidade pública; ou II - alienar o bem a qualquer interessado, na forma prevista em lei, assegurado o direito de preferência à pessoa física ou jurídica desapropriada”.

A alternativa B está correta. A legislação prevê que concessionários e outros delegatários de serviço público podem promover desapropriações quando autorizados por lei ou contrato. Nesse sentido: “Art. 3º Poderão promover a desapropriação mediante autorização expressa constante de lei ou contrato: I - os concessionários, inclusive aqueles contratados nos termos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Lei de Parceria Público-Privada), permissionários, autorizatários e arrendatários”.

A alternativa C está incorreta. O expropriante não responde por tributos anteriores à desapropriação, pois se trata de aquisição originária da propriedade. Assim: “O ente desapropriante não responde por tributos incidentes sobre o imóvel desapropriado nas hipóteses em que o período de ocorrência dos fatos geradores é anterior ao ato de aquisição originária da propriedade” (REsp 1668058-ES).

A alternativa D está incorreta. O decreto de utilidade pública permite a posse antecipada mediante depósito judicial. Vejamos: “Art. 15. Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imití-lo provisoriamente na posse dos bens”.

A alternativa E está incorreta. O silêncio do proprietário não implica aceitação da oferta indenizatória. Confira-se: “Art. 10-A. O poder público deverá notificar o proprietário e apresentar-lhe oferta de indenização. §1º [...] IV - informação de que o prazo para aceitar ou rejeitar a oferta é de 15 (quinze) dias e de que o silêncio será considerado rejeição”.

QUESTÃO 90. Assinale a alternativa incorreta a respeito dos impactos no Direito Administrativo decorrentes das alterações promovidas pela Lei nº 13.655/2018 na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei no 4.657/1942, com redação dada pela Lei no 12.376/2010).

a) A lei modificou os critérios para a invalidação de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativas, exigindo que a decisão indique expressamente as consequências da anulação. Além disso, a lei prioriza a regularização, sempre que a invalidação puder causar maiores prejuízos ao interesse público do que a manutenção dos efeitos dos atos por meio do saneamento.

b) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor, além das exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados. Assim, abre-se espaço para a aplicação da cláusula da reserva do possível, para que se considere, excepcionalmente e com base em dados empíricos, a impossibilidade econômica do Estado em garantir a imediata efetividade dos direitos fundamentais.

c) A competência para definir a melhor decisão administrativa é do gestor, não do controlador, cabendo a este o ônus argumentativo da ação controladora que imputa irregularidade ou ilegalidade na prática do ato decisório.

d) A lei contempla a necessidade do pragmatismo nas decisões administrativa, controladora e judicial, sendo vedada a formulação de soluções jurídicas com base em valores abstratos, sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. A expressão "valores jurídicos abstratos" não se restringe à aplicação de princípios, abrangendo regras e outras normas que contenham conceitos jurídicos indeterminados.

e) Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, eventual aplicação de sanção levará em conta a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os antecedentes, a personalidade e a conduta social do agente.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão das disposições de direito público da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB.

A alternativa A está correta. A LINDB exige que a decisão anulatória considere suas consequências práticas. Vejamos: “Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas”.

A alternativa B está correta. A nova redação permite considerar as dificuldades práticas enfrentadas pelo gestor público. Assim: “Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados”.

A alternativa C está correta. Nos termos do art. 22 da LINDB: “Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor”.

A alternativa D está correta. A lei exige que decisões considerem as consequências práticas e não apenas valores abstratos. Vejamos: “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão”.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão na LINDB que permita que a análise de conduta ou a imposição de sanção se baseie na avaliação subjetiva da personalidade do agente. Neste contexto: “Art. 22 [...] § 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. § 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato”.

QUESTÃO 91. Assinale a alternativa correta em relação à Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992, com redação dada pela Lei no 14.230/2021), à luz, inclusive, das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ADIS 7.042/DF e 7.043/DF.

a) A titularidade da ação para aplicação das sanções de que trata a lei é exclusiva do Ministério Público, afastada a legitimidade concorrente e disjuntiva entre este e os entes públicos interessados.

b) Entre as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, estão a perda da função pública, a indisponibilidade de bens e valores, a suspensão dos direitos políticos e o pagamento de multa civil.

c) O Supremo Tribunal Federal decidiu que as ações de ressarcimento ao erário, quando fundamentadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa, são imprescritíveis. Dessa forma, ainda que as demais sanções previstas nessa norma estejam prescritas, é legítimo dar continuidade ao processo para demonstrar, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, que o ato atribuído ao réu configura improbidade dolosa, viabilizando, ao final, a condenação exclusivamente ao ressarcimento ao erário.

d) A assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público ficará obrigada a defendê-lo judicialmente, caso este venha a responder ação por improbidade administrativa, até que a decisão transite em julgado.

e) À ação de improbidade administrativa, aplicam-se a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em caso de revelia e o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema improbidade administrativa.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de competência concorrente entre o órgão ministerial e os entes públicos. Segundo o STF: “Os entes públicos que sofreram prejuízos em razão de atos de improbidade também estão autorizados, de forma concorrente com o Ministério Público, a propor ação e a celebrar acordos de não persecução civil em relação a esses atos. (ADI 7042/DF e ADI 7043/DF).

A alternativa B está incorreta. A indisponibilidade dos bens não é sanção, mas medida cautelar. Vejamos: “Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito”.

A alternativa C está correta. É o entendimento do STF: “Na ação civil pública por ato de improbidade administrativa é possível o prosseguimento da demanda para pleitear o ressarcimento do dano ao erário, ainda que sejam declaradas prescritas as demais sanções previstas no art. 12 da Lei 8.429/92. Recurso Especial, interposto pela União, conhecido e provido” (REsp 1899455/AC).

A alternativa D está incorreta. Decidiu a Suprema Corte: “Não deve existir obrigatoriedade de defesa judicial do agente público que cometeu ato de improbidade por parte da Advocacia Pública, pois a sua predestinação constitucional, enquanto função essencial à Justiça, identifica-se com a representação judicial e extrajudicial dos entes públicos. Contudo, permite-se essa atuação em caráter extraordinário e desde que norma local assim disponha” (ADI 7042/DF e ADI 7043/DF).

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 17 da LIA: “§ 19. Não se aplicam na ação de improbidade administrativa: [...] I - a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em caso de revelia; IV - o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito”.

QUESTÃO 92. Assinale a alternativa correta a respeito da dispensa de licitação, nos termos da Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

a) É dispensável a licitação quando a União, os Estados ou os municípios tiverem que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

b) O Supremo Tribunal Federal considerou constitucional a vedação à contratação de empresa contratada diretamente por dispensa de licitação nos casos de emergência ou calamidade pública. A vedação, segundo decisão proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade, incide na recontração fundada na mesma situação emergencial ou calamitosa que extrapole o prazo máximo legal de um ano, e não impede que a empresa participe de eventual licitação substitutiva à dispensa de licitação e seja contratada diretamente por outro fundamento previsto em lei, incluindo uma nova emergência ou calamidade pública.

c) É dispensável a licitação para contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), órgão do Ministério da Defesa, conforme elencados em ato da direção nacional do SUS e do EMCFA, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica, em valores compatíveis com aqueles definidos no instrumento firmado para a transferência de tecnologia.

d) É caso de inexigibilidade, e não de dispensa, a contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de um ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.

e) É dispensável a licitação para contratação que tenha por objeto bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam defesa nacional ou alta complexidade tecnológica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Licitações (Lei nº 14.133/2021).

A alternativa A está incorreta. Cabível somente em relação à União. Vejamos: “Art. 75. É dispensável a licitação: [...] X - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento”.

A alternativa B está correta. Segundo o STF: “1. É constitucional a vedação à recontração de empresa contratada diretamente por dispensa de licitação nos casos de emergência ou calamidade pública, prevista no inc. VIII do art. 75 da Lei n. 14.133/2021. 2. A vedação incide na recontração fundada na mesma situação emergencial ou calamitosa que extrapole o prazo máximo legal de 1 (um) ano, e não impede que a empresa participe de eventual licitação substitutiva à dispensa de licitação ou seja contratada diretamente por fundamento diverso previsto em lei, inclusive outra emergência ou calamidade pública, sem prejuízo do controle por abusos ou ilegalidades verificados na aplicação da norma” (ADI nº 6.890).

A alternativa C está incorreta. Dispõe a Lei nº 14.133/2021: “Art. 75. É dispensável a licitação: [...] XII - para contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição

desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica, e em valores compatíveis com aqueles definidos no instrumento firmado para a transferência de tecnologia”.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021: “Art. 75. É dispensável a licitação: [...] III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação: a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas”.

A alternativa E está incorreta. Deverá haver alta complexidade tecnológica e defesa nacional cumulativamente. Nesse sentido: “Art. 75. É dispensável a licitação: [...] IV - para contratação que tenha por objeto: [...] f) bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional”.

QUESTÃO 93. Assinale a alternativa correta sobre o acordo de não persecução civil previsto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992, com redação dada pela Lei no 14.230/2021), inclusive à luz das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ADIS 7.042/DF e 7.043/DF.

a) Caso o agente investigado ou processado pelo ato ímprobo se compromete a ressarcir integralmente o dano ou a reverter à pessoa jurídica a vantagem indevida, o acordo poderá ser celebrado independentemente da oitiva do ente federativo lesado, cuja aquiescência não constitui requisito de validade ou eficácia do ato.

b) Em resolução que disciplina o tema, o Conselho Nacional do Ministério Público estabeleceu que é vedada a celebração de acordo de não persecução civil após o trânsito em julgado da sentença condenatória. Ao expor as razões da vedação, esse órgão de controle considerou que a previsão de resolução consensual do conflito nessa fase viola a coisa julgada (CF/88, artigo 5o, XXXVI) e afronta a supremacia do interesse público, não podendo o Ministério Público renunciar, ainda que parcialmente, à execução de título executivo que envolve os valores jurídicos tutelados pela Lei de Improbidade Administrativa.

c) No julgamento das ADIs 7.402/DF e 7.403/DF, o Supremo Tribunal Federal entendeu que "personalidade do agente" é um conceito jurídico indeterminado, não podendo ser utilizado na modulação das condições para celebração de acordo de não persecução civil.

d) Caso a possibilidade do ajuste surja no curso da demanda promovida pelo Ministério Público, as negociações dar-se-ão entre o autor da ação, o demandado e seu defensor, em procedimento administrativo autônomo. Cumpridas as formalidades legais para a celebração do acordo, este será homologado pelo juiz, independentemente de aprovação pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de inquéritos civis.

e) A decisão homologatória do acordo de não persecução civil previsto na Lei de Improbidade Administrativa constitui título executivo judicial, salvo quando o ajuste tiver sido celebrado antes da propositura da demanda.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema "Acordo de Não Persecução Cível" (ANPC).

A alternativa A está incorreta. A oitiva do ente federativo lesado é exigida para validade do acordo. Assim: "Art. 17-B [...] § 1º A celebração do acordo a que se refere o caput deste artigo dependerá, cumulativamente: I - da oitiva do ente federativo lesado, em momento anterior ou posterior à propositura da ação".

A alternativa B está incorreta. A Lei de Improbidade Administrativa permite que o ANPC seja celebrado na execução da sentença condenatória. Assim: "Art. 17-B [...] § 4º O acordo a que se refere o caput deste artigo poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória".

A alternativa C está incorreta. Nas ADIs 7.402/DF e 7.403/DF ficou decidido: "Os entes públicos que sofreram prejuízos em razão de atos de improbidade também estão autorizados, de forma concorrente com o Ministério Público, a propor ação e a celebrar acordos de não persecução civil em relação a esses atos", bem como "Não deve existir obrigatoriedade de defesa judicial do agente público que cometeu ato de improbidade por parte da Advocacia Pública, pois a sua predestinação constitucional, enquanto função essencial à Justiça, identifica-se com a representação judicial e extrajudicial dos entes públicos. Contudo, permite-se essa atuação em caráter extraordinário e desde que norma local assim disponha". Não tem relação com o disposto na assertiva.

A alternativa D está correta. De acordo com a Resolução nº 306 de 2025 do CNMP: "Art. 8º As negociações para a celebração do acordo de não persecução civil ocorrerão entre o Ministério Público e o investigado ou demandado e o seu defensor. § 1º As tratativas para a celebração de acordo de não persecução civil na fase extrajudicial ou após o ajuizamento da ação de improbidade administrativa devem ser registradas em procedimento administrativo autônomo, nos termos do art. 8º, inciso VI, da Resolução n.º 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público".

A alternativa E está incorreta. Segundo a LIA: "Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados: [...] § 1º A celebração do acordo a que se refere o caput deste artigo dependerá, cumulativamente: [...] III - de homologação judicial, independentemente de o acordo ocorrer antes ou depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa".

QUESTÃO 94. Assinale a alternativa incorreta sobre servidores públicos.

a) Os pagamentos indevidos aos servidores públicos decorrentes de erro administrativo (operacional ou de cálculo), não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, estão sujeitos à devolução, ressalvadas as hipóteses em que o servidor, diante do caso concreto, comprovar sua boa-fé objetiva, sobretudo com demonstração de que não lhe era possível constatar o pagamento indevido.

b) A Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre permitida a compensação em caso de acordo. Contudo, o desconto será cabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.

c) É vedada a contratação de cônjuge, de companheiro ou dos parentes discriminados na Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992, com redação dada pela Lei no 14.230/2021), estendendo-se a proibição ao chamado "nepotismo cruzado", que ocorre quando dois ou mais servidores públicos contratam cônjuge, companheiro ou parentes uns dos outros para burlar o impedimento legal. A vedação inclui a nomeação ou a indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, independentemente da boa-fé do agente e da qualificação técnica da pessoa indicada para exercer a função.

d) É lícita a pena de cassação de aposentadoria de servidor público por prática constatada de infração disciplinar apenada com demissão durante o exercício da função pública, não obstante o caráter contributivo do benefício previdenciário.

e) Entende-se por reintegração a reinvestidura do servidor no mesmo cargo de que fora demitido, uma vez reconhecida, por decisão administrativa ou judicial, a ilegalidade da demissão.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata do tema servidores públicos.

A alternativa A está correta. Está em consonância com o entendimento do STJ: “Os pagamentos indevidos aos servidores públicos decorrentes de erro administrativo (operacional ou de cálculo), não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, estão sujeitos à devolução, ressalvadas as hipóteses em que o servidor, diante do caso concreto, comprova sua boa-fé objetiva, sobretudo com demonstração de que não lhe era possível constatar o pagamento indevido” (REsp 1769306/AL).

A alternativa B está correta. Segundo o STF: “A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre. É permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público” (RE 693456/RJ).

A alternativa C está incorreta. É o posicionamento da Suprema Corte: “Não há nepotismo quando a nomeação é destinada à ocupação de cargos políticos, como cargo de Ministro ou Secretário do Estado ou Município” (Rcl 29033 AgR/RJ; Rcl 22339 AgR/SP, ambas do STF).

A alternativa D está correta. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça: “A pena de cassação de aposentadoria é compatível com a Constituição Federal, a despeito do caráter contributivo conferido àquela, especialmente porque nada impede que, na seara própria, haja o acerto de contas entre a administração e o servidor aposentado punido. Assim, constatada a existência de infração disciplinar praticada enquanto o servidor estiver na ativa, o ato de aposentadoria não se transforma num salvo conduto para impedir o sancionamento do ilícito pela administração pública. Faz-se necessário observar o regramento contido na Lei n. 8.112/1990, aplicando-se a penalidade compatível com as infrações apuradas” (MS 23.608/DF).

A alternativa E está correta. De acordo com a Constituição Federal: “Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. [...] § 2º Invalidez por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual

ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço”.

QUESTÃO 95. Assinale a alternativa correta sobre o processo administrativo destinado a apurar infrações disciplinares praticadas por promotores e procuradores de justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.

a) Os processos serão instruídos pela Comissão Processante Permanente, que, após as alegações finais do Corregedor-Geral e do acusado, elaborará relatório conclusivo endereçado ao procurador-geral de justiça, que tem competência para proferir decisão. Caberá recurso ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. O acusado, seu defensor e o corregedor-geral têm legitimidade recursal.

b) Os processos serão instruídos pela Comissão Processante Permanente, que elaborará relatório conclusivo propondo a extinção do processo, a condenação ou a absolvição do acusado. O corregedor-geral do Ministério Público proferirá decisão quando houver proposta, pela Comissão Processante, de aplicação das penas de advertência, censura e suspensão. Nos demais casos, a competência para decidir será exclusiva do procurador-geral de justiça. Caberá recurso, em regra com efeito suspensivo, para o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

c) Os processos serão instruídos pela Comissão Processante Permanente, composta por cinco procuradores de justiça. Caso o autor da infração seja procurador de justiça, a instrução será feita por comissão formada por três procuradores de justiça indicados pelo corregedor-geral e referendados pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. A decisão será proferida pelo procurador-geral de justiça. Caberá recurso para o Conselho Superior do Ministério Público.

d) Os processos serão instruídos pela Corregedoria-Geral, que enviará os autos à Comissão Processante Permanente para a elaboração de relatório conclusivo endereçado ao procurador-geral de justiça, que proferirá decisão. Caberá recurso para o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. A Comissão Processante terá legitimidade recursal caso seu parecer não seja acolhido pelo procurador-geral de justiça.

e) A competência para decidir sobre a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Ministério Público, em processos administrativos sumários ou ordinários, é do procurador-geral de justiça. Os recursos, em regra, terão efeito suspensivo e serão voluntários, não havendo previsão legal de reexame necessário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema processo administrativo disciplinar à luz da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo.

A alternativa A está correta. De acordo com os artigos 272, 285 e 286 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo: “Artigo 272 — O processo administrativo ordinário, destinado à apuração das infrações punidas com as sanções indicadas no artigo 237, incisos IV e V desta lei complementar, será instaurado por portaria do Corregedor-Geral do Ministério Público, instruído pela Comissão Processante Permanente e decidido pelo Procurador Geral de Justiça”. “Artigo 285 — Das decisões condenatórias

proferidas pelo Procurador-Geral de Justiça caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, que não poderá agravar a pena imposta em recurso exclusivo da defesa”. “Artigo 286 — O recurso será interposto pelo acusado, seu procurador ou defensor, ou pelo Corregedor-Geral do Ministério Público no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação da decisão, por petição dirigida ao Procurador-Geral de Justiça, acompanhada das respectivas razões”. Pelos mesmos fundamentos, as alternativas C e D estão incorretas.

A alternativa B está incorreta. O Corregedor-Geral do Ministério Público não tem competência para proferir decisão sobre penas de advertência, censura e suspensão. Essa competência é exclusiva do Procurador-Geral de Justiça (Art. 238).

A alternativa E está incorreta. Dispõem os artigos 285 e 286 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo: “Artigo 285 - Das decisões condenatórias proferidas pelo Procurador-Geral de Justiça caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, que não poderá agravar a pena imposta em recurso exclusivo da defesa. Parágrafo único - O recurso terá efeito meramente devolutivo” e “Art. 286 [...] Parágrafo único - Fica sujeita ao reexame necessário do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça a decisão do Procurador-Geral de Justiça que, divergindo das conclusões do relatório da Comissão Processante Permanente, for mais benéfica ao acusado”.

QUESTÃO 96. Assinale a alternativa correta, considerando o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previstas na Constituição Federal.

a) Poderá responder por improbidade administrativa (Lei no 8.429/1992, com redação dada pela Lei no 14.230/2021) o agente público que, deliberadamente ou por equivocada interpretação da lei, fornecer a informação de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

b) Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á de acesso público, após parecer favorável da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), no âmbito da União, ou de órgão equivalente no Distrito Federal, nos Estados e nos municípios.

c) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e às entidades referidos na lei, por qualquer meio legítimo. O pedido deve conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e a exposição dos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

d) As informações pessoais relacionadas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de cem anos a partir da data de sua produção. O acesso será permitido apenas a agentes públicos legalmente autorizados e à própria pessoa a quem as informações dizem respeito. A divulgação ou o acesso por terceiros serão possíveis se houver previsão legal ou mediante consentimento expresso da pessoa protegida pela restrição legal.

e) A informação em poder dos órgãos e das entidades públicas poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta e reservada. Conforme essa classificação, os prazos máximos de restrição ao acesso à informação são os seguintes: informação ultrassecreta, cinquenta anos; secreta, 25 anos; e reservada, dez anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

A alternativa A está incorreta. A improbidade administrativa exige dolo (intenção de lesar o interesse público). Se o agente público fornecer a informação incorreta por equivocada interpretação da lei, isso não caracteriza improbidade administrativa, pois não há intenção de causar dano ao erário ou violação aos princípios da administração pública. Segundo a Lei nº 8.429/92: “Art. 1º [...] § 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais”.

A alternativa B está incorreta. Não há previsão de parecer favorável da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) para tanto. Assim: “Art. 24 [...] § 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público”.

A alternativa C está incorreta. Não se fazem necessários os motivos determinantes. Vejamos: “Art. 10 [...] § 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público”.

A alternativa D está correta. É exatamente o que dispõe o artigo 31, §1º, incisos I e II da Lei de Acesso à Informação: “Art. 31 (...) § 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem: I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem”.

A alternativa E está incorreta. Dispõe o art. 24 da Lei de Acesso à Informação: “Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. § 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos; II - secreta: 15 (quinze) anos; e III - reservada: 5 (cinco) anos”.

QUESTÃO 97. Considerando o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a alternativa correta.

a) É vedada a segregação de funções na aplicação da Lei no 14.133/2021, por se tratar de conduta que conflita com os princípios da igualdade, da impessoalidade e da moralidade.

b) Subordinam-se ao regime da Lei no 14.133/2021 os contratos que tenham por objeto operações de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantias relacionadas a esses contratos.

c) Não se subordinam ao regime da Lei no 14.133/2021 as contratações de tecnologia da informação e de comunicação, sujeitas a normas previstas em legislação própria.

d) Concorrência é modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento não poderá ser o conteúdo artístico, tipo de avaliação própria da modalidade concurso.

e) O diálogo competitivo é modalidade de licitação para a contratação de obras, serviços e compras, na qual a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados, com base em critérios objetivos, a fim de desenvolver uma ou mais alternativas que atendam às suas necessidades. Após o encerramento dos diálogos, os licitantes devem apresentar a proposta final.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Licitações (Lei nº 14.133/2021).

A alternativa A está incorreta. A segregação de funções é um dos princípios previstos na Lei de Licitações. Assim: “Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)”.

A alternativa B está incorreta. Segundo a Lei nº 14.133/2021: “Art. 3º Não se subordinam ao regime desta Lei: I - contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos”.

A alternativa C está incorreta. Segundo a Lei nº 14.133/2021: “Art. 2º Esta Lei aplica-se a: [...] VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação”.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 6º, inciso XXXVIII da Lei nº 14.133/2021: “Art. 6º (...) XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto”.

A alternativa E está correta. É exatamente o que dispõe o art. 6º, inciso XLII da Lei nº 14.133/2021. Vejamos: “Art. 6º (...) XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;”.

QUESTÃO 98. A respeito da propaganda eleitoral, considere as seguintes afirmações:

I. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura e a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos.

II. É permitida a colocação de bandeiras ao longo de vias públicas, desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos.

III. A propaganda eleitoral pode ser realizada por meio de outdoors, inclusive eletrônicos.

IV. Até as vinte e duas horas do dia que antecede a eleição, serão permitidos distribuição de material gráfico, caminhada, carreata, passeata ou carro de som que transite pela cidade divulgando jingles ou mensagens de candidatos.

Com relação às assertivas, é correto afirmar que:

a) apenas I, II e IV são verdadeiras.

b) Apenas I é verdadeira.

c) Apenas IV é verdadeira.

d) todas são verdadeiras.

e) Apenas II e III são verdadeiras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O Item I está correto. Trata-se da literalidade da lei 9.504/1997: “Art. 36-A. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet: (...)”

O Item II está correto. Trata-se da literalidade da lei 9.504/1997: “Art. 37. § 6º É permitida a colocação de mesas para distribuição de material de campanha e a utilização de bandeiras ao longo das vias públicas, desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos”.

O Item III está incorreto. Veda-se a propaganda via outdoor. Lei 9.504/1997: “Art. 37. § 8º É vedada a propaganda eleitoral mediante **outdoors**, inclusive eletrônicos, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos, as coligações e os candidatos à imediata retirada da propaganda irregular e ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)”.

O Item IV está correto. Trata-se da literalidade da lei 9.504/1997: “Art. 37. § 9º Até as vinte e duas horas do dia que antecede a eleição, serão permitidos distribuição de material gráfico, caminhada, carreata, passeata ou carro de som que transite pela cidade divulgando jingles ou mensagens de candidatos”.

QUESTÃO 99. A respeito das ações eleitorais e das inelegibilidades, assinale a alternativa correta.

a) a ação de impugnação de mandato eletivo não tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

b) As sanções aplicadas a candidato em razão do descumprimento de disposições da Lei das Eleições (Lei nº. 9.504/1997) se estendem ao respectivo partido, independentemente de este ter se beneficiado da conduta ou de restar comprovada a sua participação.

c) A pessoa jurídica é legitimada a compor o polo passivo da ação de investigação judicial eleitoral.

d) Nos processos de registro de candidatura, o Juiz Eleitoral pode conhecer de ofício da existência de causas de inelegibilidade, desde que resguardados o contraditório e a ampla defesa.

e) O eleitor tem legitimidade para propor a ação de impugnação de registro de candidatura.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A ação de impugnação de mandato eletivo (AIME) TRAMITA em segredo de justiça. CF: “Art. 14. (...) § 11 - A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé”.

A alternativa B está incorreta. As sanções NÃO são extensíveis. Lei 9.504/1997: “Art. 96. (...) § 11. As sanções aplicadas a candidato em razão do descumprimento de disposições desta Lei não se estendem ao respectivo partido, mesmo na hipótese de esse ter se beneficiado da conduta, salvo quando comprovada a sua participação”.

A alternativa C está incorreta. Há entendimento pacífico no TSE pela impossibilidade de pessoa jurídica constar no polo passivo de AIJE. TSE: “Eleições 2022. Deputado estadual. [...] Prática de abuso de poder e fraude na cota de gênero. Art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997. Candidaturas fictícias. Nulidade dos votos dados ao partido para o respectivo cargo. Recontagem dos quocientes eleitoral e partidário. Retotalização das respectivas vagas. [...] 5. É pacífico o entendimento desta Corte pela impossibilidade de pessoas jurídicas figurarem no polo passivo da AIJE, tendo em vista que não podem suportar as sanções impostas pela LC nº 64 /1990, quais sejam, cassação de mandato e inelegibilidade. Precedentes. 5.1. De ofício, deve ser reconhecida a ilegitimidade do partido para figurar no polo passivo da AIJE, devendo ser excluído da lide”. (Ac. de 6.2.2024 no RO-El nº 060182264, rel. Min. Raul Araújo.)

A alternativa D está correta. Trata-se do entendimento sumulado do TSE: “Súmula nº 45. Nos processos de registro de candidatura, o juiz eleitoral pode conhecer de ofício da existência de causas de inelegibilidade ou da ausência de condição de elegibilidade, desde que resguardados o contraditório e a ampla defesa”.

A alternativa E está incorreta. O eleitor não consta no rol de legitimados: “Art. 3º Caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada. O tema, ainda, é corroborado pelo entendimento do TSE: “[...] Impugnação. Eleitor. Ilegitimidade ativa ad causam. [...]” (Ac. de 3.9.2002 no RO nº 549, rel. Min. Luiz Carlos Madeira.)”

QUESTÃO 100. A Lei Complementar nº 13/2021, conhecida como a Lei da Ficha Limpa, teve sua edição comemorada por representar avanço em termos democráticos. Editada a partir de um projeto de lei de iniciativa popular, teve apoio de cerca de 2 milhões de brasileiros e passou a representar importante instrumento dos cidadãos para a escolha de seus candidatos. Ao alterar a então já existente Lei de Inelegibilidade (LC nº 64/1990), passou a prever novas hipóteses, a fim de proteger ainda mais a probidade e a moralidade administrativas no exercício dos mandatos.

A respeito da matéria, assinale a alternativa incorreta.

a) Ainda que reconhecida a prescrição da pretensão executória, incide a inelegibilidade por prática de crime de organização criminosa, quadrilha ou banco.

b) Não compete à justiça eleitoral, em processo de registro de candidatura, verificar a prescrição da pretensão punitiva ou executória do candidato e declarar a extinção da pena imposta pela justiça comum.

c) O exame das causas de inelegibilidade por prática de crime deve levar em conta o bem jurídico protegido, independentemente do diploma legal em que o tipo se encontra previsto.

d) Admite-se substituição processual do cidadão pelo Ministério Público para propor ação popular voltada à anulação de ato ofensivo à moralidade administrativa praticado durante processo eleitoral, cuja condenação necessariamente acarretará a inelegibilidade de candidato.

e) A condenação ao ressarcimento do Erário em ação popular não conduz, por si só, à inelegibilidade, uma vez que a ação popular e a ação por improbidade administrativa são institutos diversos. Assim, a condenação em ação popular somente configura inelegibilidade se estiver vinculada a atos com finalidade eleitoral.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**.

A alternativa A está correta. Trata-se do entendimento sumulado do TSE: “Súmula-TSE nº 59. O reconhecimento da prescrição da pretensão executória pela Justiça Comum não afasta a inelegibilidade prevista no art. 1º, I, e, da LC nº 64/1990, porquanto não extingue os efeitos secundários da condenação”.

A alternativa B está correta. Trata-se do entendimento sumulado do TSE: Súmula-TSE nº 58. Não compete à Justiça Eleitoral, em processo de registro de candidatura, verificar a prescrição da pretensão punitiva ou executória do candidato e declarar a extinção da pena imposta pela Justiça Comum.

A alternativa C está correta. Trata-se do entendimento do TSE: “[...] Eleições Suplementares 2020 [...] Prática de delito contra as relações de consumo. Espécie de crime contra a economia popular. [...] 3. Na espécie, é incontroverso que o candidato ostenta condenação com trânsito em julgado pela prática de crime contra a relação de consumo devido à venda de mercadorias em condições impróprias para uso (art. 7º, IX, da Lei 8.137/90). 4. Nos termos da jurisprudência desta Corte, o exame das causas de inelegibilidade por prática de

crime deve levar em conta o bem jurídico protegido, independentemente do diploma legal em que o tipo se encontra previsto. (Ac. de 25.6.2020 no AgR-REspe nº 060003493, rel. Min. Luis Felipe Salomão.)”.

A alternativa D está incorreta. O entendimento do STJ é no sentido da possibilidade de sucessão do Ministério Público ao polo ativo da ação, após desistência do autor da ação popular (AgInt no REsp n. 1.512.641/MS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 8/6/2020, DJe de 12/6/2020). Assim, não se admite que o próprio parquet proponha a ação. Para além disso, a condenação em ação popular não possui o efeito automático de gerar a inelegibilidade. Para tanto, há de ser veiculada com finalidade eleitoral Nesse sentido (Ac. de 22.9.2004 no REspe nº 23347, rel. Min. Caputo Bastos.)

A alternativa E está correta. Trata-se do entendimento do TSE: “A condenação em ação popular, para configurar inelegibilidade, há de estar vinculada a atos com finalidade eleitoral (Ac. de 27.9.2000 no REspe nº 16633, rel. Min. Garcia Vieira.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJurídica](#) / [yasminushara](#)